



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

---

**MARIO MARCIO GODOY RIBAS**

**O SUBJUNTIVO EM PORTUGUÊS E INGLÊS: UMA ABORDAGEM GERATIVA**

---

Campo Grande/MS

2014

**MARIO MARCIO GODOY RIBAS**

**O subjuntivo em português e inglês: Uma abordagem gerativa**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Orientador: Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes

Campo Grande/MS

2014

Ribas, Mario Marcio Godoy

O subjuntivo em português e inglês: uma abordagem gerativa/Mário Márcio Godoy Ribas. Campo Grande: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2014. 112 p.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Mestrado em Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes

1. Subjuntivo 2. Gerativismo 3. Modo e modalidade. I. O subjuntivo em português e inglês: uma abordagem gerativa

**MARIO MARCIO GODOY RIBAS**

**O subjuntivo em português e inglês: uma abordagem gerativa**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes (Presidente)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof. Dr. Geraldo Vicente Martins  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

---

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros - Suplente  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof. Dr. Miguél Eugênio Almeida - Suplente  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 22 de maio de 2014

*Aos que se dedicam ao estudo das línguas*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Mariana, minha esposa e pessoa mais encantadora que existe. Desde o momento que nos conectamos, você sempre compreendeu que os estudos sempre foram parte de mim. Seu apoio constante, não somente durante esta última etapa de estudos, mas em todas as fases de nosso relacionamento, foi fundamental para todos os êxitos que já alcançamos, especialmente no mestrado. Muito obrigado pelo seu amor.

Ao Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes, um super-professor. São muitos os pontos a serem agradecidos: o seu entusiasmo em relação à ciência foi contagiante desde as minhas primeiras aulas como aluno especial; seu conhecimento e sua orientação me transformaram em um verdadeiro linguista; nossas conversas abriram uma nova perspectiva na minha carreira profissional e acadêmica; e sua biblioteca parcial e temporariamente transferida para a minha casa foi de extrema valia, fazendo desta pesquisa um trabalho viável. Muito obrigado por todas as oportunidades que você me apresentou.

Fica a minha gratidão também aos professores das disciplinas de que participei: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Leda Pinto e Prof. Dr. Miguél Eugenio Almeida.

Também agradeço aos professores que de várias maneiras me auxiliaram nestes dois anos: Prof. Dr. Daniel Abrão, Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Natalina Sierra Assencio Costa.

À minha família: minha mãe, Olívia; meu pai, Altair; minha irmã, Milene; e meu irmão, Marcelo. Muito obrigado por todo apoio que sempre recebi, mostrando-me que os estudos sempre são importantes. Fico feliz em dizer que todos os conselhos que recebi desde criança foram extremamente valiosos para a minha formação. Muito obrigado.

Também agradeço à vó Adélia pelos momentos de convivência que fizeram os dois últimos anos serem menos tensos.

Aos amigos, pela compreensão de minha ausência, mas especialmente àqueles que insistentemente não desistiram de mim por mais que sempre ouvissem vários e repetidos “nãos” e foram pacientes nos momentos quando eu tentava explicar a minha pesquisa. São eles: Cirlene Cruz, Leonardo Copetti, Mariana Rojas e Patrícia Pacheco.

À Regina Martins e Catia Costa, pelas oportunidades que me fizeram aprender mais sobre o que é ser professor.

Pelo apoio financeiro e incentivo à pesquisa, agradeço à CAPES.

*Sometimes  
I wish I  
Were what I  
Was when I  
Wished I were  
What I am Now*

**Aidan Chambers**

RIBAS, M. M. G. *O Subjuntivo em português e inglês: uma abordagem gerativa*. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

## RESUMO

O modo subjuntivo se apresenta como um dos pontos mais difíceis no aprendizado de português por falantes nativos de inglês. Com a intenção de se poder entender melhor o motivo da afirmativa anterior, esta dissertação teve como objetivo realizar uma descrição estrutural do subjuntivo nas línguas portuguesa e inglesa para, então, se compararem os parâmetros nos dois idiomas. Presume-se que esse modo teve uma redução no uso desde o português arcaico, sendo gradativamente substituído pelo indicativo e que, no inglês, praticamente está em extinção. Algumas hipóteses foram levantadas. Todas relacionadas à dificuldade apresentada no aprendizado. São referentes: a) ao número reduzido de ocorrências na língua inglesa, tendo como consequência a ausência de parâmetros; b) a estruturas muito diferenciadas nas línguas do estudo; c) ao fato de o subjuntivo não possuir marcação temporal clara. As análises foram feitas a partir dos preceitos gerativista e mais especificamente o Programa Minimalista. Para melhor compreensão por parte do leitor, um dos capítulos é dedicado à parte histórica do Gerativismo. Na parte diacrônica, foram analisadas as ocorrências do subjuntivo nos primeiros textos da língua portuguesa. Para a análise do subjuntivo na atualidade, além dos julgamentos de gramaticalidade, foram coletados dados de falantes na cidade de Campo Grande – MS. Na comparação do modo entre as duas línguas, a investigação buscou verificar as diferenças nos movimentos que ocorrem a partir da escolha lexical até a execução da forma fonética. A ênfase no trabalho ocorreu sobre MoodP, FinP e VP. Os resultados na pesquisa diacrônica, apesar de poucas ocorrências terem sido encontradas, demonstraram o uso do subjuntivo sem alternância com o indicativo. Já no português contemporâneo, o indicativo esteve presente em 30% das ocorrências nas quais o subjuntivo deveria ser utilizado. Em relação à estrutura, a coincidência nos parâmetros ocorre apenas quando um número reduzido de verbos em inglês é utilizado. As diferenças recaem principalmente sobre a quase total ausência de marcação fonética em praticamente todos os verbos nessa língua. As alternâncias entre o subjuntivo e indicativo/infinitivo fornecem fortes indícios de vacuidade temporal nas sentenças nas quais o primeiro modo citado ocorre. As



diferenças paramétricas, logo, criam dificuldades para o aprendiz de português como língua estrangeira que precisa “desaprender” os parâmetros da sua língua nativa.

**Palavras-chave:** Gerativismo. Programa Minimalista. Português como língua estrangeira. Modo e Modalidade. Subjuntivo. Licenciamento.

RIBAS, M. M. G. *The subjunctive in Portuguese and in English: a generative approach*. 2014. 112 p. Thesis (Master in Linguistics) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

### **ABSTRACT**

The subjunctive mood is one of the most difficult for Portuguese learners who are native English speakers. Considering the information above, this thesis aims to carry out a structural description of the subjunctive in Portuguese and English and then compare parameters in both languages. It is assumed that the subjunctive mood had a reduction in use since the archaic Portuguese, being gradually replaced by indicative and that, in English, is almost extinct. Some hypotheses were discussed. All related to the difficulty presented in learning process. They are related to: a) the small number of occurrences in the English, resulting in the absence of parameters; b) the very different structures in the languages of the study; c) the fact that the subjunctive is not marked with phi-features. The studied was carried out using generative concepts, more specifically the Minimalist Program. To help the new readers in the area, a chapter was written including the historical evolution of the Generativism. The thesis comprehends a diachronic investigation in which the occurrences of the subjunctive in the early texts of the Portuguese language were studied. For the analysis in the present subjunctive, in addition to grammaticality judgments, data from speakers in the city of Campo Grande, Brazil, were collected. In the comparison between the two languages, the research sought to determine differences in the movements that occur from lexical choice to execution of phonetic form. The emphasis occurred on MoodP, FinP and VP. The results in the diachronic research, although few occurrences were found, demonstrated the use of indicative mood doesn't replace the subjunctive. On the other hand, the indicative was present in 30% of cases of contemporary Portuguese in which the subjunctive should be used. Regarding the structure, the coincidence in parameters only occurs when a small number of verbs in English is used. The differences are mainly on the almost total absence of phonetic features on practically all verbs in that language. The alternations between the subjunctive and indicative/infinitive provide strong evidence for temporal emptiness in sentences in which the latter mode occurs. Parametric differences, therefore, create difficulties for the learner of Portuguese as a foreign language who needs to "unlearn" the parameters of their native language.

**Keywords:** Generativism. Minimalist Program. Portuguese as Foreign Language. Mood and Modality. Subjunctive. Licensing.

## Lista de abreviaturas

AdvP	<i>adverbial phrase</i> (sintagma adverbial)
Agr <sub>o</sub> P	sintagma de concordância de objeto
AgrP	<i>agreement phrase</i> (sintagma de concordância)
Agr <sub>s</sub> P	sintagma de concordância de sujeito
AP	<i>adjectival phrase</i> (sintagma adjetival)
A-P	sistema articulatorio-perceptual
C-I	sistema conceptual-intencional
COCA	<i>Corpus of Contemporary American English</i>
CP	<i>complementizer phrase</i> (sintagma complementizador)
CV	categoria vazia
DP	<i>determiner phrase</i> (sintagma determinante)
FinP	<i>finite phrase</i>
FL	faculdade da linguagem
FL <sub>0</sub>	faculdade da linguagem no estado inicial
FocusP	<i>focus phrase</i>
ForP	<i>force phrase</i>
função- $\theta$	função teta
GU	Gramática Universal
HSPG	<i>Head-Driven Phrase Structure Grammar</i>
IP	<i>inflectional phrase</i> (sintagma flexional)
LF	<i>logical form</i> (forma lógica)
LFG	<i>Lexical Functional Grammar</i>
MoodP	<i>mood phrase</i>
NP	<i>noun phrase</i> (sintagma nominal)
NumP	<i>number phrase</i> (numeral)
PB	português brasileiro
PF	<i>phonetical form</i> (forma fonética)
PLE	português como língua estrangeira
PM	Programa Minimalista
PossP	<i>possessive phrase</i> (possessivo)
PP	<i>prepositional phrase</i> (sintagma preposicional)

pro	prozinho
PRO	prozão (pronome)
PSG	<i>Phrase Structure Grammar</i>
QP	<i>quantifier phrase</i> (quantificador)
S	sentença
SOT	<i>sequence of tenses</i>
SOB	sujeito-objeto-verbo
SP	sistemas de pensamento
Spec	<i>specifier</i> (especificador)
SVO	Sujeito-Verbo-Objeto
T	<i>tense</i> (tempo)
t	<i>trace</i> (traço)
traço- $\phi$	traço-phi
v	vezinho ou verbo leve
VP	<i>verbal phrase</i> (sintagma verbal)

## Lista de tabelas

Tabela 1 – Quadro comparativo do subjuntivo em latim e português .....	38
Tabela 2 – Ocorrências de verbos que, pela gramática, normativa deveriam estar no subjuntivo .....	49
Tabela 3 – Ocorrências nas quais o modo subjuntivo segue o padrão culto .....	50
Tabela 4 – Ocorrências nas quais normativamente se deveria utilizar o subjuntivo e foi usado o indicativo .....	50
Tabela 5 – Ocorrências por entrevistado nas quais o modo subjuntivo segue a norma padrão	51
Tabela 6– Conjugação do verbo <i>to read</i> .....	72
Tabela 7 - Comparativo da conjugação dos verbos em inglês .....	75

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	16
1 GRAMÁTICA GERATIVA: SUA HISTÓRIA .....	20
1.1 A Gramática Universal.....	22
1.1.1 Alguns dos conceitos por trás da Gramática Universal .....	24
1.2 Gramática Gerativa .....	26
1.2.1 Relações entre as estruturas profunda e superficial.....	28
1.2.2 A estrutura sintática e a teoria X-barra .....	29
1.2.3 O Programa Minimalista (PM).....	32
2 O SUBJUNTIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB): DA ORIGEM À ATUALIDADE .....	37
2.1 O subjuntivo no latim.....	37
2.2 Algumas das marcas do português arcaico .....	38
2.3 Marcas do subjuntivo no português arcaico .....	39
2.4 Notícia de Torto: um dos textos não literários mais antigos em língua portuguesa.....	40
2.5 Auto de Partilha (1192).....	41
2.6 Considerações em relação ao estudo do subjuntivo no português arcaico.....	43
2.7 O subjuntivo no português contemporâneo.....	44
2.7.1 Formas do subjuntivo e seus equivalentes .....	44
2.7.2 A regularização dos verbos irregulares.....	45
2.7.3 Metodologia para as entrevistas .....	46
2.7.4 A fonte.....	47
2.7.5 Resultados .....	47
2.7.6 Variantes utilizadas pelos entrevistados .....	48
2.7.7 Dados por entrevistado .....	51
2.7.8 Considerações em relação à coleta de dados.....	51
3 O SUBJUNTIVO EM INGLÊS E PORTUGUÊS .....	53
3.1 Modo e Modalidade .....	54
3.2 O subjuntivo em português .....	55
3.3 O subjuntivo inglês .....	58
3.4 Considerações sobre a estrutura do subjuntivo .....	63
4 RELAÇÕES PARAMÉTRICAS ENTRE O PORTUGUÊS E O INGLÊS.....	65
4.1 Semelhanças entre o infinitivo e o subjuntivo.....	66

4.1.1	Do infinitivo do inglês para o português.....	68
4.2	Verbos de influência/permissão: subjuntivo em português e inglês.....	71
4.3	Verbo <i>desejar</i> e <i>to wish</i> e demais volitivos.....	73
4.4	Os elementos <i>se</i> e <i>if</i> .....	76
4.5	Subjuntivo em português e indicativo ou infinitivo em inglês.....	80
4.5.1	Verbos emotivos ou efetivos.....	80
4.5.2	O licenciamento pelo sujeito da subordinada (uso do infinitivo ou subjuntivo).....	82
4.5.3	Licenciamento por advérbio.....	87
4.5.4	Palavras sem carga semântica de <i>irrealis</i> que licenciam o subjuntivo.....	91
4.5.5	Distanciamento da oração principal e oração subordinada.....	93
4.5.6	Negação.....	97
4.6	Os tempos verbais e suas relações quanto ao uso do subjuntivo.....	99
4.7	A aquisição do subjuntivo em português por falantes de língua inglesa.....	102
CONCLUSÃO.....		106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		109



## INTRODUÇÃO

A existência de uma língua está relacionada à existência de uma comunidade e, atualmente mais do que em qualquer momento da história, o mundo é dividido em várias comunidades e muitas delas com várias línguas. Mackey (2000, p. 22) teoriza que uma comunidade bilíngue caso seja autossuficiente não terá a necessidade de permanecer com as duas línguas; ela poderia adotar uma língua como padrão e continuar sua existência. Entretanto não há, no mundo atual, comunidades que possam permanecer autossuficientes. A redelimitação política ou o apagamento virtual de fronteiras, resultado da globalização que tem acontecido nas últimas décadas, faz com que os contatos entre as mais diversas comunidades, seja devido a negócios, relacionamentos, turismo, acesso à informação entre outros, sejam essenciais e, conseqüentemente, tornam-se também essenciais o bilinguismo ou o plurilinguismo. Logo, a ideia de autossuficiência proposta por Mackey perde relativamente o seu valor e, atualmente, uma segunda língua é praticamente uma obrigação.

Atendendo a essa necessidade, desde a Revolução Industrial, o inglês consolidou-se como segunda língua e atualmente é visto como o idioma que deve ser falado por todos, todavia fatores como a depressão financeira pela qual os EUA e a Inglaterra passaram a partir de 2008 e que, até o momento atual, tem gerado períodos de incerteza para os países com os quais eles mantêm relação econômica afetam a maneira como as sociedades interagem.

Analisando a situação exposta no parágrafo anterior, Gradoll (2007, p. 9), pesquisador do *British Council*, uma instituição do Reino Unido que tem como função difundir a língua e a cultura inglesa, declarou que: o futuro dessa língua não é tão certo como se assumia; falantes monolíngues de inglês sofrerão com a concorrência e terão um futuro financeiro incerto; o uso do inglês na internet está caindo; e o uso do inglês diminuirá devido às línguas usadas no BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Diante dessas circunstâncias, abrem-se novos horizontes para a língua portuguesa como língua estrangeira e percebe-se a tendência de crescimento do português como língua estrangeira (PLE), resultante também dos avanços econômicos alcançados pelo Brasil neste milênio.

No entanto, mesmo o português tendo uma demanda crescente mundialmente, Almeida Filho (2009, p. 2) cita que ainda não há uma política explícita das instituições de ensino, das agências de fomento à pesquisa e dos órgãos governamentais para o PLE. Um dos prováveis motivos é a escassez de pesquisa nessa área. O autor ainda diz que falta uma crítica sistemática para se produzir e apoiar novas tendências metodológicas no ensino de PLE. Um

grande exemplo dessa ausência de apoio é o número de materiais didáticos disponível: por volta de 20 títulos publicados entre 1985 e 2005, considerando novas edições, conforme pesquisa de Pacheco (2005).

Ao considerar todos os dados acima, percebe-se que pesquisas em PLE são necessárias não só para um maior entendimento do tema, mas também para que possam acontecer melhoras nas políticas públicas e desenvolvimento de materiais didáticos consistentes.

Considerando o exposto, este trabalho, como objetivo mais abrangente, busca auxiliar no entendimento do português como língua estrangeira e, como objetivo específico, busca identificar e contrastar quais são os parâmetros para o uso do modo subjuntivo na língua portuguesa e na língua inglesa para, em seguida, demonstrar quais são as dificuldades estruturais que os falantes nativos de língua inglesa aprendendo português possuem.

São muitas as diferenças em relação ao objeto de estudo nas duas línguas supracitadas.

Para elucidar essas distinções, citamos o caso do subjuntivo inglês-português. Tomemos a frase:

(1) a. If I had 20 dollars, I would buy a new book.<sup>1</sup>

A forma verbal sublinhada está no *simple past*<sup>2</sup>, mesmo indicando hipótese. O que fornece caráter hipotético a ela é o uso do elemento *If*. O *simple past* em inglês não é um tempo utilizado para expressar especificamente essa ideia. Ele pode ser utilizado para indicar um fato ocorrido e concluído no passado, como na frase abaixo.

(2) a. Yesterday I had a meeting with my boss.<sup>3</sup>

As mesmas ideias podem ser expressas em português da seguinte maneira:

(1) b. Se eu tivesse 20 dólares, eu compraria um livro novo.

Na frase em português, a ideia de hipótese não depende somente do elemento “Se” (pelo menos normativamente), mas também da forma verbal no pretérito imperfeito do subjuntivo, que é diferente da forma verbal do pretérito perfeito do indicativo:

(2) b. Ontem eu tive uma reunião com meu chefe.

---

<sup>1</sup> If I had 20 dollars, I would buy a new book.

Se eu tivesse 20 dólares, eu compraria um novo livro.

<sup>2</sup> Passado simples, tempo equivalente, em muitas situações, ao pretérito perfeito em português.

<sup>3</sup> Yesterday I had a meeting with my boss.

Ontem eu tive uma reunião com meu chefe.

Esses não são os únicos casos de subjuntivo em ambas as línguas. Nas duas, é possível utilizá-lo no pretérito, presente e futuro, bem como em formas simples e compostas, entretanto, em poucos casos, a diferenciação acontece em inglês. E, quando acontece, em muitos deles os falantes preferem o uso de formas verbais no indicativo.

A pesquisa surge a partir da experiência que o autor tem no ensino de português como língua estrangeira (PLE). Nos níveis mais avançados, os alunos sentem grande dificuldade na aquisição do modo, pois a grande maioria dos materiais didáticos não traz informações consistentes sobre o uso do subjuntivo, relacionando-o, de modo geral, a situações *irrealis*.

Como o modo subjuntivo vem em português sendo substituído pelo indicativo ou infinitivo em muitas situações, este trabalho visa a demonstrar como esse processo ocorre e como a estrutura da frase é transformada. As frases abaixo são exemplos disso.

- (3) a. Espero que eu seja um ótimo professor quando me graduar. (uso do subjuntivo)
- b. Espero que eu vou ser um ótimo professor quando me graduar. (uso do indicativo)
- c. Espero ser um ótimo professor quando me graduar. (uso do infinitivo).

Da mesma maneira, os livros didáticos ignoram o uso não considerado normativo, conforme cita Viaro (1998, p. 131), ou seja, prendem-se a muitas concepções da gramática tradicional e não abordam as variantes linguísticas.

Ao considerar o uso concomitante de outros modos verbais, levanta-se a hipótese de que o subjuntivo vem perdendo campo na língua portuguesa e em inglês, como em várias línguas. Por exemplo: o futuro do subjuntivo não aparece em espanhol, italiano ou francês (VIARO, 1998, p. 2). Logo, faz-se necessária uma pesquisa diacrônica para identificar o processo de transformação da língua portuguesa em relação a esse uso.

O entendimento de todas as questões acima pode auxiliar outros estudiosos no desenvolvimento de materiais didáticos mais eficazes. Importante ressaltar que os trabalhos estruturais de maneira geral auxiliam também o aperfeiçoamento de ferramentas relacionadas à tradução automática.

Para proceder com a pesquisa, utilizamos dos conceitos teóricos do gerativismo, proposto por Chomsky e que vem constantemente se aprimorando. O estágio mais recente é o Programa Minimalista, que será utilizado neste trabalho.

A divisão da dissertação será feita conforme abaixo.

O capítulo 1, com o título GRAMÁTICA GERATIVA: SUA HISTÓRIA, aborda a evolução do gerativismo, com informações desde as primeiras questões filosóficas, no século XVIII, relacionadas ao uso criativo da língua (finitude de parâmetros e infinitude de frases). Nesse ponto, a abordagem ainda não é científica, o que acontecerá somente na década de 1950, quando Noam Chomsky publica seus estudos na área. O capítulo sobre a história desta teoria segue pelos fatos e conceitos gerais mais importantes até chegar ao último estágio desenvolvido pelo cientista supracitado, o Programa Minimalista.

Já no capítulo 2 (O SUBJUNTIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB): DA ORIGEM À ATUALIDADE), busca-se identificar o processo de transformação do subjuntivo desde o latim até o português contemporâneo. Esse capítulo auxilia a provar a hipótese de redução do uso do subjuntivo na língua portuguesa.

No penúltimo capítulo (3, O SUBJUNTIVO EM INGLÊS E PORTUGUÊS), as estruturas referentes a ambas as línguas são identificadas para que, no capítulo final, sejam estabelecidas as RELAÇÕES PARAMÉTRICAS ENTRE O PORTUGUÊS E O INGLÊS. Dentro desse último capítulo, elencamos algumas das dificuldades do aprendiz na aquisição do português como L2.

Na conclusão, serão retomados os resultados referentes às hipóteses levantadas inicialmente, como a diminuição do uso do subjuntivo na língua portuguesa e as diferenças entre os parâmetros na língua portuguesa e na língua inglesa. Também serão retomadas algumas considerações relevantes não previstas.

## 1 GRAMÁTICA GERATIVA: SUA HISTÓRIA

De acordo com concepções científicas do século XX, o trabalho primordial das ciências era basicamente taxinômico, ou seja, ela era voltada para a observação de uma grande quantidade de fatos e coleta de um grande número de dados para que esses fossem agrupados e, posteriormente, classificados. Algumas ciências, ainda no século passado, conseguiram cumprir a tarefa acima, por exemplo, Física e Química<sup>4</sup>, e passaram para o estágio seguinte que é não somente melhorar as suas técnicas de observação, mas também buscar teorias gerais que expliquem aquilo que foi, em um primeiro momento, encontrado.

A Linguística ainda se prende, em algumas de suas correntes, ao que se pode dizer ser o estágio inicial das ciências, basicamente com levantamento de dados linguísticos e posterior análise e classificação. No entanto, desde o início do século passado, estudiosos como Saussure, auxiliaram o desenvolvimento dos estudos linguísticos, criando teorias sobre aquilo que hoje chamamos das dicotomias saussureanas. Claramente foi o primeiro a ter uma visão explícita sobre os problemas linguísticos e a formular métodos que pudessem dar conta deles.

Seguindo as teorias de Saussure, o behaviorista Skinner, que estudava muito mais o comportamento humano em geral, propôs que a linguagem era adquirida a partir de repetição, ou seja, o ser humano nascia sem conhecimento e os conhecimentos adquiridos, como a linguagem, eram aprendidos a partir da observação e repetição constante. Grande parte da sua teoria foi baseada em *estímulo*, *resposta* e *reforço*, todavia sem fazer menção a processos mentais que poderiam ocorrer entre eles.

Porém, na década de 1950, Chomsky, pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), retomou a ideia filosófico-científica proposta por Juan Huarte, que, já no século XVI, “considerava a propriedade essencial da inteligência humana: a capacidade da mente humana de “gerar” dentro de si, por sua própria potência, os princípios sobre os quais repousa o conhecimento” (CHOMSKY, 2009, p. 8).

Apesar de, em 1955, terminar sua tese de doutorado, *The logical Structure of Linguistic Theory*, seu trabalho não foi de imediato reconhecido como relevante. Esse trabalho acabou sendo publicado apenas em 1975. Porém, em 1959, com a publicação de *Syntactic Structures*, suas ideias começam a chamar atenção de acadêmicos. E isso apenas acontece porque, como Chomsky deixa claro na publicação de sua tese, *Syntactic Structures* foi notado a partir de uma resenha escrita pelo linguista Robert Lees, publicada na revista

---

<sup>4</sup> Ruwet. N., 2009, p. 18

científica *Languages*. E, de fato, as discussões sobre as relações entre linguagem e mente começaram a se multiplicar. A ideia de o recém-nascido ser uma *lousa em branco* não estava de acordo com as novas pesquisas que utilizavam uma abordagem biolinguística.

No mesmo período, surgiu também o conceito de *língua-I*, que é a linguagem interiorizada. A língua-I é um sistema que consiste em um “repositório de conhecimentos sobre sons, significados e organização estrutural” (CHOMSKY, 2009, p.8). Assim, a língua-I contém dois componentes: um léxico e o sistema de princípios. Com esse sistema, um ser humano é capaz de reconhecer elementos como aceitos linguisticamente. Assim, pode identificar que *trupo* é uma palavra possível na língua portuguesa e *rtuop* não atende às exigências da língua para fazer parte do léxico. Entretanto, esse processo não se restringe somente ao léxico, mas também às estruturas sintáticas. Assim, um falante da língua inglesa conseguirá identificar que a famosa frase de Chomsky descrita logo abaixo, por mais que não tenha sentido em um contexto indefinido, se encaixa na estrutura sintática do inglês (ou do português, respectivamente).

(4) a. Colorless green ideas sleep furiously. (CHOMSKY, 2002, p.15)

b. Incolores ideias verdes dormem furiosamente.

O conceito de língua-I foi importante para o gerativismo, pois está relacionado aos casos particulares do conhecimento e não ao conhecimento social, assim o entendimento sobre a gramaticalidade repousa no falante. Outro fator importante é que o desenvolvimento da língua-I está relacionado à dotação genética. (CHOMSKY, 2009, p.9).

Também foi posta em discussão a ideia que havia sido desenvolvida no século XVIII por Joseph Priestly “sobre as propriedades ‘chamadas mentais’ que são o resultado de ‘uma estrutura orgânica tal como a do cérebro’” (CHOMSKY, 2009, p. 10).

Tais propriedades ainda causam controvérsia e, em alguns casos, conforme Chomsky (2009, p. 11), continuam sendo *ousadas*, já que a ciência não está habituada à noção abstrata das forças.

Todavia, alguns pesquisadores começaram, desde meados do século passado, a estudar a linguística sob esse novo aspecto, trocando a pesquisa da estrutura da língua para as estruturas mentais que propiciam o seu uso. Um das características mais significativas dessa revolução, que foi chamada cognitiva, foi a retomada do pensamento do alemão Wilhelm Von Humboldt (1767-1835), que dizia que o reconhecimento das propriedades do mundo chamado

mental envolve capacidades ilimitadas de um órgão finito e limitado, o uso infinito de meios “finitos”.

Assim, é possível perceber que o conceito do gerativismo não é novo e que a linguística encara os mesmos problemas encontrados nos séculos anteriores, todavia, desde metade do século XX, os linguistas abordam o assunto de maneira científica, já que os processos metodológicos se aprimoraram e a visão sobre o sistema gerativo com escopo limitado foi reestruturada. Houve contribuições de etologistas e psicólogos comparativos, pois eles também tinham interesses quase que idênticos: as hipóteses operacionais inatas tanto dos humanos como de organismos sub-humanos.

Um dos resultados dessa melhor estruturação é o entendimento sobre o que vem a ser a Gramática Universal.

### **1.1 A Gramática Universal**

Não há dúvidas de que aquilo que diferencia o ser humano dos outros animais não é a linguagem, mas sim o aspecto criativo da língua, que é inovador, não se repete constantemente, e, mesmo que queiramos repetir algo que tenhamos ouvido anteriormente, poderá haver alterações, terá entonação diferente e conterà, possivelmente, novo léxico.

A partir da afirmação acima, muito daquilo que é defendido pelos behavioristas perde sua força, já que esses cientistas acreditam que a linguagem humana é formada por padrões que são repetidos constantemente e a “inovação é no máximo uma questão de analogia”. (CHOMSKY, 2009, p. 42), logo ignoram o lado criativo da linguagem.

Porém, apesar de se estudar sobre a criatividade e inteligência humana desde Descartes, ainda está longe de se entender completamente o que permite o ser humano falar de um “modo inovador, livre do controle de estímulos e também adequado e coerente” (CHOMSKY, 2009, p. 44). O que Chomsky postula é que todos os fenômenos da linguagem sejam descritos de maneira precisa e, a partir desses dados, se criem teorias que deem conta do que foi descrito e se encontrem os princípios que a organizam e permitem seu funcionamento.

Assim, surgiu o conceito da Gramática Universal (doravante GU), que não está diretamente relacionado com a estrutura sintática de cada língua, porém com a capacidade mental do ser humano de utilizar as línguas naturais.

A gramática proposta por Chomsky não é normativa, mas sim explicativa sobre como o falante pode perceber, interpretar, formar e usar os dispositivos que a língua oferece. O linguista americano explica que

[...] num dos níveis, os fenômenos com que lida a gramática são explicados pelas regras da própria gramática e pela interação dessas regras. Num nível mais profundo, esses mesmos fenômenos são explicados pelos princípios que determinam a escolha da gramática com base nos dados limitados e degenerados disponíveis à pessoa que adquiriu conhecimento da língua, que construiu para si mesma essa determinada gramática. Os princípios que determinam a forma de gramática e selecionam uma gramática da forma adequada com base em certos dados constituem um assunto que poderia, de acordo com um uso tradicional, ser chamado “Gramática Universal”. O estudo da Gramática Universal, assim entendida, é um estudo da natureza das capacidades intelectuais humanas. (CHOMSKY, 2009, p.64).

Portanto, a Gramática Universal refere-se à capacidade inata que tem o ser humano de se comunicar. Tal capacidade decorre de sua estrutura mental, que não é categórica em sentido absoluto, ou seja, existem várias formas para serem utilizadas ou preenchidas; daí se vê a diferença gramatical entre as mais diversas línguas, como o português e o inglês, com a estrutura SVO (Sujeito (S) + Verbo (V) + Objeto (O)), e o coreano, SOV. Outros exemplos ainda são as diferenças lexicais e os mais variados tempos verbais que ocorrem de maneiras diferenciadas nas línguas (Ex: o *present perfect* do inglês sem referente no português e o *futuro do subjuntivo* do português que não ocorre no francês).

Contudo a estrutura mental é categórica em sentido relativo, logo há uma forte restrição na construção da gramática. Assim, toda língua possui regras limitadas que são possíveis de serem internalizadas, pois a estrutura mental assim o permite. Essa limitação impede que o falante construa estruturas de maneira desordenada, e, mesmo sem conhecimento teórico sobre a língua, consiga identificar a função de cada elemento na frase.

Aqui retomamos a frase já citada e criada por Chomsky – “Incolores ideias verdes dormem furiosamente”<sup>5</sup> – e uma das mais representativas da ideia da Gramática Universal, pois demonstra a possibilidade de se gerar frases gramaticais a partir de relações sintagmáticas, mesmo produzindo negações entre eles.

Mesmo sem sentido, a frase é possível gramaticalmente, já que em português segue o padrão SVO e tem cada um dos elementos lexicais disposto de maneira organizada, sendo clara a identificação desses (*Ideias incolores verdes*, sujeito; sendo o núcleo *ideias* e seus adjuntos *incolores verdes*. *Dormem* é o verbo, identificado pela posição na frase e seus

---

<sup>5</sup> Colorless green ideas sleep furiously.



morfemas. *Furiosamente* é um advérbio, pois traz claramente o sufixo formador dessa categoria).

Assim, dentro das limitações categóricas (estruturas finitas), um falante de qualquer língua possui um número finito de regras que pode gerar um número infinito de frases que serão imediatamente aceitas pelos outros membros da sua comunidade de fala. (CHOMSKY, 1975 apud RADFORD, 1989, p. 23)

### 1.1.1 Alguns dos conceitos por trás da Gramática Universal

Uma das funções do linguista é criar teorias explicativas sobre as línguas naturais, porém pode não se restringir somente a esse aspecto e atuar mais profundamente tentando criar hipóteses sobre como as regras da gramática interagem entre si.

Assim, em um nível mais profundo, é possível dizer que uma das atividades do linguista é tentar encontrar os princípios que determinam o funcionamento de uma gramática. E, para o gerativismo, esses princípios, ainda não conectados uns aos outros, são o que podemos chamar de Gramática Universal. De maneira mais breve, Chomsky (2009, p.64) diz que o estudo da Gramática Universal é um “estudo da natureza das capacidades intelectuais humanas”. Logo essa corrente linguística entende a linguagem humana como uma capacidade inata dos seres humanos e tenta buscar quais são as condições que um sistema linguístico deve ter para ser reconhecido como uma linguagem natural.

Ou seja, uma língua somente poderá ser natural quando ela satisfizer e se enquadrar nos princípios inatos presentes na mente humana. Portanto a Gramática Universal não é o conjunto de regras presentes em todas as línguas quando as formas fonéticas são manifestadas, não está relacionada com a compreensão e o uso da linguagem, tampouco com questões de natureza sociológica. A GU é a faculdade da linguagem no seu estado inicial.

Outro conceito importante é o de Faculdade da Linguagem (FL), que concerne aos aspectos relacionados à linguagem presente na mente de determinada pessoa, os quais vão mudando conforme se adquirem conhecimentos sobre sons, significados e organização estrutural.

Ao nascer, o ser humano tem a FL no seu estágio inicial (FL<sub>0</sub>). Chomsky (1999, p. 16) afirma que esse estágio tem “uma complexidade de organização rica e uniforme para toda a espécie humana”, ou seja, é uma gramática única para todos, de onde vem o nome *Gramática Universal*.

Durante o crescimento do bebê, a FL se desenvolve como qualquer outro sistema, seja ele anatômico, fisiológico ou mental. Esse desenvolvimento fará com que ela passe por várias fases até que chegará a um estágio mais rígido, no qual as mudanças que ocorrerão serão praticamente restritas a acréscimo e perda de substantivos.

Assim, em nenhum momento, há a negação de que o ambiente externo não é importante para aquisição da linguagem, pois grande parte daquilo que forma a faculdade de linguagem será determinado pelo exterior, ou seja, pelos contatos que a pessoa fez durante sua vida.

À FL<sub>0</sub> se incorpora um sistema cognitivo que consiste nos conhecimentos linguísticos. Esse sistema é chamado *língua-I*, que, como já visto, se divide em um componente lexical e o sistema de princípios que opera sobre o léxico e sobre as estruturas sintáticas.

Como a *língua-I* está diretamente ligada à FL, ele não pode ser confundida com a *língua-E*, que, grosso modo, pode ser conceituada como a *língua* de determinada comunidade linguística<sup>6</sup>. A diferença é que a *língua-I* é individual e não está relacionada com o social. Cada *língua-I* possuirá uma noção de gramaticalidade, sendo muito próximas da noção geral de gramaticalidade da *língua-E*, a *língua* compartilhada.

Considere, como exemplo, as seguintes frases<sup>7</sup> (CHOMSKY, 1999, p.19):

- (5) a. Só mais tarde a Joana comprou o jornal e entregou ao marido.
- b. Só mais tarde a Joana comprou o jornal e o entregou ao marido.
- (6) a. Disseram-me que a Maria que não conseguiu apanhar o ônibus das cinco.
- b. Disseram-me que a Maria não conseguiu apanhar o ônibus das cinco.
- c. Disseram-me a Maria que não conseguiu apanhar o ônibus das cinco.

A questão que se põe ao analisar as frases acima é: essas frases pertencem ou não à *língua-E*?

Não será possível respondê-la sem adotar um ponto de vista normativo, e a normatividade para analisar a gramaticalidade de qualquer frase está presente no seu conhecimento linguístico, conhecido como *língua-I*. Logo, para o falante A, todas as frases acima serão consideradas gramaticais com um maior ou menor nível de aceitabilidade,

---

<sup>6</sup> A *língua-E* é a *língua* como sistema, porém não de um indivíduo, mas sim de todos os falantes. As línguas portuguesa ou inglesa, como um todo, podem ser consideradas *língua-E*. Porém, conforme Chomsky, além das passagens em que se cita a *língua-E*, o conceito aparece raramente na tradição da Gramática Gerativa. Tanto se pode definir a *língua-E* de um ou outro modo, mas não interessa como isso é feito. Essa definição não tem função para a discussão. (CHOMSKY, 1995, p.16)

<sup>7</sup> As frases foram adaptadas de Chomsky (op. cit.), que é uma versão traduzida do inglês para o português de Portugal.

enquanto que, para o falante B, as frases (5a) e (5b) têm o mesmo sentido, (6a) e (6b) serão aceitáveis, porém com sentidos diferentes, entretanto a frase (6c) será considerada, por este falante, inaceitável.

## 1.2 Gramática Gerativa

Como exposto nos itens anteriores, o conceito básico de gerativismo não é novo e suas bases filosóficas vêm sendo estudadas há vários séculos, porém a ideia moderna dessa teoria surgiu com força no primeiro livro de Chomsky publicado sobre o assunto<sup>8</sup>, *Syntactic Structures*, lançado em 1957. Nesse trabalho, o autor indica que

A investigação sintática de uma determinada língua tem com objetivo a construção de uma gramática que pode ser vista como um tipo de mecanismo para produzir sentenças da língua sob análise. [...] O resultado final das investigações deveria ser uma teoria da estrutura linguística na qual os mecanismos descritivos utilizados em gramáticas específicas são apresentados e estudados abstratamente, sem referência específica a línguas em especial.<sup>9</sup> (CHOMSKY, 2002, p. 11).

A partir desse livro, surge o conceito de gramática gerativo-transformacional, no qual, com certo número de regras, é possível se criar critérios para se verificar a gramaticalidade das frases de determinada língua. Verifica-se assim que a língua é um sistema no qual os princípios são fixos e não variam, porém os parâmetros podem e serão especificados diferentemente para as mais diversas línguas, criando a possibilidade de se ter recursivamente um número infinito de expressões. Importante ressaltar que esses parâmetros, além de fixos, são inatos, portanto, iam de encontro à mais forte teoria linguística da época, a teoria behaviorista-estrutural, que tinha como maior expoente Leonard Bloomfield. Essa teoria pregava que cada língua tem uma gramática própria, sendo função do linguista apenas descrever as categorias presentes em tal língua; dizia ainda que o ser humano, ao nascer, é uma tábula rasa e todo o conhecimento é adquirido através da experiência.

Por mais que esses dois últimos conceitos até agora explanados neste texto (gramática universal e gramática gerativo-transformacional) sejam, de modo errôneo, considerados como

---

<sup>8</sup> *Logic Structure of Linguistic Theory* foi escrito em 1955, porém só foi lançado como livro em 1975.

<sup>9</sup> Tradução nossa. Segue o original: Syntactic investigation of a given language has as its goal the construction of a grammar that can be viewed as a device of some sort for producing the sentences of the language under analysis. [...] The ultimate outcome of these investigations should be a theory of linguistic structure in which the descriptive devices utilized in particular grammars are presented and studied abstractly, with no specific reference to particular languages.

um só, não o são. Ambos, na verdade, estão estritamente ligados, porém o foco de cada um deles diverge.

Enquanto a Gramática Universal, conforme foi explicado acima, refere-se à capacidade do ser humano de se comunicar, sendo que tal capacidade decorre de sua estrutura mental, a Gramática Gerativa segue uma visão humboldiana, conforme Chomsky (2009, p. 130), de “forma da linguagem”, ou seja, a mente humana transforma o pensamento em sinais estruturalmente organizados e articulados. O pensamento seria, em resumo, a estrutura profunda da língua; para, desse ponto, se alcançar aquilo que é a representação do símbolo físico da linguagem, o que é chamado de estrutura superficial, a estrutura passa por vários processos como mover, concatenar e copiar.

Portanto, a Gramática Gerativa pode ser definida como o sistema de regras que unem, em uma determinada língua, o pensamento ao som, já que o pensamento possui uma estrutura profunda e, para dele se chegar à estrutura superficial, vários processos ocorrem<sup>10</sup>. Então, a partir do pensamento humano, são geradas várias formas para que esse consiga se expressar, contudo tais formas não são aleatórias e devem seguir um número finito de estruturas para que estejam relacionadas àquilo que se foi pensado. Note que as frases abaixo, por exemplo, por mais que possuam elementos muito semelhantes, são completamente diferentes estruturalmente e exprimem fatos muito diferentes.

(7) John is certain that Bill will leave.<sup>11</sup>

(8) John is certain to leave.<sup>12</sup> (CHOMSKY, 2009, p. 177)

Sendo a língua-I individual, cada um de nós atribuirá descrições estruturais inconscientes para as sentenças acima, de forma que as entenderemos ou não. Entretanto é certo dizer que, para o falante-ouvinte ideal, (7) traz um dado psicológico atribuído a John (ou seja, John tem a certeza de que Bill sairá), enquanto (8) tem uma propriedade lógica que está ligada ao fato de que John sairá (ou seja, a propriedade de estar certo).

Ainda será possível parafrasear a frase (8) como

(9) That John will leave is certain.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> As ideias de estrutura profunda e estrutura superficial não são mais tão importantes como no início dos estudos gerativos, todavia mantivemos esses conceitos nesta parte do texto já que faremos uma contextualização histórica do gerativismo.

<sup>11</sup> John está certo de que Bill vai sair.

<sup>12</sup> John é certo que saia. / Está certo que John sairá.

<sup>13</sup> Que John sairá é certo.

Porém não será possível fazer o mesmo com a frase (7); com isso, chega-se à conclusão de que as frases (7) e (8) são semelhantes em sua estrutura superficial, mas muito diferentes em sua estrutura profunda.

Todas as línguas naturais gerarão para cada frase, mais especificamente *expressão* usando o termo técnico, uma estrutura profunda. Todas essas transformações ocorridas entre as estruturas superficial e profunda são chamadas de *transformações gramaticais*, advindo daí a origem do nome gramática gerativo-transformacional<sup>14</sup>.

Ainda no que se refere as frases (7) e (8); para frase (7), será possível verificar que existe um sintagma nominal (NP, de *noun phrase*), o qual corresponde à frase inteira (“John’s certainty that Bill Will leave [surprised me]”<sup>15</sup>), todavia não existe um NP equivalente à frase (8). Uma possível tentativa levaria a “John’s certainty to leave [surprised me]”, porém não corresponderia a estrutura profunda da frase (8).

A explicação acima levou Chomsky a concluir que a estrutura profunda determina como a ideia está organizada no pensamento e a estrutura superficial, a maneira como o pensamento é expresso.

Conforme Chomsky (2009, p. 189),

[...] há dois tipos de fatos que sugerem que condições formais profundas sejam satisfeitas pelas gramáticas de todas as línguas. O primeiro tipo de fato é dado pelo estudo de um amplo leque de idiomas. Na tentativa de elaborar gramáticas gerativas para língua dos mais variados tipos, os investigadores têm sido repetidas vezes levados a suposições bastante semelhantes quanto à forma e à organização desses sistemas gerativos. Mas um tipo mais convincente de fatos ligados à Gramática Universal é dado pelo estudo de uma única língua. Pode à primeira vista parecer paradoxal que o estudo intensivo de uma única língua forneça fatos acerca da Gramática Universal, mas um pouco de reflexão sobre a questão mostra que essa é uma consequência muito natural.

### 1.2.1 Relações entre as estruturas profunda e superficial

Se as teorias da semântica e fonética universais estivessem satisfatoriamente disponíveis, seria possível definir uma relação direta entre som-significado para as sentenças, porém a teoria semântica ainda está longe de ser satisfatória. Logo o Gerativismo nos traz um

<sup>14</sup> Não existe consenso sobre a terminologia. Muitos autores variam entre *generative transformational*, *transformational generative* ou ainda apenas *generative* ou *transformational grammar*. Adotamos, aqui, o termo *gerativo-transformacional*, pois o foco estava nas transformações que ocorrem no processo linguístico; porém, também será usado o termo *Gramática Gerativa*, amplamente adotado pela comunidade acadêmica brasileira.

<sup>15</sup> A certeza de que John sairá [surpreendeu-me]. Tradução nossa.

objetivo mais específico e a curto prazo que é estudar o conjunto de regras que fazem as transformações entre as formas profunda e superficial. Tal estudo seria útil para entender como funcionam as transformações entre representação semântica e a estrutura profunda.

Tomando a frase que segue, é possível verificar dois sentidos, ou seja, duas possíveis estruturas profundas:

(10) What disturbed John was being disregarded by everyone.<sup>16</sup>

(CHOMSKY, 2009, 207)

A primeira estrutura profunda diz respeito ao fato de John estar sendo perturbado pelo fato de todos o desprezarem; enquanto a segunda, ao fato de todos desprezarem aquilo que perturbava John, ou seja, na primeira há uma relação entre o objeto *John* e o verbo *disregard*, como em “Everyone disregards John”<sup>17</sup>, porém refeita em forma passiva. Por outro lado, a relação entre *John* e *disregard* não é tão direta na segunda interpretação, pois a relação direta do verbo é com o verbo *be*, aqui transformado em NP (*being*).

Muitos outros exemplos existem como os acima e eles demonstram como as interpretações semânticas devem ser determinadas pelas relações sintáticas dentro da sentença.

### 1.2.2 A estrutura sintática e a teoria X-barra

Um dos princípios básicos da Gramática Gerativa é a impossibilidade de os termos integrantes de uma sentença se agruparem aleatoriamente. Existe uma ordem entre o nível da frase e os sintagmas ou constituintes. Radford (apud OTHERO, 2009, p. 21) elenca alguns pontos que caracterizam um constituinte:

um certo agrupamento de palavras é um constituinte somente se tiver uma ou mais das seguintes propriedades:

- (i) Comporta-se distribucionalmente como uma única unidade estrutural, isto é, é recorrente como uma unidade única em uma variedade de outras posições nas frases
- (ii) Pode ser coordenado com outro agrupamento similar
- (iii) Não permite intrusão interna de elementos parentéticos (a intrusão geralmente sendo permitida apenas nas fronteiras de constituintes maiores, especialmente sintagmas)
- (iv) Pode ser substituído por (ou servir de antecedente para) uma proforma

<sup>16</sup> *O que perturbava John era ser desprezado por todos* ou *O que perturbava John estava sendo desprezado por todos.*

<sup>17</sup> Todos desprezam John.

(v) Pode ser omitido, sob condições de discurso apropriadas

Essa análise e esse entendimento do constituinte são conhecidos como *Phrase Structure Grammar* (PSG). Chomsky criou a definição do PSG na década de 1950, mas o conceito novo sofreu um impulso nos anos 80. O PSG possui quatro componentes:

- um conjunto finito de símbolos terminais (aqueles que não podem mais se ramificar);
- um conjunto finito de símbolos não terminais (aqueles que podem se ramificar);
- um conjunto finito de regras gramaticais;
- e um símbolo inicial.

Os itens acima podem ser exemplificados pelas regras seguintes:

- (11) a.  $S \rightarrow A B$   
 b.  $A \rightarrow a$   
 c.  $B \rightarrow b$

O que poderia ser representado conforme abaixo

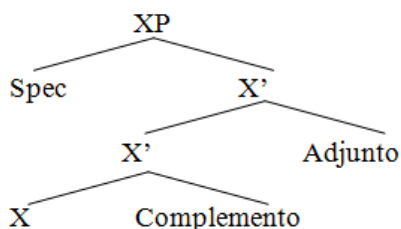


Logo, **S** é o símbolo inicial, **A**, **B** e **S** são símbolos não terminais, **a** e **b** são símbolos terminais, e a maneira como os constituintes estão dispostos seguem uma regra gramatical.

Essa maneira de organizar em sintagmas a sentença é o componente conhecido como sintaxe. E o modelo que, conforme (ALENCAR apud OTHERO, 2009, p.24), permite a análise psicolinguística mais realista<sup>18</sup>, no qual a maneira como as relações entre os constituintes são estabelecidas e hierarquizadas, é a teoria *x-barra*.

A teoria tenta encontrar um modelo que seja comum na descrição de todas as línguas naturais, que é o representado abaixo, muitas vezes com a alternância de lado dos constituintes, porém sempre mantendo a ordem hierárquica de dominância:

<sup>18</sup> *Realista* aqui se refere a representações mais fidedignas da estrutura mental da língua.



A teoria X-barra se distingue do PSG, pois descreve uma organização hierárquica que seja maior que X e menor que XP. Outro ponto importante é a diferenciação entre o complemento e o adjunto<sup>19</sup>. Essas duas características não ocorrem no PSG e, na teoria X-barra, evitam a recursividade que resultará em sentenças agramaticais.

Othero (2009, p. 26-27) elenca alguns dos princípios relacionados a essa teoria: a) endocentricidade: cada sintagma deverá ter um núcleo; b) lexicalidade: cada elemento não terminal será a projeção de um elemento terminal; c) sucessão: um elemento  $X^{n-1}$  dominará um elemento  $X^n$  ( $n \geq 0$ ); d) uniformidade: todas as projeções máximas terão o mesmo número de barras; e) maximalidade<sup>20</sup>: todos os elementos funcionais também deverão ser projeções máximas; f) binaridade<sup>21</sup>: as ramificações arbóreas serão sempre binárias.

Muito comumente, as projeções máximas adotadas são NP (sintagma nominal, de *noun phrase*), PP (sintagma preposicional, de *prepositional phrase*), AP (sintagma adjetival, de *adjectival phrase*), VP (sintagma verbal, de *verbal phrase*), AdvP (sintagma adverbial, de *adverbial phrase*), QP (quantificador, de *quantifier phrase*), PossP (possessivo, de *possessive phrase*) e NumP (numeral, de *number phrase*). Porém, também adotamos, neste trabalho, a projeção máxima DP (sintagma determinante, de *determiner phrase*), que, desde o trabalho de Abney (1987 apud OTHERO, 2009, p. 31), tem sido considerado o antigo NP e corrige vários

<sup>19</sup> “[...] representar um complemento próximo de seu núcleo na estrutura arbórea sugere que as relações de dominância sintática refletem iconicamente o grau de “intimidade semântica” do modificador em relação ao núcleo. Em línguas VO, como o português, os adjuntos costumam vir em posição final (VO+Adjuntos). Em línguas OV, como o alemão, os adjuntos deixam sua posição final e passam a ocupar a posição anterior aos complementos (Adjuntos+OV). Isso revela uma generalização interessante: os núcleos verbais e seus argumentos internos parecem formar um constituinte coeso, deixando elementos modificadores ocuparem uma posição satélite.” (MENUZZI apud OTHERO, 2009, p. 26)

<sup>20</sup> Este princípio é considerado controverso, pois, conforme Othero (2009, p.28), “pode “complicar” a análise e a descrição sintática de estruturas sintagmáticas de superfície. [...] Alguns estudos para o português [...] não seguiram este princípio e utilizaram rótulos como ‘determinante’, ‘pré-determinante’, etc., que não obedeciam ao modelo X-barra. Ou seja, esses elementos não apresentavam a estrutura interna  $XP - X' - X^0$ .”

<sup>21</sup> Em alguns casos, ainda não se há consenso da obrigatoriedade da aplicação desse princípio, como nos casos em que ocorre coordenação.



problemas<sup>22</sup> que existiam na teoria X-barras até então. O DP pode ter como núcleo pronomes demonstrativos, pronomes pessoais, artigos, quantificadores, elementos-QU (*WH-words* em inglês) ou elementos vazios.

Também adotaremos as projeções máximas IP (sintagma flexional, de *inflectional phrase*) e CP (sintagma complementizador, de *complementizer phrase*), em vez de S (sentença).

### 1.2.3 O Programa Minimalista (PM)

A primeira questão que se põe em relação ao programa minimalista é o seu nome que não se apresenta como teoria. O PM não é, realmente, uma teoria, mas sim um modo de investigação da linguagem humana. Seu nome decorre da proposta de economia dos processos de representação e derivação.

O PM é uma nova abordagem com uma vertente teórica sobre as relações da linguagem com a mente, e uma vertente metodológica que se refere a uma disciplina conceptual estrita. Basicamente sua ideia-chave é somente postular questões teóricas que sejam estritamente necessárias para se responder as quatro perguntas propostas por Chomsky (1995, p. 17), as quais que servem como guia de investigação para o Gerativismo desde o princípio:

- a. O que se sabe sobre a língua-I?
- b. Como se adquire esse conhecimento?
- c. Como esse conhecimento é colocado em uso?
- d. Como essas propriedades da mente/cérebro se desenvolvem nas espécies?
- e. Como essas propriedades são processadas pelo cérebro?

Teoricamente, o programa busca quais são as bases para uma concepção mínima de linguagem e, metodologicamente, o programa tenta simplificar análises, eliminar estipulações descritivas e outras soluções de *engenharia linguística*.

Como o gerativismo entende a linguagem humana como inata, dentro disso, o PM, especificamente, estuda o lugar e papel da linguagem na mente humana, fazendo com que seu

---

<sup>22</sup> Alguns dos problemas que ocorriam com o NP era a recursividade infinita que acabava criando expressões agramaticais como NP → Det NP. O NP projetado seguiria a mesma regra e poderia criar expressões como [nosso [um [aquele livro]]].

núcleo gire em torno dos enunciados linguísticos produzidos por um falante de uma dada língua. Como esses enunciados são determinados por estados mentais-cerebrais, busca-se assim a descrição computacional desses estados a partir de representações, bem como quais são as modificações que recaem sobre elas (BORGES NETO, J. apud FERRARI-NETO, J. & SILVA, C. R. T, 2012, p. 30). Além disso, estuda as ligações entre a FL, que é um sistema biológico adaptado a uma tarefa específica, e os sistemas de pensamento (SP), que são as intencionalidades expressivas da mente humana (por exemplo, fornecer expressões para falar sobre o mundo, comunicar-se com os outros, articular pensamentos para si próprio, etc.).

A FL pode ser considerada um sistema exteriorizante, que é associado a um sistema de produção e outro de recepção, que são os sistemas de performance: o sistema C-I (conceptual-intencional) e o sistema A-P (articulatório-perceptual).

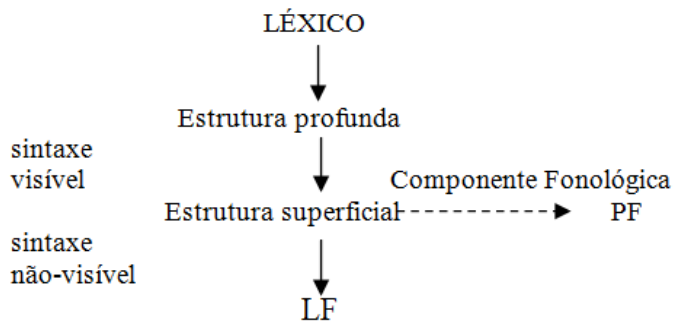
Chomsky (1999, p. 25) diz que é preciso que a FL associe ao sistema C-I e A-P todas as expressões geradas e afirma que a questão fundamental do PM é:

Até que ponto é que o ‘desenho’ fundamental de FL (no sentido de ‘arquitetura’, ‘planta’) é uma solução ótima para satisfazer as condições de legibilidade impostas pelos sistemas de performance. (CHOMSKY, 1999, p. 25).

Logo em seguida, responde que “FL é uma solução ótima para as condições de legibilidade”, entendendo como *ótima* um grande grau de eficiência com um número mínimo de recursos e operações; ainda acrescenta que, caso sejam encontradas imperfeições, essas propriedades devem ser postas sob um escrutínio intenso.

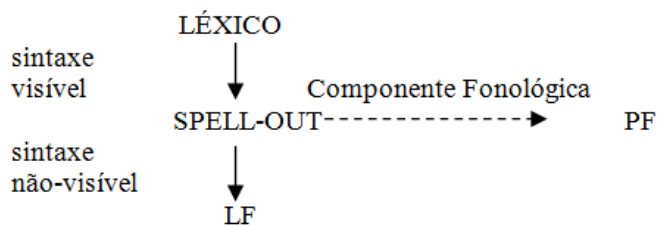
A primeira imperfeição encontrada é a componente fonológica, a forma fonética, que é alheia à essência da linguagem e não tem propriedades linguísticas propriamente ditas. Também as estruturas profunda e superficial não possuem justificativa aplicáveis à forma fonética (PF), relacionada à produção dos sons, e forma lógica (LF), relacionada à semântica, por não serem interfaces ‘externas’.

Assim na teoria Princípios e Parâmetros (versão da Gramática Gerativa que trabalhou com a abordagem paramétrica, principalmente na década de 80), a estrutura era a seguinte:



(CHOMSKY, 1999, p. 21).

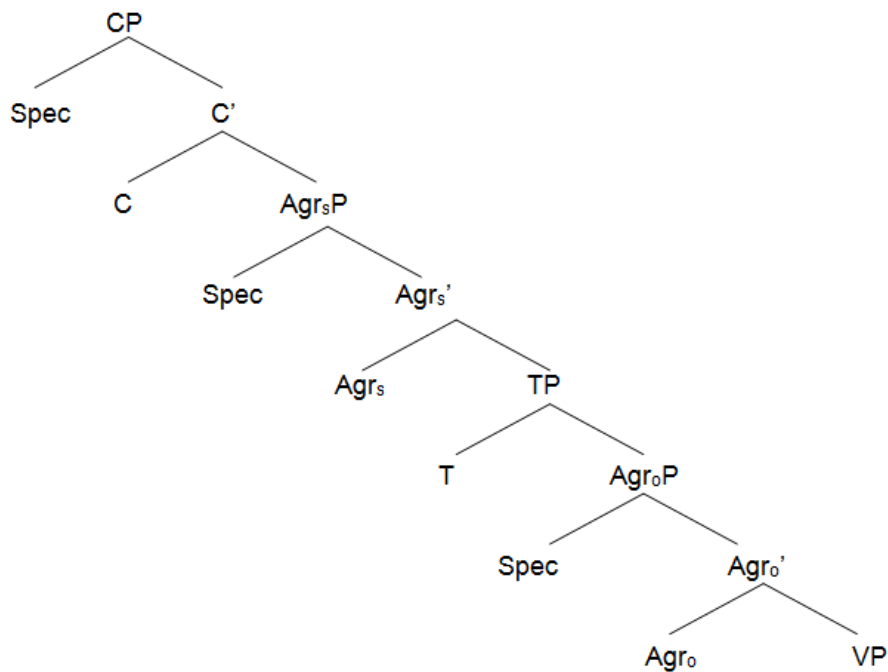
Sendo reformulada no PM para:



(CHOMSKY, 1999, p. 27).

Esse novo modelo contém somente o que é necessário conceitualmente. O *Spell-Out* é “o ponto da computação em que a estrutura formada até aí dá entrada na componente fonológica” (CHOMSKY, 1995, p. 27) e no qual tudo aquilo que não é necessário é removido.

Outro ponto de relevância é o fato de, antes do PM, entender-se que o léxico sofria alterações para fazer as concordâncias, tendo uma estrutura como a abaixo, sendo Agr<sub>s</sub>P o sintagma de concordância de sujeito, TP o sintagma temporal e Agr<sub>o</sub>P o sintagma de concordância de objeto (todos eles removidos no PM):



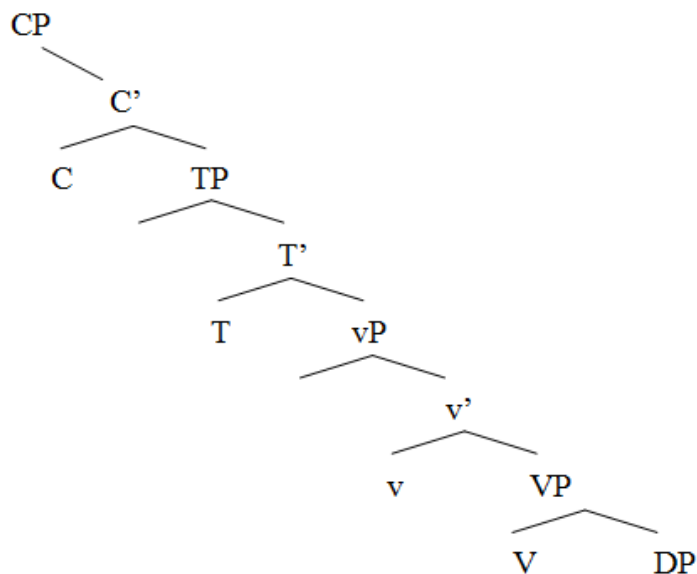
(GOMES, 2012, p.234).

Conforme Gomes,

[...] para compensar a eliminação de Agr, Chomsky introduz uma nova categoria funcional – vezinho (*v*) ou verbo leve – que é o núcleo da construção transitiva/causativa e introduz um argumento externo – o sujeito agente.

Vezinho também carrega traços de caso acusativo e traços-phi, referentes ao objeto e que são checados pelo sintagma objeto e pelo verbo. (GOMES, 2012, p.234).

Assim a oração passa a ser representada como segue.



(GOMES, 2012, p.235).

Também foram incluídos os princípios da *economia* e o da *interpretação plena*. O primeiro impõe limites para o movimento dos constituintes, sendo que esse ocorre somente em último recurso (*last resort*). Como um complemento do primeiro, o princípio da interpretação plena exige que as interpretações que as PF e LF contêm devem ser apenas relevantes para que possam ser interpretadas pelos sistemas de desempenho.

Atualmente, ainda existem outras teorias para estudar a Gramática Gerativa que seguem linhas semelhantes às teorias chomskyanas. São alguns exemplos a HSPG (*Head-Driven Phrase Structure Grammar*) e LFG (*Lexical Functional Grammar*), todavia, neste trabalho, não vemos como necessária a abordagem dessas, já que seguimos as teorias do pesquisador do MIT.

## 2 O SUBJUNTIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB): DA ORIGEM À ATUALIDADE

Conforme será demonstrado a partir do capítulo 3, o uso do subjuntivo em língua portuguesa pode ser substituído em vários casos pelo indicativo e infinitivo. Como uma das hipóteses deste trabalho é a da redução no uso daquele modo, foi realizada uma pesquisa histórica na qual se mostra a evolução do subjuntivo desde o latim, passando pelo português arcaico até chegar ao português contemporâneo. O objetivo do contexto diacrônico é encontrar indícios sobre quando a alteração subjuntivo/indicativo começou a coexistir e o sincrônico é identificar qual é o percentual de uso do subjuntivo em situações nas quais ele é exigido pela norma padrão.

### 2.1 O subjuntivo no latim

O modo subjuntivo na língua latina clássica era formado por presente e pretérito imperfeito, ambos no grupo dos verbos do *infectum* (tempos que indicam uma ação em curso), e por pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito, ambos considerados *perfectum* (indicando uma ação passada).

Já no português contemporâneo, há três formas simples: presente, pretérito imperfeito e futuro. Ainda há outras três formas compostas, que são pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro composto, todas elas compostas pelo presente, pretérito imperfeito e futuro do subjuntivo, respectivamente, acrescidos do particípio passado.

Como os tempos compostos do subjuntivo são formados a partir dos tempos simples, podemos considerar que o português contemporâneo é formado basicamente apenas por três tempos no modo subjuntivo (os tempos simples). Portanto, do latim com quatro tempos, houve a redução para três no português.

Silva (2010, p. 126) apresenta um quadro comparativo da conjugação latina com os correspondentes em português, o qual reproduzimos a seguir:

Tabela 1 – Quadro comparativo do subjuntivo em latim e português

Presente <i>amem &gt; eu ame</i>	Pretérito Imperfeito <i>amarem &gt; (amasse)</i>	Pretérito Perfeito <i>amarim<sup>23</sup> &gt; (tenha amado)</i>
Pretérito mais-que-perfeito <i>amassent &gt; (tivesse amado)</i>		Futuro <i>inexistente no latim &gt; (eu amar)</i>

Os parênteses indicam que não há relação de exatidão; assim, a forma não representa a mesma ideia expressa presente no tempo de que se originou.

Logo, o único tempo verbal do subjuntivo em latim que carregou os seus valores semânticos para o português corrente é o presente do subjuntivo. Os demais sofreram grandes alterações. Por exemplo, o pretérito imperfeito do português contemporâneo é resultado do pretérito mais-que-perfeito latino.

A maior mudança ocorrida foi no futuro do subjuntivo que não existia no latim. Silva (2010, p. 128) afirma que esse tempo é o resultado de confusão do falante entre o futuro perfeito e pretérito perfeito do subjuntivo.

Vale esclarecer que o imperativo negativo (e parte do imperativo afirmativo) em português é tomado a partir do subjuntivo presente, porém, no latim, o imperativo possuía características próprias e inclusive um de seus tempos, o imperativo futuro, desapareceu na transformação ocorrida para o português.

## 2.2 Algumas das marcas do português arcaico

Os primeiros textos considerados como português foram escritos no século XII. Coutinho (2005, p. 65) elenca cinco deles como os mais antigos: *Auto da Partilha* (1192), um *Testamento* (1193) e uma notícia, *Notícia de Torto* (por volta 1206). Esses foram escritos em prosa. Os mais antigos em verso são uma cantiga de Pai Soares de Taveirós (1189) e outra, del-rei D. Sancho (1194-1199).

Esses textos são uma rica fonte de exemplos de como a língua mudou daquele período para o atual; logo, buscamos, neles, ocorrências do uso do subjuntivo ou equivalente. De

<sup>23</sup> Silva (2001, p.39) difere de Silva (2010). A autora cita que a forma verbal da 1ª pessoa do singular no presente *perfectum* do subjuntivo é *amaverim* e não *amarim*. O mesmo ocorre com a mesma pessoa do pretérito *perfectum* do subjuntivo: *amavissem* e não *amassent*.

antemão, Coutinho (2005, p. 67) afirma que a 2ª pessoa do subjuntivo substituíria a do imperativo nas frases optativas como em (12).

(12) [...] *digas-me mandado de mha senhor.*

A forma verbal atual é formada pela 2ª pessoa do singular do presente do indicativo e, para o verbo *dizer*, que é o verbo utilizado acima, ocorrem duas formas, *diz* e *dize*, logo *diz-me/dize-me*. Também ocorre a forma *diga* (*diga-me*) que é a 3ª pessoa do singular, entretanto utilizada como 2ª pessoa do singular no imperativo.

### 2.3 Marcas do subjuntivo no português arcaico

Nos textos analisados, foram poucas as ocorrências do subjuntivo. Em *Diálogos de S. Gregório*<sup>24</sup>, o conectivo *que* aparece ocupando a posição de CP várias vezes, cumprindo diversas funções sintáticas, porém não ocorre o uso do subjuntivo, e há apenas uma indicação de uma ocorrência na qual a gramaticalidade se mantém tanto no indicativo ou no subjuntivo no português brasileiro contemporâneo, contudo o texto traz o verbo no modo indicativo.

E o seu bispo daquela eigraya, *que* (SUJ) avia nome Constâncio, feze-o trager per todalas eigrejas dos martires *que* (SUJ) eram en seu bispado. (SILVA, 2001, p. 112).

A alteração para o português atual no modo subjuntivo ocorreria conforme abaixo.

(13) [...] e o bispo daquela igreja, que tinha o nome de Constâncio, levou-o para todas as igrejas que fossem de seu bispado.

Outra partícula, que, mesmo sem aparecer nos textos arcaicos com frequência conforme Silva (2001), é o *ca*, que pode ser encontrado em algumas cantigas exercendo várias funções sintáticas, como no Cancioneiro da Ajuda, cantiga 119 de Fernão Garcia Esgaravunha. Nesse poema, nota-se a ocorrência do subjuntivo após o conectivo *ca*, porém sem relação de obrigatoriedade entre eles. Ambas as ocorrências acontecem com o verbo *saber* (na forma *soubesse*).

Quam muit'eu am'ũa molher

<sup>24</sup> Esse texto foi disponibilizado por Silva (2001) e foi utilizado aqui devido à extensa descrição feita em sua morfossintaxe e sintaxe. Dessa maneira, pudemos focar apenas nas considerações relativas ao subjuntivo. O texto *Diálogos de São Gregório* utilizado por Silva é a versão mais antiga dele encontrada em português arcaico.



non'o sabe Nostro Senhor,  
 nem ar sabe quam gram pavor  
 hei hoj'eu dela, cuido-m'eu;  
 ca, se o soubesse, sei eu  
 ca se doeria de mi  
 e nom me faria assi  
 querer bem a quem me mal quer.

Pero que dizem que negar  
 nom xe Lhe pode nulha rem  
 que El nom sábia, sei eu bem  
 que aind'El nom sabe qual  
 bem lh'eu quero, nem sab'o mal  
 que m'ela por si faz haver;  
 ca, se o soubesse, doer-  
 s'-ia de mi, a meu cuidar.

Ca Deus de tal coração é  
 que, tanto que sabe que tem  
 eno seu mui gram coit'algúem,  
 logo lhi conselho pom;  
 e por esto sei eu que nom  
 sab'El a coita que eu hei,  
 nem eu nunca o creerei  
 por aquesto, per bõa fé.

(ESGARAVUNHA, 2012)

#### 2.4 Notícia de Torto: um dos textos não literários mais antigos em língua portuguesa

A notícia de torto é um texto cartorial que provavelmente nunca foi lavrado. Foi um rascunho feito em pergaminho e apresenta “rasuras, traços e entrelinhas, redação desordenada e confusa, linguagem bárbara, ortografia extravagante e sem data nem subscrições” (COSTA, 1992, p. 22). O texto é um relato das malfeitorias realizadas a D. Lourenço Fernandes da Cunha pelos filhos de Gonçalo Ramires e outras pessoas.

Interessa-nos o texto por ser possivelmente escrito em linguagem utilizada na época sem os rebuscamentos literários, porém com a intenção de ser um texto em língua padrão pelo caráter jurídico. Nas suas 55 linhas, o modo subjuntivo ou equivalente tem seis ocorrências nas 11 primeiras (com sublinhado nosso para indicação), as quais estão transcritas abaixo conforme o projeto BIT-PROHPOR<sup>25</sup>.

1 De<sup>26</sup> noticia de torto que feceru) a Laure)cius Fernãdiz por plazo que fece Gõcauo

<sup>25</sup> Projeto *Banco Informatizado de Textos* do PROGRAMA PARA A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.

<sup>26</sup> Marcações em itálico ou com colchetes representam alterações, suposições ou acréscimos em filologia.

- 2 Ramiriz antre suos filios e Loure)zo Fernãdiz quale podedes saber: e oue auer,  
de erdade
- 3 e dauar, tâto quome uno de suos filios, daquãto podese) auer de bona de seuo  
pater; e fiolios seu
- 4 pater e sua mater. E depois feceru) plazo nouo e cõue) uos a saber quale; in ille  
seem
- 5 taes firmamentos quales podedes saber Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca [luiz e]
- 6 Eluira Gõcaluiz foru) fiadores de sua irmana que o[to]rgase aqu[e]le plazo come  
illos
- 7 Super isto plazo ar fe[ce]ru) suo plecto. E a maior ajuda que illos hic cõnoceru),  
que les
- 8 acanoese Laure)zo Fernãdiz sa irdade per plecto que a teuese o abate de Sancto  
Martino
- 9 que, como ue)cesse, que asi les dese de ista o abade. E que nunqua illos lexase  
daquela irdade d[.] se) seu mãdato. Se a lexare, i)tregare) ille de ootra que li  
plaza.
- 10 E dauar que oueru) de seu pater, nu[n]qua le li i)de deru) parte  
(BIT-PROHPOR)

Na linha 6, o verbo *otorgar*<sup>27</sup> está conjugado no pretérito imperfeito do subjuntivo e está presente em uma oração subordinada substantiva objetiva direta que complementa o verbo *saber*. Nas linhas 8 e 9, o verbos *teuese* e *eu)cesse*<sup>28</sup> indicam desejos que deveriam ter ocorrido no passado.

Na linha 10, há o verbo *lexare*) que tem grande chance de ser indicador de uma criação do português arcaico, já que, no latim, o futuro do subjuntivo era inexistente.

Apesar de identificarmos os verbos, principalmente pelas suas desinências, não há indicações de que houve mudança na estrutura da frase. Normalmente, nos casos em que o subjuntivo aparece em uma subordinada, uma conjunção como *que* ou *ca* ocupam a posição de complementizador. Ainda sabendo desse fato, é difícil se afirmar, categoricamente, que desde o século XII não houve alterações, pois a análise do texto é parcialmente comprometida pelo estado em que se encontra o pergaminho do qual ele foi retirado pelos membros do BIT-PROHPOR.

## 2.5 Auto de Partilha (1192)

O *Auto da Partilha*, conforme Costa (1992, p. 5), é um texto datado de 1192, porém não é o original, mas ao mesmo tempo não é uma falsificação; trata-se de uma cópia do original. Alguns aspectos que levam a crer nessa afirmação são detalhes como a forma das

<sup>27</sup> A indicação da sílaba *to* entre colchetes é uma marcação da base de dados indicando que não há clareza sobre essa no pergaminho original.

<sup>28</sup> As informações da base de dados informam que este último é de difícil identificação no pergaminho original. Há uma nota indicando que ele está “seguido de várias letras riscadas; parece-me reconhecer *o* e *u* elevados acima da linha e *q*”.

letras que se aproximam da chamada escrita semi-gótica, a qual surgiu apenas um século depois da referida data. Outro ponto dentre os vários citados pelo autor supracitado é a substituição constante do *y* no lugar do *i* e do *V* pelo *u*.

Da mesma maneira que o texto anterior apresenta várias dificuldades para o estudo diacrônico, principalmente pela sua decifração; ainda há o fato de ser uma cópia e escribas corriqueiramente fazerem adaptações, aqui mantendo o início do texto em latim e deixando a dúvida de quais partes foram alteradas. De qualquer maneira, o texto ainda pode fazer parte do *corpus*, já que as alterações datam do século XIV.

Para o estudo, utilizamos a transcrição crítica de Costa (1992, p. 9). Também, como na *Notícia de Torto*, mantivemos a parte específica do texto na qual encontramos material para a nossa pesquisa.

[1] In Ch(rist)i n(omi)ne, am(en). Hec e(st) notitia de p(ar)tiçon (e) de deuison que fazem(os) antre nós dos h(er)dam(en)tus e dus cou[tos e] das onrras

[2] e dou<s> padruadig(os) das eygreygas que forum de nossu padre e de nossa madre, en esta maneira q(ue) Rodrigo

[3] Sanchiz ficar por sa p(ar)ticon na q(u)inta do couto de Víiturio e na q(u)inta do padroadigo dessa eygreyga en todol(os)

[4] us h(er)dam(en)tus do couto e de fora do couto. [...] (COSTA, 1992, p. 9).

Como o *Auto de Partilha* é um inventário, existem algumas possibilidades verbais no português contemporâneo para se definir quais serão os herdeiros e seus respectivos bens herdados.

Entre as possibilidades, estão o imperativo pela sua expressividade de ordem, assim poderemos ter frases como (14). Também poderá ser utilizado o futuro do indicativo, que basicamente indica um desejo sobre ação que se realizará; logo, a mesma ordem já citada poderá ser alterada para (15). Poderá, ainda, ser utilizado o presente do indicativo para se expressar ênfase em uma decisão, portanto outra possibilidade é (16). E, por último existe, a opção de se usar o subjuntivo já que esse modo pode indicar desejo ou vontade como em (17).

(14) Passe a casa para o nome de Fulano.

(15) Fulano ficará com a casa.

(16) A casa fica com Fulano

(17) Que a casa fique com Fulano.

A explicação acima é necessária para que possamos entender a estrutura da oração imperativa que começa na linha 2, tem seu verbo na linha 3 e complementos nas linhas 3 e 4: “en esta maneira q(ue) Rodrigo [3] Sanchiz ficar por sa p(ar)ticon [...]”.

No testamento, o autor expressa o desejo de deixar alguns bens para Rodrigo Sanchiz e, para isso, faz uso da partícula *que* seguida pelo sujeito da oração, *Rodrigo Sanchiz*, e, na sequência, utiliza-se o verbo *ficar*. Poderemos analisar esse verbo de duas maneiras: a primeira como futuro do indicativo, que poderia ser transcrita em português contemporâneo como “desta maneira (que) Rodrigo Sanchiz ficará com sua parte [...]”. Apesar de compreensível, o conector é desnecessário na formação do sentido.

A segunda opção é se colocar o verbo no subjuntivo presente, já que existe a ideia de vontade por parte daquele que deixa os bens. O *que* permanece na frase, porém é preciso alterar a forma do verbo na frase original para se formar “desta maneira que Rodrigo Sanchiz fique com sua parte [...]”. Acreditamos que essa frase expressa de maneira mais contundente aquilo que o autor desejava expressar.

Portanto nota-se que, no *Auto de Partilha*, houve uma alteração pelo menos na forma fonética, independente da forma verbal que será utilizada. Caso seja entendido que a forma fonética continua a mesma (forma no infinitivo), devemos entender que houve uma alteração estrutural, já que, nesse tempo, a estrutura da frase exigiria um elemento na posição de complementizador.

Importante ressaltar que não há como precisar, neste momento, por qual verbo o autor optou, porém é possível dizer que, independentemente da escolha feita, a estrutura pode ser considerada agramatical no português contemporâneo, já que a frase se tornará incompreensível para os falantes-ouvintes.

## 2.6 Considerações em relação ao estudo do subjuntivo no português arcaico

A dificuldade de se encontrarem textos completamente legíveis e que não criem dúvidas quanto à sua autenticidade é grande; dessa maneira, essa foi a maior barreira encontrada na pesquisa. Porém, pôde-se ter acesso a um *corpus* variado que incluía textos de vários períodos dentro do português arcaico.

A única transformação que foi localizada está no *Auto de Partilha* e, por ser isolada, não nos permite avaliar se a estrutura fazia parte da língua portuguesa, naquele período, ou se é um mero erro de algum escriba ou mesmo uma tentativa de rebuscamento que acarretou em uma frase agramatical.

Não foi encontrado nenhum caso, no português arcaico, em que a oração subordinada exigisse normativamente um modo verbal e o escritor tivesse utilizado outro no lugar, como ocorre frequentemente hoje, principalmente na fala, quando se utilizam verbos que exprimem desejo.

Não foi encontrada comprovação do porquê da ausência de trocas indicativo-subjuntivo, como a apresentada, não fazerem parte do *corpus*. Duas hipóteses podem ser consideradas para tanto: a) essas trocas não eram aceitas tanto na fala como na escrita daquele período; ou b) não estavam presentes na escrita devido ao cuidado ao se seguir as normas da modalidade padrão da época.

Todavia, caminhando historicamente, de acordo com Alves (2009, p. 180), já no século XVI a coexistência de outras formas equivalentes ao subjuntivo, ainda que em baixo número<sup>29</sup>, já estavam presentes no português.

## **2.7 O subjuntivo no português contemporâneo**

O próximo item fará brevemente a apresentação de como o verbo subjuntivo pode ser substituído por outros modos. As análises mais detalhadas serão feitas no próximo capítulo.

### **2.7.1 Formas do subjuntivo e seus equivalentes**

No português contemporâneo, em muitas situações sobre as quais discorreremos no curso deste trabalho, é possível a utilização de formas equivalentes ao subjuntivo, ou seja, para se expressar a mesma carga semântica que o subjuntivo possui (ou supostamente possui conforme será discutido no decorrer deste trabalho), podem-se utilizar formas como o indicativo ou o infinitivo, exemplificadas nas frases que seguem:

- (18) a. É bom que você durma cedo antes da prova.  
b. É bom que você dorme cedo antes da prova.  
c. É bom você dormir cedo antes da prova.

Apesar de, a partir de julgamento das sentenças, ser possível verificar possíveis mudanças de sentido ou até mesmo a agramaticalidade em algumas delas para alguns falantes,

---

<sup>29</sup> Em orações adverbiais nas quais o subjuntivo é o modo adequado de acordo com a norma padrão, apenas ocorreu a alteração para o indicativo em 6% dos casos.

as três sentenças, conforme será verificado nos itens subsequentes, podem ser usadas como variantes.

De acordo com a pesquisa histórica de Alves (2009), é possível comprovar que, desde o século XVI, essas variantes fazem parte do PB. Todavia as mudanças linguísticas não são rápidas e não acontecem de maneira uniforme. Em relação à forma fonética, Bybee (2006, p. 20) sustenta a hipótese de que a mudança sonora tende a afetar primeiramente as palavras mais frequentes, portanto, por analogia, é possível prever que frases contendo verbos mais frequentes como *ter* e *ser* terão mais ocorrência do subjuntivo. Logo, verbos menos utilizados terão suas formas mantidas por mais tempo.

- (19) a. Quando meu filho tiver dois anos, vou colocá-lo na escola.  
b. Quando meu filho ter dois anos, vou colocá-lo na escola.

Portanto, considerando a afirmação do autor supracitado, a hipótese (19a) ocorrerá com mais frequência que (19b) já que o verbo *ter* é amplamente usado no dia a dia.

Porém, ao se utilizar de verbos não tão frequentes na fala, como *odiar* nas frases (20a) e (20b), a possibilidade é maior de o contrário ocorrer, isto é, a frase (20b), hipoteticamente, registrará em maior frequência.

- (20) a. Não acho que ele te odeie.  
b. Não acho que ele te odeia.

Outro aspecto que ainda merece atenção é a semelhança entre o futuro do subjuntivo e os verbos no infinitivo pessoal. Nos casos de verbos regulares, a diferença é nula. Assim sendo, os falantes tendem a apenas aplicar, por analogia, o verbo no infinitivo pessoal, como nas frases (21a) e (21b).

- (21) a. Quando eu vir a proposta, eu conversarei com você.  
b. Quando eu ver a proposta, eu conversarei com você.

### 2.7.2 A regularização dos verbos irregulares

Complementando a proposta citada de Bybee sobre a alteração fonética de palavras em geral, Mollica (2003, p. 121) assevera que

[...] estudos sobre a fala vêm mostrando que o português brasileiro atual lança mão de muitas formas verbais nem sempre previstas pela tradição da norma para exprimir o modo subjuntivo e o tempo futuro, assim como as expressões condicionais vêm apresentando alternâncias e tendência à regularização. (MOLLICA, 2003, p. 121).

Em estudo realizado por Macedo (1980 apud MOLLICA, 2003), foi feita pesquisa de campo em uma escola pública no Rio de Janeiro aplicando-se testes com cinco sentenças contendo verbos regulares e outras 15 com verbos irregulares. Quase dois terços dos estudantes que participaram do trabalho regularizaram as formas irregulares criando sentenças como a que segue.

(22) Não é para você dar o presente dela hoje. Se você dar nunca mais falo com você.

Logo, há duas propostas aparentemente opostas, que, na realidade, podem ser consideradas complementares. Caso o verbo irregular seja muito utilizado<sup>30</sup>, a forma irregular continuará por mais tempo sendo utilizada; senão muitas ocorrências do verbo irregular, a tendência será a sua regularização.

### 2.7.3 Metodologia para as entrevistas

A intenção das entrevistas era verificar a ocorrência das formas estudadas neste trabalho. Não foram formulados questionários para a execução das entrevistas. Essa decisão foi tomada para que a conversa fluísse naturalmente conforme os entrevistados fossem fornecendo suas respostas.

Embora ligadas à Sociolinguística, as recomendações de Monteiro (2008, p. 86) foram utilizadas durante a conversa realizada com os sujeitos. Desse modo, foi pedido ao entrevistado que relatasse experiências de vida e as perguntas necessárias para a verificação das ocorrências somente foram aplicadas depois de alguns minutos, quando o entrevistador percebeu que o nervosismo do entrevistado já havia sido reduzido.

Como o subjuntivo ocorre principalmente nas orações subordinadas e respostas quando curtas não englobam a estrutura que inclui o nosso objeto de estudo, tentou-se não as utilizar. Assim se fosse feita uma pergunta como (23), poderíamos ter respostas simples como (24).

---

<sup>30</sup> Formulamos aqui uma hipótese considerando-se as propostas de Bybee (2006) e Mollica (2003). Estudos mais abrangentes ainda devem ser realizados.

(23) Para onde você iria se pudesse se mudar para qualquer lugar do mundo?

(24) Para o Rio de Janeiro.

Da mesma maneira, se fosse perguntado o que ele/ela espera do próximo ano, respostas como *saúde, amor, etc.*, seriam possíveis. Para solucionar tais problemas, foram formuladas questões que pediam para que o entrevistado imaginasse que deveria desejar uma boa viagem para um amigo contendo informações do que ele desejaria (diversão, segurança, etc.). Nesses casos, os entrevistados supostamente deveriam utilizar o conector *que* mais um verbo volitivo, já que palavras isoladas não seriam suficientes para expressar o seu desejo.

Numa tentativa de conseguir verbos no passado ou futuro do subjuntivo, foi preciso fazer perguntas que complementavam as respostas do entrevistado. Assim, ao perguntar para o entrevistado qual situação ele/ela espera para o(s) filho(s) quando crescer(em), esperava-se que fossem usados verbos no presente do subjuntivo. Para aumentar as respostas dos entrevistados, perguntou-se *Quando?*. Com essa pergunta, os entrevistados supostamente replicariam com verbos no futuro do subjuntivo com em (25).

(25) Quando eles tiverem dezoito anos, quando eles morarem sozinhos, etc.

As gravações totalizaram 25 minutos e foi possível colher mais de 30 ocorrências de usos envolvendo o subjuntivo.

#### **2.7.4 A fonte**

Foram escolhidos uma mulher e um homem com diferentes níveis cultural e econômico, ambos moradores de Campo Grande havia mais de 10 anos. A entrevistada A. é casada, tem 24 anos, cursou até o ensino médio, mora em uma região da periferia de Campo Grande, é diarista e tem um filho que frequenta creche pública. Já o entrevistado B. tem 32 anos, considera-se em um relacionamento de união estável, não tem filhos, é formado em contabilidade, cursou pós-graduação *lato sensu*, hoje cursa o seu segundo curso universitário e é dono de uma empresa com mais de 15 funcionários.

#### **2.7.5 Resultados**

A partir das entrevistas, foi possível coletar 33 ocorrências, nas quais se deveria, caso fossem seguidas as regras da gramática normativa, utilizar-se o modo subjuntivo. Ressalta-se



que, doravante, neste item, quando houver a referência de necessidade ou obrigatoriedade de uso, tal referência dirá respeito às regras da gramática normativa.

Porém além das 33 ocorrências, o informante B. utilizou uma sentença na qual os modos verbais foram utilizados de maneira inversa ao objeto de estudo: um verbo no modo subjuntivo foi usado quando se deveria usar o modo indicativo:

- (26) a. Hoje existe muito assim, amizade por interesse, amizade falsa, é... que lhe traga benefício.

Não foi possível questioná-lo sobre qual o significado dessa sentença. Porém considerando os elementos da frase que indicam fato (*hoje* e *existe*), além da inserção de um quantificador (*muito*), a hipótese mais provável é que signifique:

- (26) b. [...] é... que trazem benefícios [àqueles que as tem].

Portanto não há modalidade de incerteza, sendo necessário o verbo no indicativo.

Outra hipótese é uma mudança de pensamento do falante e que, após a pausa, teve a intenção de mudar sua posição e indicar que esses tipos de amizades hipoteticamente podem trazer benefícios:

- (27) Hoje existe[m] muito assim, amizade por interesse, amizade falsa, é... que [supostamente] traga[m] benefício[s] [àqueles que as tem].

Devido aos problemas que estão presentes no entendimento da sentença, ela foi retirada do *corpus*.

### 2.7.6 Variantes utilizadas pelos entrevistados

A tabela abaixo mostra a quantidade de vezes em que um verbo no indicativo foi utilizado quando o recomendado será o subjuntivo e quantas vezes foi utilizado normativamente.

Tabela 2 – Ocorrências de verbos que, pela gramática, normativa deveriam estar no subjuntivo

Variante	Ocorrência	%
Indicativo	10	30,3
Subjuntivo	23	70,7
Total	33	100,0

Alguns pontos devem ser considerados ao se analisar a tabela. Como as entrevistas duraram menos de 13 minutos, o grau de monitoramento dos falantes pode ser considerado maior que entrevistas mais longas que permitem a adaptação à situação que o envolve (presença do entrevistador, possível constrangimento de estar sendo gravado, etc.).

Mesmo com poucas ocorrências, foi possível notar que quando há um distanciamento entre o verbo da principal e o verbo da subordinada, há a tendência de se usar o modo indicativo.

Dos dez casos nos quais o indicativo foi utilizado, houve três dos quais a ligação com a oração anterior não estava conectada diretamente à oração que continha o subjuntivo, como no exemplo da informante A. ao responder sobre o que ela espera do novo prefeito de Campo Grande:

- (27) Bom... espero que ele... que ele realmente no caso mudando um pouquinho o assunto é a questão da saúde, né? porque é... [...]

Podemos elencar algumas razões que podem ter levado a informante a utilizar o modo indicativo: a) entre a forma verbal *espero* da oração principal e a forma verbal *é*, existem doze palavras; b) a informante fez algumas pausas, o que pode representar uma reformulação de sua ideia; c) não ter compreendido plenamente a pergunta.

Da mesma maneira, em uma das ocorrências o informante B. utiliza corretamente, considerando a gramática normativa, dois verbos no subjuntivo em sequência; porém não segue o paralelismo na terceira ocorrência, provavelmente devido ao distanciamento do verbo na oração principal.

- (28) Eu espero que ele tenha a educação que eu tive, tenha... um ensino bom e sabe escolher o caminho correto, né... da vida.

Nas ocorrências que seguem às regras da gramática normativa, houve apenas um distanciamento por uma oração intercalada.

Outro dado importante verificado é a possível regularização dos verbos irregulares proposta por Mollica (2003), explicado no item desta dissertação referente à questão. A regularização praticamente tende a conjugar o verbo como infinitivo pessoal, porém não houve ocorrências desse tipo no trabalho. De outra perspectiva, é possível fazer adendos à teoria acima já que é possível considerar, por exemplo, o presente do indicativo do verbo *ir* (*eu vou, você vai, etc.*) como forma já consolidada pelos falantes do português brasileiro, ou seja, a frequência os fez regulares não pela forma, mas pelo uso.

O verbo *ir* ocorreu 4 vezes, sendo 3 como verbo auxiliar. Também apareceram no *corpus* os verbos irregulares *estar, ser e saber*.

A ocorrência de verbos irregulares conjugados no modo subjuntivo seguindo o padrão culto foi baixa em relação aos verbos regulares como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Ocorrências nas quais o modo subjuntivo segue o padrão culto

Variante	Ocorrência	%
Verbos irregulares	9	39,1
Verbos regulares	14	60,9
Total	23	100,0

Já a tabela 4 mostra que é possível traçar uma tendência de uso do indicativo, em vez do subjuntivo, quando for necessário se utilizar um verbo irregular.

Tabela 4 – Ocorrências nas quais normativamente se deveria utilizar o subjuntivo e foi usado o indicativo

Variante	Ocorrência	%
Verbos irregulares	9	90,0
Verbos regulares	1	10,0
Total	10	100,0

### 2.7.7 Dados por entrevistado

A entrevistada A. foi quem mais forneceu material para o *corpus* (23 ocorrências), enquanto o entrevistado B. utilizou-se de formas verbais relacionadas ao objeto de estudo apenas 10 vezes.

A distribuição de ocorrências que seguiram ou se desviaram da norma padrão está descrita na tabela abaixo:

Tabela 5 – Ocorrências por entrevistado nas quais o modo subjuntivo segue a norma padrão

Falante	A.		B.	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Indicativo	7	30,4	3	30,0
Subjuntivo	16	69,6	7	70,0
Total	23	100,0	10	100,0

### 2.7.8 Considerações em relação à coleta de dados

A partir desse estudo na cidade de Campo Grande, é possível verificar que as formas pelas quais as ideias do subjuntivo são expressas estão em fase de mudança. Concomitantemente, os falantes se utilizam dos modos indicativo e subjuntivo nos casos nos quais a norma padrão exigiria o subjuntivo

Alguns padrões começam a criar formas, como a preferência do uso do modo indicativo quando os verbos irregulares são usados (Tabela 4 – Ocorrências nas quais normativamente se deveria utilizar o subjuntivo e foi usado o indicativo). Como o estudo não abrange um grande número de sujeitos e áreas, a proposta de Bybee (2006), que diferencia o comportamento fonético dos verbos irregulares com mais ocorrências daqueles com menos ocorrências, ainda precisa ser verificada.

Apesar do número reduzido de entrevistados, podemos formular a seguinte hipótese: existe a possibilidade de a mudança não estar relacionada com classe social ou cultural, pois o percentual de ocorrências padrão e não padrão dos entrevistados foi muito próximo.

Afirmações mais precisas serão possíveis a partir de um trabalho com um *corpus* maior, que inclua diferentes regiões. Até o momento, temos conhecimentos de alguns estudos – com outras abordagens linguísticas – como o já citado trabalho de Mollica (2003), porém este trabalha com a escrita; Bittencourt (2012), o qual faz um levantamento especificamente

sobre o uso do subjuntivo em Florianópolis – SC, utilizando-se da base de dados do projeto Varsul (Variação Linguística na Região Sul do Brasil); Alves (2009), que além do subjuntivo no século XVI, faz um levantamento do subjuntivo contemporâneo em Muriaé – MG; e Santos (2005), que usa como *corpora* a *Gramática & Discurso*, contendo amostras do Rio de Janeiro, e do projeto *Iboruna*, com amostras da região noroeste do estado de São Paulo.

### 3 O SUBJUNTIVO EM INGLÊS E PORTUGUÊS

O verbo possui uma categoria relacionada à expressão temporal. Essa categoria, por mais que seja reduzida em alguns casos, está presente em todas as línguas<sup>31</sup> e é dividida, basicamente, em passado, presente e futuro. Outra categoria verbal diz respeito aos modos, que são divididos conforme a posição do falante de acordo com o *status* factual daquilo que é expresso; assim, para fatos verossímeis ou ainda assumidos como tais, será usado o modo indicativo; já para fatos marcados por uma posição subjetiva do falante, o modo a ser utilizado é o subjuntivo. Todavia essa afirmação pode ser contestada em vários casos e dependendo da língua, pois estruturas profundas iguais que demonstram essa subjetividade em diferentes línguas, ou ainda na mesma língua, podem ter uma forma fonética com e/ou sem subjuntivo. Ainda adicionando aos dois modos supracitados, existe o modo imperativo.

Se, em língua portuguesa, a divisão em modos é explícita, isso não ocorre em língua inglesa, pela ausência de marcadores internos aos verbos. Downing e Locke (2006), em *English Grammar: a university course*, trazem pontos significantes da língua inglesa, que, quando comparados à língua portuguesa, mostram a diferença sobre a categorização dos modos e também sobre como o modo subjuntivo ocorre na língua.

Ademais, os mesmos autores afirmam que o modo do verbo em língua inglesa está mais ligado aos tipos de orações que à conjugação do verbo<sup>32</sup>. Tal declaração é baseada em como os indicadores de tempo e modo estão presentes na frase.

Enquanto em português, como na maioria das línguas latinas, os indicadores de tempo e modo estão inclusos dentro do verbo pelas desinências modo-temporais; em inglês, os verbos regulares permanecem na forma infinitiva sem a partícula *to* que os precedem em todos os tempos e modos, diferenciando o tempo e modo pelo verbo auxiliar que os precedem, pela posição na frase ou pelo contexto. A essa regra, são exceções o passado simples, que recebe a desinência modo-temporal *-ed* em todas as suas pessoas e também a 3ª pessoa do singular no presente simples do modo indicativo que, apesar de não receber uma desinência modo-temporal, recebe a desinência número-pessoal *-s*. Também é exceção a 3ª pessoa do subjuntivo presente, sobre a qual discorreremos à frente.

<sup>31</sup> Há uma discussão sobre esse fato na língua pirahã. Daniel Everett (1983, p. 160) diz: “Não há divisões temporais correspondentes às noções de ‘passado’, ‘presente’ e ‘futuro’. A referência temporal é entendida através das combinações de aspectos e o contexto. Todas as formas verbais são ambíguas quanto ao tempo, exigindo um conhecimento do contexto para esclarecimento”.

<sup>32</sup> “*In English, mood has to do with clause types rather than verb inflection*” no original.

Assim, é possível identificar em português que a forma verbal *cantarei* está relacionada à 1ª pessoa do singular do futuro simples do modo indicativo, enquanto, para se expressar o mesmo em inglês, será necessário um auxiliar, neste caso *will* ou *to be going*: *will sing / is going to sing*, mais um pronome pessoal, já que não há desinência número-pessoal inclusa na forma verbal.

Logo, para se compreender o que Downing & Locke (2006) propuseram, é preciso entender o que vem a ser modo e modalidade.

### 3.1 Modo e Modalidade

Ainda que seja mais difundida que modalidade, a definição de modo não é consensual. Aqui adotamos a definição de Bybee (1985, p. 166), a qual diz que o modo verbal é uma categoria que possui desinências com as quais o falante escolhe como deseja se expressar. Em apenas algumas línguas, as indicações modais como obrigação, habilidade, permissão, possibilidade ou intenção estão presentes dentro de uma desinência verbal.

Já para modalidade, erroneamente se assume que é a gramaticalização das atitudes e opiniões dos falantes, porém Bybee et al. (1994, p.181) informa que uma definição sucinta sobre modalidade é praticamente impossível. Apesar de não tentar definir o conceito, o autor sugere que a modalidade está conectada às palavras que trazem carga semântica de obrigação, probabilidade ou possibilidade, por exemplo. Logo, não se limita a desinências ou categorias específicas de palavras, mas sim a um domínio conceitual que engloba vários tipos de expressão.

Já Pereira (1974 apud OLIVEIRA, 2007, p. 32) considera quais são as marcas da modalidade:

(i) o grau de realização de ligação entre o sujeito e o predicado (a verdade, a possibilidade, a dúvida, a negação); (ii) o grau de responsabilidade do locutor em relação à afirmação ou negação dessa ligação; (iii) a natureza da ligação (relação de causa e efeito ou de necessidade) ou das condições satisfeitas para que a ligação se tenha realizado ou se realize; (iv) a natureza do envolvimento subjetivo (emocional ou avaliativo) do locutor em relação a essa ligação. (PEREIRA, 1974 apud OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Pelo fato de a modalidade envolver questões sintáticas como A relação entre sujeito e predicado, conforme acima, ocorrências de traços- $\phi$  (traços-phi) e sequência temporal, por exemplo, como também envolver questões semânticas, entendemos modalidade como Palmer (2001 apud HOYE, 2005, p. 1300), que afirma ser ela uma categoria gramatical que cruza as

barreiras linguísticas. Tentaremos, quando possível neste trabalho, focar nos aspectos sintáticos, entretanto, como a modalidade trespassa fronteiras, algumas vezes se fará necessário abordar dados relacionados à semântica.

Por mais que a definição de modalidade ainda não seja consenso mesmo dentro das várias correntes linguísticas, é possível perceber que a ideia geral de modalidade não muda, e esse conceito, junto com o de modo, é importante para se compreender melhor as questões que envolvem o subjuntivo.

### 3.2 O subjuntivo em português

Há uma gama de situações nas quais o subjuntivo ocorre, porem não é objetivo deste trabalho fazer a descrição de todas essas situações e, em nenhum momento, oferecer normas de uso. Portanto, os exemplos são baseados nas estruturas mais recorrentes e a gramaticalidade ou agramaticalidade das frases é definida através do julgamento daquilo que se aproxima de um falante-ouvinte ideal.

Um dos usos mais frequentes é o do subjuntivo em orações subordinadas. Também há casos em orações chamadas “independentes”, sobre as quais discorreremos mais à frente.

Dentre os vários usos do subjuntivo, um dos casos mais usuais é em orações subordinadas substantivas. O uso nestas condições comumente exige um verbo volitivo ou que indica incerteza.

Logo, na frase (29a), a carga semântica que expressa vontade exige que o verbo venha no subjuntivo<sup>33</sup>, entretanto determinados falantes não percebem a frase (29b), em que se usa o indicativo, como agramatical.

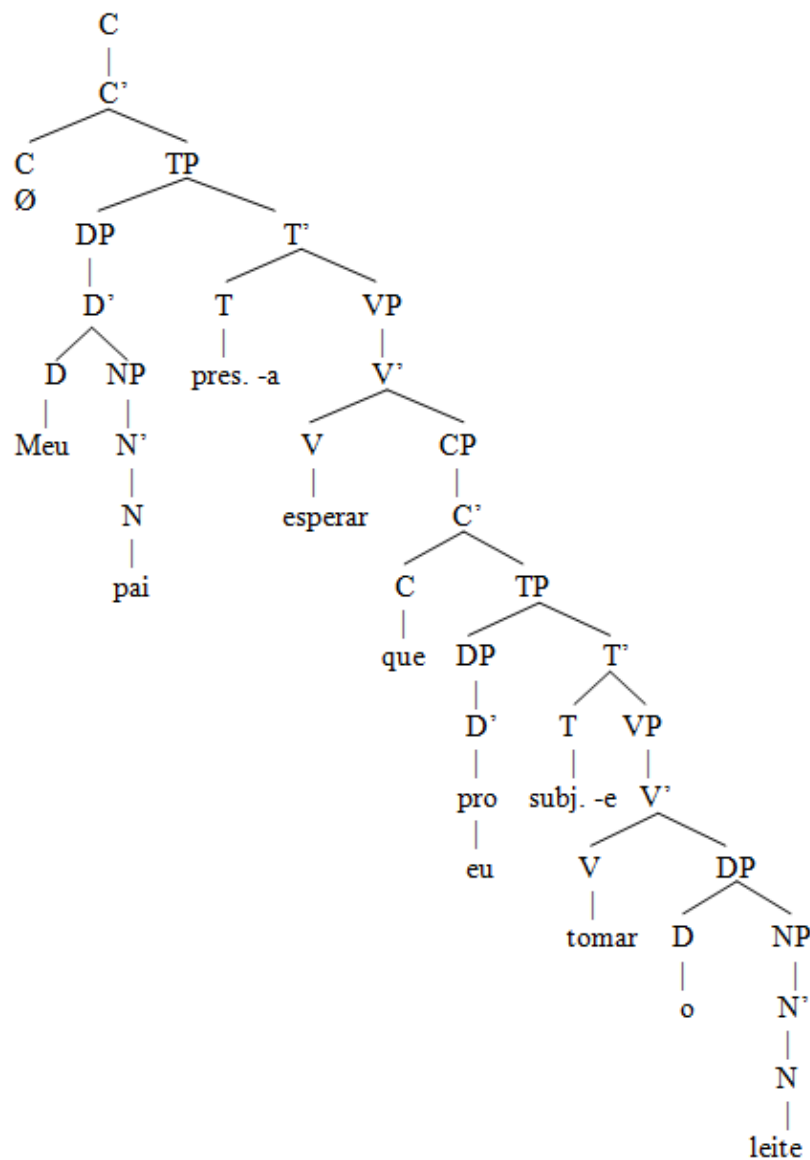
- (29) a. Meu pai espera que eu tome o leite.  
 b. ?Meu pai espera que eu tomo o leite.

Na representação arbórea da frase (29a), é possível verificar que o comportamento do subjuntivo não diverge do indicativo, ou seja, não exige movimentos, contudo a presença da desinência, na *head* T (-e) da oração subordinada, diferencia os tempos verbais, criando explicitamente o tempo presente do modo subjuntivo.

---

<sup>33</sup> Essa necessidade de o tempo da oração encaixada depender do tempo da oração principal é conhecida como sequência de tempos (*sequence of tenses*, em inglês, ou *consecutio temporum*, em latim. O termo é amplamente utilizado em ambas as línguas). Esse princípio será abordado mais à frente.





É importante notar que os conceitos de modo *realis/irrealis*<sup>34</sup> (relacionados com os modos verbais) nem sempre interferirão no uso do subjuntivo, já que manifestações de desejo, como a da frase (29b), caracterizam-se como *irrealis* e trazem o verbo no modo indicativo. Contudo é possível verificar que, em alguns casos, a diferenciação entre esses dois modos será necessária para o uso do subjuntivo ou não, como nos exemplos (30a) e (30b).

- (30) a. Se ele esteve aqui, eu não o vi. (realidade)  
 b. Se ele estivesse aqui, eu não o veria. (conjectura)

<sup>34</sup> Não entraremos em detalhes sobre os conceitos de *realis* e *irrealis*, pois existem trabalhos consistentes sobre esses assuntos. Para mais informações, cf. Bybee (1994) e Nordström (2010).

O uso do subjuntivo também poderá ocorrer em orações consideradas independentes à primeira análise. Nesses casos, a marca de modalidade estará presente nos verbos, bem como na palavra indicadora de incerteza ou desejo, como *talvez*, *tomara* ou *pudera*.

(31) a. Talvez ele compre mais açúcar mascavo à tarde.

Na frase (31a), a desinência *-e* presente na forma verbal é a marca do modo subjuntivo, considerando-se a 3ª pessoa do singular do presente e também o verbo de 1ª conjugação. Entretanto a modalidade *possibilidade* não é unicamente representada pela marca *-e*. A expressão *talvez* está também fortemente relacionada ao modo subjuntivo. Ao se retirar, esta expressão a frase se torna agramatical.

(31) b. \*Ele compre mais açúcar mascavo à tarde.

Portanto, nos exemplos, o uso do subjuntivo, por mais que tenha uma marca específica que indique possibilidade, ainda exige outro elemento para complementar a modalidade. No entanto, ao usar a expressão *talvez*, não há a obrigatoriedade de se usar o modo subjuntivo, pois a própria expressão possui forte carga semântica relacionada à possibilidade, conforme abaixo.

(31) c. Talvez ele vai comprar mais açúcar mascavo à tarde.<sup>35</sup>

Porém a alteração por outra palavra modalizadora que tenha carga semântica similar deverá ser analisada individualmente, já que as estruturas são diferenciadas.

(32) a. Tomara que ele compre mais açúcar mascavo à tarde.

b. Tomara que ele compra mais açúcar mascavo à tarde.

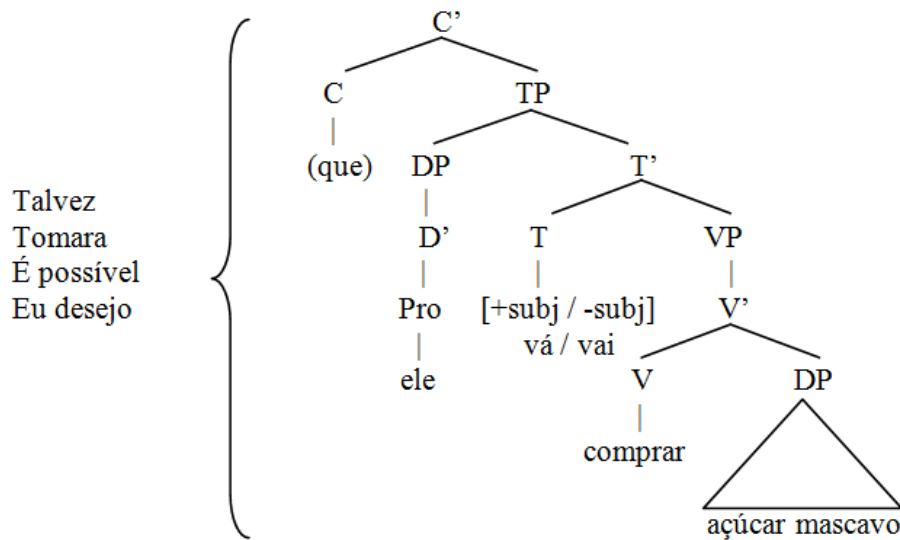
(33) a. Pudera (que) ele compre mais açúcar mascavo à tarde.

b. ?Pudera (que) ele compra mais açúcar mascavo à tarde.

Nos casos (32) e (33), por mais que não haja outro verbo, é possível entender que tais palavras trazem implicitamente expressões que se relacionam diretamente a um sintagma verbal implícito como *É possível (que)* ou *Eu desejo (que)*. Assim a frase (31a) ao ser analisada, terá a mesma estrutura, inclusive na aceitação de [+subj] ou [-subj] para o verbo da subordinada.

---

<sup>35</sup> Apesar de os gramáticos normativos não aceitarem esse uso, a utilização do indicativo em vez do subjuntivo é muito difundida no português do Brasil. Cf. Gonçalves (2003) e Ribas (2013).



Uma possível explicação para esse fato diz respeito à etimologia de tais palavras, conforme Azevedo (1976, p. 45). Bueno (1967 apud AZEVEDO, 1976, P.45) informa que *tomara* vem do verbo *tomar* que, em uma de suas acepções, significava *desejar; querer, com instâncias*. Contudo a relação verbo-significado atual da palavra *talvez* é considerada obscura, já que não foi encontrada nenhuma fonte que a relacione a um sintagma verbal de maneira direta.

Assim, ao considerar as frases acima, é possível concluir que, ao menos, *tomara* é uma expressão invariável oriunda de ao menos um elemento verbal, o que corrobora a hipótese de essas expressões serem consideradas como oração principal, pois trazem um verbo implícito em sua estrutura.

### 3.3 O subjuntivo inglês

Quando Downing & Locke (2006) consideram que o modo na língua inglesa está mais relacionado ao tipo das orações que ao modo, uma das razões é o fato de, nessa língua, praticamente não haver marcação desinencial nos tempos verbais, inclusive no subjuntivo, fazendo com que as ideias representadas pelas modalidades sejam demonstradas por expressões, como na frase abaixo que é uma tradução da frase (31a).

(34) Maybe he will buy more brown sugar in the afternoon.

A forma verbal utilizada, *will buy*, está no *simple future* no modo indicativo, portanto a marcação de possibilidade vem totalmente da palavra *maybe*.

Enquanto a retirada do equivalente da palavra *maybe* em português torna a frase agramatical (20b); no inglês, haverá uma mudança semântica.

Logo, nota-se que, em português em alguns casos, são necessárias duas marcações para que a indicação de certa modalidade (*possibilidade*, no caso citado) aconteça. Essas indicações podem ser uma expressão como *talvez* mais a desinência verbal indicadora de subjuntivo. Note-se que a expressão pode ser uma palavra ou mesmo o verbo da frase principal. Porém, no inglês, somente em alguns casos ocorrerá uma marcação clara por desinência ou alteração da forma verbal. Muitas vezes, como visto, em português, a expressão que tem a carga semântica modalizadora contém implicitamente um elemento verbal.

O mesmo pode acontecer no inglês, já que a etimologia de algumas palavras está relacionada diretamente a um verbo, como é o caso de *maybe*<sup>36</sup>, que foi originado a partir da junção de *may* mais *be*<sup>37</sup>.

Outra palavra que indica possibilidade é *perhaps*<sup>38</sup>, formada pela junção da preposição latina *per* mais *hap* (*chance*); assim, podendo ser relacionada com expressões como *There is a chance (that)...*

Em ambos os casos, o verbo que vem logo depois da expressão não é [+subj], mas simplesmente o indicativo. Como o indicativo é usado na grande maioria dos casos, a semelhança entre o presente do indicativo (marcado com *-s* apenas na 3ª pessoa do singular) e infinitivo para o presente do subjuntivo em inglês faz com que aqueles que falam a língua inglesa como segunda língua, bem como os falantes nativos não utilizem o subjuntivo em muitas situações nas quais poderia ser utilizado.

Tal semelhança também acarreta dificuldades para os falantes do inglês ao aprenderem o português como língua estrangeira. A semelhança dos tempos/modos citada inibe o uso do subjuntivo em português para esses falantes.

A tradução da frase (29a) resulta em (35).

(35) My dad expects me to drink milk.

A forma verbal nesse caso está no infinitivo, não no subjuntivo como em português, ou seja, não apresenta desinências modo-temporal ou número-pessoal.

---

<sup>36</sup> *talvez*, em português

<sup>37</sup> *poder* mais *ser*, em português

<sup>38</sup> *talvez*, em português

Também o subjuntivo do português pode resultar em indicativo no inglês, com formas verbais muito semelhantes às do subjuntivo, como demonstrado na próxima estrutura arbórea.

(36) a. I hope they get the job.

Da mesma maneira, não há desinências para a forma verbal acima, entretanto, ao se utilizar a 3ª pessoa do singular, adiciona-se a desinência número-pessoal *-s*.

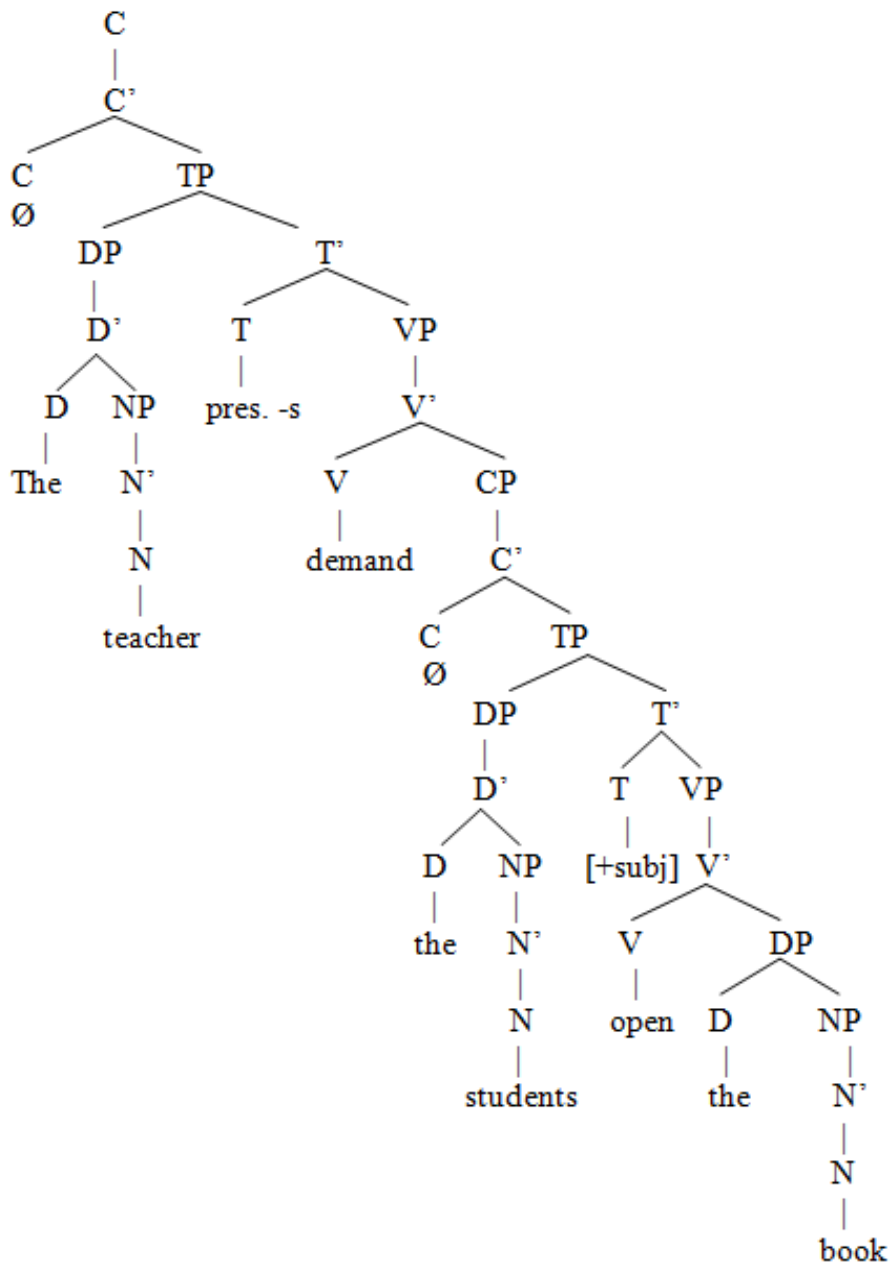
(36) b. I hope she gets the job.

Em alguns casos, o subjuntivo acontece como em português, principalmente no uso de verbos como *suggest*, *demand*, *recommend* e *propose* na oração principal.

(37) a. The teacher demands the students open the book.

b. The teacher demands the student open the book.

Em (37a), a forma verbal é idêntica ao *simple present*, e, em (37b), é idêntica ao infinitivo sem *to*, porém a forma verbal está no subjuntivo e não possui quaisquer desinências em nenhuma das pessoas.



Percebe-se que, nessa representação arbórea, existe a indicação [+subj], que não traz desinências, portanto não haverá alterações no verbo em V. Contudo, devido às semelhanças na forma fonética, os falantes utilizam o indicativo pelo subjuntivo criando frases como (37c).

(37) c. ?The teacher demands the student opens the book.

O símbolo “?” poderia até mesmo ser retirado, já que a utilização do indicativo pelo subjuntivo depois de verbos como “to demand” é muito utilizada e aceita pelos falantes. Esses tipos de ocorrências levaram Downing & Locke (2006, p. 196) a afirmarem que, na língua

inglesa, o uso do subjuntivo perdeu espaço, principalmente nos casos que expressam fatos *irrealis*. Seu uso permanece, contudo, em expressões fixas como as que seguem:

(38) Long live the Queen.<sup>39</sup>

(39) Far be it from me to doubt your word<sup>40</sup>.

Uma possibilidade para a diminuição de uso é o elemento fonético nulo na *head* T que é idêntico às formas verbais do presente (com exceção da 3ª pessoa do singular). Nesse ponto, é importante notar que mesmo sendo as formas fonéticas idênticas, as formas lógicas são diferentes.<sup>41</sup>

Todavia permanece o uso em situações formais. Nas situações menos formais, o subjuntivo, principalmente no Reino Unido, é substituído pelo indicativo ou ainda por *should* + infinitivo.

Assim, as frases abaixo são apenas variantes da mesma estrutura profunda.

(40) a. Mark suggests (that) she go to a school where Portuguese is taught.

b. Mark suggests (that) she should go to a school where Portuguese is taught.

c. ?Mark suggests (that) she goes to a school where Portuguese is taught.<sup>42</sup>

Até este ponto, a análise foi feita apenas se considerando o presente do subjuntivo, contudo não há grande variação para o passado do subjuntivo, que se diferencia do passado do indicativo apenas na 1ª e na 3ª pessoa do singular do verbo *to be*. Dessa forma, as formas verbais, tanto regulares como irregulares do passado do indicativo e do subjuntivo, são idênticas nas suas formas fonéticas.

<sup>39</sup> Long live the Queen!

Muito viva a Rainha!

“Que a Rainha viva muito!”

<sup>40</sup> Far be it from me to doubt your word.

Longe seja isso de mim duvidar sua palavra.

“Longe de mim duvidar da sua palavra”

<sup>41</sup> Bechara (2001), equivocadamente, informa que o modo subjuntivo é usado para se expressar ordem, todavia apenas as formas fonéticas são as mesmas, pois a carga semântica da modalidade do verbo em frases como *Venha logo!* e *Espero que ele venha logo* são completamente diferentes. Note que a primeira indica ordem e a segunda tem na forma verbal carga semântica de modalidade vazia, pois a modalidade de desejo é expressa pelo verbo *esperar*.

<sup>42</sup> (40) a. Mark suggests (that) she go to a school where Portuguese is taught.

Mark sugere (que) ela vá à uma escola onde português é ensinado.

b. Mark suggests (that) she should go to a school where Portuguese is taught.

Mark sugere (que) ela deveria ir à uma escola onde português é ensinado.

c. ?Mark suggests (that) she goes to a school where Portuguese is taught.

Mark sugere (que) ela vai à uma escola onde português é ensinado.

(41) If I were a superhero, I would be Spiderman.

(42) If I had a million dollars, I would buy a Ferrari.<sup>43</sup>

Note que ambas as frases estão no passado, porém a forma verbal se distingue apenas em (41), já que, em (42), a forma é idêntica ao passado simples. Logo, o falante encara novamente mais um problema durante o uso do subjuntivo em inglês devido à semelhança das formas verbais.

### 3.4 Considerações sobre a estrutura do subjuntivo

Conforme Downing & Locke (2006, p. 181), a maior diferença entre as duas línguas recai no fato de o inglês ter suas frases fortemente fundadas no tipo da sentença e elementos modais ou auxiliares, enquanto, no português, podemos afirmar que o modo ainda é relevante na estrutura da frase. Ainda não há dados suficientes para se afirmar que o uso do subjuntivo tem sido reduzido em português com o decorrer do tempo. Há divergências entre pesquisas<sup>44</sup> e não há dados orais antigos para serem analisados. Por ora, é preciso coletar dados e fazer análises.

No entanto, o mesmo não se pode dizer da língua inglesa, na qual o uso do subjuntivo está praticamente extinto e se mantém apenas em usos esporádicos e formais.

À primeira análise, também podemos concluir que as formas fonéticas – desconsiderando por motivos óbvios as diferenças de léxico – de frases que tenham como origem a mesma estrutura profunda em português ou inglês serão muito diferentes uma das outras. As diferenças ocorrerão no momento em que o inglês exclui o subjuntivo para incluir, em certos casos, o modal *should*. Também o inglês difere, pois exige o uso de [+ind] quando é antecedido por uma palavra modalizadora. Outro ponto é a relação entre *irrealis* e subjuntivo. Em português, a modalidade *irrealis* pressupõe, em muitos casos, o uso do subjuntivo, já, em inglês, o uso cria frases agramaticais.

A partir das informações apresentadas, analisaremos estruturalmente as frases que contêm subjuntivo nas duas línguas com as quais trabalhamos nesta dissertação, para, em seguida, fazer a mesma análise com as frases utilizadas pelo falante de inglês ao falar

---

<sup>43</sup> (41) If I were a superhero, I would be Spiderman.

Se eu fosse um super-herói, eu seria o Homem-Aranha.

(42) If I had a million dollars, I would buy a Ferrari.

Se eu tivesse um milhão de dólares, eu compraria uma Ferrari.

<sup>44</sup> Cf. Vieira (2007) e Ribas (2012)



português, com a finalidade de verificar se aqueles que estão aprendendo ou aprenderam português conseguem internalizar as estruturas dessa língua.

#### 4 RELAÇÕES PARAMÉTRICAS ENTRE O PORTUGUÊS E O INGLÊS

Levando-se em consideração qualquer língua que seja alvo de aprendizagem, algumas dificuldades serão encontradas pelos aprendizes devido a vários fatores. Entre esses, é possível citar questões semânticas, desde palavras até ditados populares que possuem elementos completamente diferentes, questões relacionadas à entonação, bem como questões estruturais como a ordem dos elementos constituintes, o uso de modais ou desinências e a ausência de tempos verbais com a mesma carga semântica nas línguas em questão.

Na aprendizagem de PLE, o nosso idioma apresenta suas peculiaridades como todos os outros idiomas; alguns desses pontos exigirão mais esforços dos alunos e outros nem tanto. Basta, nesses casos, observar as distâncias semânticas ou estruturais em relação à(s) língua(s) internalizada(s) do falante e à língua alvo.

Desse modo, haverá menos esforço no quesito ordem dos constituintes para o aluno que tem como língua nativa o inglês (SVO) e está aprendendo português (SVO) do que para aquele que também está aprendendo português, todavia tem como língua materna o japonês (SOV), já que o parâmetro indicador da ordem dos constituintes é o mesmo apenas para as duas primeiras.

No entanto, outros parâmetros serão diferenciados. O inglês é uma língua que não admite o sujeito nulo, portanto, ao se falar do tempo, por exemplo, será necessária a inserção do expletivo *it*.

(43) It is raining.

O que não se faz necessário em língua portuguesa<sup>45</sup>.

(44) Está chovendo.

A concordância, seja nominal (em português, todos os elementos concordam; em inglês, não) ou verbal (grande número de desinências modo-temporais em português; enquanto, em inglês, a maioria dos tempos possui um elemento modal ou uma desinência representada foneticamente em apenas uma forma), também cria algumas dificuldades para os falantes de língua inglesa.

---

<sup>45</sup> O uso de expletivo ocorre em algumas variantes da língua portuguesa de Portugal. Para detalhes, cf. Carrilho (2001).

Logo, são vários os elementos que os estudantes encaram quando iniciam o processo de aprendizagem de qualquer língua estrangeira.

Neste trabalho, não nos ateremos às questões didáticas ou metodológicas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, porém mostraremos quais são os processos mais complexos para a aprendizagem do subjuntivo naquilo que concerne à estrutura da língua.

#### 4.1 Semelhanças entre o infinitivo e o subjuntivo

Apesar de terem características completamente diferenciadas, principalmente em relação aos traços- $\phi$ , em muitos casos do português, ocorre a possibilidade de alternância entre o subjuntivo e o infinitivo sem alteração de significado.

(45) Espero que eu coma muito no almoço.

(46) Espero comer muito no almoço.

Tal fato decorre de o verbo da oração principal ser o elemento que controla o verbo da oração subordinada e também possuir a carga semântica da modalidade *probabilidade* ou *desejo* que são as principais motivadoras de usos do subjuntivo.

A regra que descreve esse comportamento do verbo na oração principal é conhecida como *Sequence of Tenses (SOT) rule*, formalizada por Ogihara (1996, 134 apud PETERSEN, 2011, 65).

##### The SOT rule

If a tense feature B is the local tense feature of a tense feature A at LF, and A and B are occurrences of the same feature (i.e., either [+past] or [+pres]), A and the tense associated with A (if any) are optionally deleted. N.B.: (i) The tense features include [+past] and [+pres] and nothing else. (ii) A tense feature A is “in the scope” of a tense feature B iff B is associated with a common noun and asymmetrically c-commands A, or B is associated with a tense or a perfect and asymmetrically commands A. (iii) A tense feature B is the local tense feature of a tense feature A iff A is “in the scope” of B and there is no tense feature C “in the scope” of B such that A is “in the scope” of C.<sup>46</sup> (OGIHARA, 1996, 134 apud PETERSEN, 2011, 65).

<sup>46</sup> *Regra de sequência temporal*

*Se o traço temporal B é o traço temporal local do traço temporal A na Forma Lógica, e A e B são ocorrências do mesmo traço (por exemplo, [+passado] ou [+presente], A e o tempo associado à A (se existe) são deletados de maneira opcional. N.B.: (i) Os traços de tempo incluem [+passado] e [+presente] e nada mais. (ii) Um traço temporal A está “no alcance” do traço temporal B sse B está associado com um substantivo comum e assimetricamente c-comanda A, ou B é associado com um tempo ou um perfeito e assimetricamente comanda A. (iii) Um traço temporal B é um traço tempo local do traço temporal A sse A*

Dessa maneira, na frase (46), não há a necessidade de um valor temporal; daí o uso do infinitivo. Se o subjuntivo, na frase (45), cumpre o mesmo papel do infinitivo, que é uma forma nominal do verbo, podemos, logo, dizer que a função T do subjuntivo pode, em algumas situações, ser esvaziada, carregando os traços- $\phi$  somente por serem características da língua portuguesa.

Todavia a alternância infinitivo-subjuntivo, muitas vezes, não é licenciada. Caso os sujeitos da oração principal e da subordinada sejam diferentes, o uso do infinitivo é barrado.

(47) \*Espero Maria comer muito no almoço.

(48) Espero que Maria coma muito no almoço.

Além das condições acima, para que a frase seja aceita, o traço do sujeito que foi copiado para a oração principal não pode ser expresso dependendo do tipo de cópia realizada para a principal, o que levaria à agramaticalidade ou a casos de ambiguidade.

(49) \*Maria<sub>i</sub> espera que Maria<sub>i</sub> coma muito.

(50) \*Ela<sub>i</sub> espera que Maria<sub>i</sub> coma muito.

Todavia o uso de PRO na encaixada pode levar à agramaticalidade (51), à ambiguidade (52) ou ainda ser exigido para que seja gramatical (53). Isso dependerá de qual forma foi escolhida pelo falante.

(51) \*Você espera que você coma muito.

(52) ?Maria<sub>i</sub> espera que ela<sub>i</sub> coma muito.

(53) Espero que eu coma muito.

(54) \*Espero<sub>i</sub> que PRO<sub>i</sub> coma muito.

Na oração (54), mesmo com a forma verbal *espero* possuindo traços- $\phi$  que a caracterizam como 1ª pessoa do singular, há a obrigatoriedade do uso de PRO como em (53), já que a língua portuguesa não é uma língua plenamente *pro-drop* como é possível depreender de sentenças como (54).

Outras possibilidades de alternância entre subjuntivo e infinitivo são as situações nas quais o verbo *ser* é seguido por adjetivos modais como *provável* ou *possível*.

---

*está “no alcance” de B e não há traço temporal C “no alcance” de B como A está “no alcance” de C.*  
Tradução nossa

(55) É provável/possível que faça sol no sábado.

(56) É provável/possível fazer sol no sábado.

Como não há sujeito e a posição de CP é ocupada por um expletivo que, como todo expletivo, não recebe função- $\theta$ , a carga semântica no infinitivo é generalizada e não diz respeito a nenhuma pessoa ou número específico, mesmo quando o VP da encaixada traz um verbo não relacionado ao clima, como na frase que segue.

(57) É provável/possível passar no vestibular.

Ao mudar a forma verbal para o subjuntivo, pode-se continuar com a impessoalidade inserindo-se a partícula *se*.

(58) É provável/possível que se passe no vestibular.

A inserção de função- $\theta$  pode se dar com um agente externo do verbo da encaixada no subjuntivo (59) ou ainda com uma locução adverbial no infinitivo (60).

(59) É provável/possível que Maria passe no vestibular.

(60) É provável/possível, para Maria, passar no vestibular.

As alternâncias entre o subjuntivo e o infinitivo são importantes, pois demonstram que o subjuntivo não possui valor temporal e segue o tempo da oração. Apesar de, no inglês, o subjuntivo ser utilizado muito raramente, o infinitivo é utilizado com frequência e pode servir como base na construção da frase em português para o aprendiz de PLE como veremos no próximo item.

#### 4.1.1 Do infinitivo do inglês para o português

Quando as alternâncias citadas no item anterior são possíveis no português, a estrutura do infinitivo em inglês se assemelha ao infinitivo em português, conforme as sentenças abaixo:

(61)  $Eu_i$  espero  $PRO_i$  comer muito.

(62)  $I_i$  expect  $PRO_i$  to eat a lot.

Em ambos os casos, o valor temporal é indicado pelo verbo presente na oração principal, há uma cópia do pronome também na primeira oração e o pronome da encaixada também é apagado, deixando apenas seu traço.

Pelo fato de o segundo verbo ser o fornecedor de uma função- $\theta$  ao PRO e esse mesmo verbo ser um infinitivo impessoal, não fazendo concordância com nenhum elemento, não é possível adicionar um elemento diferenciado daquele que se moveu da subordinada. A inserção de um elemento visível exige que C seja ocupado por *que* e, como consequência, o verbo receberá traços- $\phi$ .

(63) \*Eu espero ela [comer muito].

(64) \*I expect she to eat a lot.

Deste modo, a tradução de uma frase no inglês com os verbos volitivos *to expect* e *to want*<sup>47</sup>, por exemplo, que tenha o mesmo sujeito, sendo que o sujeito da segunda seja apenas um traço, será mais fácil de ser realizada, já que as alterações que acontecerão serão relativas ao léxico e não à estrutura.

Entretanto, caso seja adicionado, na frase em inglês, um agente interno para o verbo da principal como *her*, as mudanças não serão apenas no léxico, mas também na estrutura frasal, já que, em português, não são aceitas como gramaticais as frases que têm, ao mesmo tempo, um verbo volitivo com objeto mais uma oração encaixada com verbo infinitivo e traços do sujeito movido para a principal.

(65) I expect her to eat a lot.

(66) \*Eu espero ela comer muito.

(67) \*Eu a espero comer muito.

Como em (61), também se assemelham muito ao português, as frases iniciadas com *it* + *verb to be* [com valor temporal] + *adjetivo indicador de possibilidade ou recomendação* + *infinitivo*. Apesar, de no PB, não haver um expletivo relativo a *it*, a alteração decorrente na estrutura na tradução de português para inglês, principalmente, é o C nulo no português:

(68) It is important to study Portuguese.

(69)  $\emptyset$  É importante estudar português.

---

<sup>47</sup> *esperar, ter esperança, contar com e querer*

Entre os adjetivos que aceitam essa estrutura, estão: *desirable*, *essential*, *vital* e *imperative*<sup>48</sup> da mesma forma que seus equivalentes em português.

Em ambas as línguas, o adjetivo pode receber uma relação temática para um ser, não causando conflito com o sujeito da principal já que este é um expletivo, no inglês, ou nulo, em português. Logo, teremos frases como abaixo:

(70) It's important for me to study Portuguese.

(71) Ø É importante, para mim, estudar português.

Contudo não é possível afirmar que a carga semântica do exemplo (71) seja a mesma que a de (72), já que, no primeiro exemplo, a importância de se estudar é generalizada, ou seja, é importante para um determinado indivíduo que todos estudem, pois na oração encaixada não há nenhum elemento externo relacionado ao verbo *estudar*, o que já ocorre na oração (72). *Eu* está diretamente relacionado ao verbo e nela não cabe generalização.

(72) Ø É importante que eu estude português.

Embora existam tais diferenças, as estruturas em questão podem ser utilizadas como similares dependendo do contexto. Caso seja, por exemplo, adicionada outra oração subordinada à subordinada infinitiva, e naquela o sujeito seja o mesmo que consta no adjunto, o *Spec* da primeira subordinada será preenchido com um vestígio do mesmo sujeito (PRO), fazendo com que as sentenças tenham, em ambas as línguas, a mesma estrutura.

(73) Ø É importante, para mim<sub>i</sub>, PRO<sub>i</sub> estudar português porque eu<sub>i</sub> vou viajar para o Brasil no mês que vem.

(74) It's important for me<sub>i</sub> PRO<sub>i</sub> to study Portuguese because I'm going to travel to Brazil next month.

Considerando o exemplo (74), teremos uma proximidade maior caso a tradução seja feita como em (73). Porém ainda há a possibilidade de se utilizar outra estrutura, a qual permitirá os mesmos elementos ou ainda aceitará diferentes elementos como em (75).

(75) Ø É importante que o cientista<sub>i</sub> estude português porque ele<sub>i</sub> vai viajar para o Brasil no mês que vem.

---

<sup>48</sup> *desejável*, *essencial*, *vital* e *imperativo*

Devido à semelhança de estrutura entre frases no infinitivo nas duas línguas e também devido à semelhança de significado entre o infinitivo e subjuntivo no português, considerando-se os exemplos dados, a possibilidade de o falante nativo de inglês se expressar com sentenças gramaticais na segunda língua será maior quando utilizar o infinitivo.

#### 4.2 Verbos de influência/permissão: subjuntivo em português e inglês

Verbos como recomendar (*recommend*), exigir (*demand*), ordenar (*order*) são casos nos quais o uso do subjuntivo ocorre tanto na língua portuguesa como na inglesa. Apesar de haver semelhanças na estrutura frasal quando os verbos são utilizados em ambas as línguas, as condições para que a sentença seja gramatical não são tão próximas como visto no item anterior ao se referir ao infinitivo.

(76) O professor recomendou que os alunos lessem o livro.

(77) The teacher recommended (that) the students read the book.

Em português, a posição de C da oração subordinada é ocupada obrigatoriamente pela conjunção *que*, enquanto que, no inglês, a conjunção *that* é opcional e a escolha de uso ou ausência é definida por fatores externos, como formalidade.

(78) \*O professor recomendou os alunos lessem o livro.

(79) The teacher recommended the students read the book.

Em relação aos traços- $\phi$ , o subjuntivo no português tem formas diferenciadas para pessoa e número no caso acima, todavia, na outra língua, não há concordância alguma entre o sujeito e o verbo na oração subordinada. Essa ausência de desinências e auxiliares faz com que a forma seja semelhante ao presente simples, já que é uma das únicas formas em inglês que, no afirmativo, não se associa ao um verbo auxiliar, pois, nesse tempo, há traços de pessoas apenas na 3ª pessoa do singular, conforme a tabela que segue.



Tabela 6– Conjugação do verbo *to read*<sup>49</sup>

	Present – Indicative	Subjunctive
I	read	read
you	read	read
he / she / it	<b>reads</b>	read
we	read	read
you	read	read
they	read	read

Tal similaridade acarreta, no próprio inglês, a criação de frases agramaticais nas quais o falante nativo faz a substituição do subjuntivo pelo indicativo, criando frases como (80).

(80) ?The teacher recommended (that) the student reads the books.

(81) The teacher recommended (that) the student read the book.

Como não há infinitivo flexionado em inglês e se usa o presente do indicativo quando o uso mais comum é o subjuntivo, como nas frases (80) e (81); há uma tendência de o estudante de PLE manter o indicativo também no português, criando frases como (82).

(82) ?O professor recomenda que o estudante lê o livro.

O julgamento da frase (82) como gramatical não é ponto passível. Em língua portuguesa, tal julgamento dependerá de vários fatores externos à língua, contudo é correto afirmar que o uso dessa estrutura tem crescido, conforme indicado no item 2.7, desta dissertação.

A frase (82) nos apresenta não somente a polêmica relacionada ao julgamento, mas também questões semânticas já que, em alguns casos, o subjuntivo e indicativo carregam significados diferenciados. Para exemplificar essa afirmação, retomamos as frases (30a) e (30b).

(30) a. Se ele esteve aqui, eu não o vi.

b. Se ele estivesse aqui, eu não o veria.

---

<sup>49</sup> *ler*

Para a frase (30a), o falante (eu) afirma que alguém (ele) esteve no lugar especificado. A ideia não está relacionada à hipótese, mas sim ao fato de alguém ter passado pelo ponto mencionado (aqui).

Já em (30b), o falante (eu) assume a hipótese de que, caso uma 3ª pessoa (ele) tivesse passado pelo lugar especificado (aqui), não o teria visto. Não há explicação do porquê, mas se pode imaginar, por exemplo, uma quantidade muito grande de pessoas em um lugar também muito espaçoso.

É importante notar que (30b) pode também ter o mesmo sentido de (30a), porém o contrário não será aceito. Ou seja, (30b) pode ser utilizado também para fatos, como (30a). Já (30a) não admite outro sentido. Para que (30a) possa indicar possibilidade, ao menos o verbo da oração principal deve ser alterado para o futuro do pretérito, como em (30c), sendo passível de ser considerada como agramatical por alguns falantes.

(30) c. ?Se ele esteve aqui, eu não o veria.

Contudo, a frase (82), não apresenta duas possibilidades de significado se considerada gramatical. O verbo *recomendar* no presente não permite que seja utilizado outro tempo verbal que não seja o futuro para a aceitação da ação (*ler*), logo o sentido da frase recai sobre o valor temporal do verbo na principal e o verbo na subordinada não possui esse valor temporal.

Logo, as alterações do uso do subjuntivo passando para o indicativo podem estar sendo ocasionadas pelo fato da inexistência de tempo na oração encaixada, possibilitando, assim, o uso de outros tempos verbais no lugar do modo subjuntivo.

### 4.3 Verbo *desejar* e *to wish* e demais volitivos

É importante ressaltar que algumas divisões de verbos, normalmente as realizadas normativamente, nem sempre indicam semelhanças nas estruturas das frases que contêm tais elementos. Um exemplo disso é o grupo dos verbos volitivos.

Em língua portuguesa, a maioria desses verbos licencia estruturas com o modo subjuntivo no CP iniciado pelo elemento *que* ocupando a posição de C.

(83) Cíntia queria [<sub>CP</sub> que sua melhor amiga tivesse vindo ao seu aniversário].

(84) Cíntia esperava [<sub>CP</sub> que sua melhor amiga tivesse vindo ao seu aniversário].

Todavia verbos como *pedir* e *mandar* possuem possibilidades de estruturação das sentenças que outros verbos da mesma categoria não possuem. Uma possível razão é o fato de a carga semântica desses verbos estar ligeiramente distanciada dos demais.

Enquanto, nas frases (83) e (84), a alteração do verbo *querer* para *esperar*, ou vice-versa, não alterará de maneira significativa o sentido das frases; apenas fornecerá diferentes graus de vontades do emissor. Já a substituição dos mesmos verbos por *pedir* e *mandar* trará um novo sentido, mesmo estes possuindo caráter volitivo, porém sendo a expressão de vontade do falante mais enérgica. Para licenciar essas estruturas, deverá acontecer uma mudança nos tempos das encaixadas. Essa modificação será comentada no item 4.6.

(85) Cíntia pediu [<sub>CP</sub> que sua melhor amiga viesse ao seu aniversário].

(86) Cíntia mandou [<sub>CP</sub> que sua melhor amiga viesse ao seu aniversário].

Como citado, os dois últimos verbos podem manter a mesma ideia, alterando-se alguns elementos lexicais da oração encaixada como a seguir, enquanto o mesmo procedimento tornaria agramaticais as frases (83) e (84).

(87) Cíntia pediu a sua melhor amiga<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> para ela<sub>i</sub> vir ao seu aniversário].

(88) Cíntia mandou [<sub>CP</sub> sua melhor amiga vir ao seu aniversário].

(89) \*Cíntia queria sua melhor amiga [<sub>CP</sub> vir ao seu aniversário].

Ao avaliar a tradução dos quatro últimos verbos analisados acima, chega-se a conclusão de que, em inglês, a semelhança entre eles é maior, pois todos têm o sujeito da encaixada em português como elemento interno do verbo da principal.

(90) Cíntia wanted/expected/asked/order her [<sub>CP</sub> to come].

(91) \*Cíntia wished her [<sub>CP</sub> to come].

Contudo o verbo *to wish* será uma exceção na lista dos verbos volitivos em inglês, já que as características na organização de seus elementos internos são muito mais próximas do verbo *querer*, seu equivalente em português.

O verbo *to wish* é mais um dos verbos que, em inglês, aceita o modo subjuntivo na maioria das variantes e, como o verbo na encaixada está no *simple past*, é mais perceptível de ser notado quando é utilizado com o verbo *to be*, pois o passado do subjuntivo em inglês

apresenta a mesma forma do passado do indicativo, conforme tabela abaixo usando o verbo regular *to love*, o verbo irregular *to eat* e o verbo *ser*.

Tabela 7 - Comparativo da conjugação dos verbos em inglês

<i>to love</i> <sup>50</sup>		<i>to eat</i>		<i>to be</i>	
Indicativo	Subjuntivo	Indicativo	Subjuntivo	Indicativo	Subjuntivo
I loved	I loved	I ate	I ate	I was	I <i>were</i>
you loved	you loved	you ate	you ate	you were	you <i>were</i>
she/he/it loved	she/he/it loved	she/he/it ate	she/he/it ate	she/he/it was	she/he/it <i>were</i>
we loved	we loved	we ate	we ate	we were	we <i>were</i>
you loved	you loved	you ate	you ate	you were	you <i>were</i>
they loved	they loved	they ate	they ate	they were	they <i>were</i>

Dessa maneira, a construção de frases com *to wish* ocorrerá conforme segue. Dependendo da situação conversacional do falante, a frase (94) poderá ser julgada como gramatical ou não:

(92) I wish [<sub>CP</sub> Ø you were here].

(93) I wish [<sub>CP</sub> Ø she were here].

(94) ?I wish [<sub>CP</sub> Ø she was here].

O verbo em português com carga semântica mais semelhante para esse caso é o verbo *desejar*. Em muitas traduções, é utilizado o verbo *querer*, porém o traço de intensidade de desejo para este verbo é menor do que o presente em *desejar* e em *to wish*; logo, as seguintes frases serão, respectivamente, possíveis traduções para as frases (92) e (93).

(95) Eu desejo [<sub>CP</sub> que você estivesse aqui].

(96) Eu desejo [<sub>CP</sub> que ela estivesse aqui].

Portanto os verbos nas orações principais recebem valor temporal [+pres], enquanto os da subordinada são marcados com traços-φ de subjuntivo. A diferenciação na estrutura básica ocorre pela presença de um elemento no C da oração encaixada.

Caso ocorra a repetição do sujeito, também será possível o uso de infinitivo na oração subordinada para ambas as línguas.

<sup>50</sup> *amar; comer; ser/estar*

(97) I<sub>i</sub> wish [<sub>CP</sub> PRO<sub>i</sub> to travel].

(98) Eu<sub>i</sub> desejo [<sub>CP</sub> PRO<sub>i</sub> viajar].

Esse tipo de construção com infinitivo é recorrente em inglês, porém as semelhanças entre as línguas ocorrem apenas quando os sujeitos são os mesmos, pois, para o licenciamento de orações com sujeitos diferentes, o N presente no CP da subordinada se move para o VP da oração principal, deixando apenas o traço na segunda oração.

#### 4.4 Os elementos *se* e *if*

Os elementos *se*, em português, e *if*, em inglês, estão estritamente associadas às relações de condição nas orações subordinadas, todavia não são elementos obrigatórios na condicionada e há vários equivalentes que não seguem a mesma estrutura frasal, sem manter o sentido primário de condição. Da mesma maneira, também é possível retirar todos esses elementos, fazendo com que a frase mantenha sentidos muito próximos do original. Nas últimas situações principalmente, haverá alterações de tempos verbais para que sejam aceitas como gramaticais. Logo, temos, dentro das condicionais, orações que se interligarão de maneira mais rígida, enquanto outras serão mais flexíveis, não podendo se assumir indicadores com + ou -.

A utilização de um *continuum* implica na não aplicação da sequência temporal (SOT), já que o falante pode ter certa liberdade na escolha do verbo a ser utilizado no seu VP.

Como primeiro exemplo, a frase (99), pelo fato de ter a estrutura mais disseminada, não trará divergências em relação à sua gramaticalidade.

(99) Se eu tivesse uma piscina, eu nadaria agora.

Nota-se que há uma aparente relação de obrigatoriedade entre o tempo condicional da oração principal no futuro do pretérito com a outra oração, já que a alteração do modo da subordinada, mantendo-se o tempo com marca [+past], torná-la-ia agramatical conforme em (100).

(100) \*Se eu tive uma piscina, eu nadaria agora.

O uso indicativo/subjuntivo, no inglês, não levanta a mesma questão, pois a forma fonética dos dois modos é idêntica, ou seja, mesmo o falante utilizando a forma indicativa, isso não se faz claro para o interlocutor que receberá a informação como gramatical.

- (101) a. If I had<sub>[+subj]</sub> a swimming pool, I would swim now.  
 b. ?If I had<sub>[+ind]</sub> a swimming pool, I would swim now.

A existência do subjuntivo passado do inglês só pode ser notada pela diferenciação indicativo-subjuntivo no passado, conforme a tabela 7 no item 4.3 demonstra.

- (102) If I were you, I would swim now.

Já a utilização do passado ocorrerá em situações mais informais, sendo a sua gramaticalidade mais propensa à discussão.

- (103) ?If I was you, I would swim now.

Da mesma maneira, em português, em poucos casos, o uso do indicativo/subjuntivo evita ambiguidades. O primeiro será usado como indicação de fato e o segundo, como indicação de possibilidade.

- (104) a. If I was indelicate with you, I apologize.  
 b. \*If I were indelicate with you, I apologize.  
 (105) a. If I were indelicate with you, I would apologize.  
 b. ?If I was indelicate with you, I would apologize.  
 (106) a. Se eu fui indelicado com você, eu peço desculpas.  
 b. \*Se eu fosse indelicado com você, eu peço desculpas.  
 (107) a. Se eu fosse indelicado com você, eu pediria desculpas.  
 b. ?Se eu fui indelicado com você, eu pediria desculpas.

Pelo fato de haver a obrigatoriedade de uso do subjuntivo, nos exemplos, quando o futuro do pretérito se faz presente na principal, as frases fornecem a falsa ideia de que a ausência de valor temporal para o modo subjuntivo não pode ser sustentada. No entanto, é importante ressaltar que existe a possibilidade de transformação da frase em uma oração nominal como (108).

- (108) Sendo indelicado com você, eu pediria/pedirei desculpas.

A alternância de futuros (condicional e simples) serve como mais um fato que auxilia na comprovação da ausência de valor temporal, pois não há alteração na oração nominal.

Alguns exemplos retirados de Gryner (1990 apud GRYNER, 1995, p. 75) demonstram que, em línguas naturais, é normal a estrutura *se q, p*, como visto nos exemplos, todavia o acréscimo do elemento com atitude modalizadora restritiva *só* não licencia a formação *se q, só p*, no entanto *p se q* são consideradas gramaticais.

(109) Se eu tivesse corrido mais rápido, teria ganhado a corrida.

(110) Eu só teria ganhado a corrida se tivesse corrido mais rápido.

(111) \*Se eu tivesse corrido mais rápido, só teria ganhado a corrida.

As mesmas estruturas servirão para o inglês mesmo na utilização do subjuntivo, logo, nas duas línguas, teríamos as estruturas:

(112) If I had run faster, I would have won the race.

(113) I would only have won the race if I had run faster.

(114) \*If I had run faster, I would only have won the race.

Apesar das semelhanças, o falante de inglês encontrará algumas diferenças que não trarão dificuldades ao utilizar o português. Por exemplo, na língua inglesa, a condicional que sempre expressa uma situação verdadeira, conhecida como condicional zero, estabelece a sequência de tempos [+pres] na subordinada e também [+pres] na principal, ambas no indicativo. Essa mesma estrutura poderá ocorrer, em algumas variantes do português, porém a maior aceitação ocorre com a subordinada no subjuntivo.

(115) Se você congela a água, ela se transforma em gelo.

(116) Se você congelar a água, ela se transformará em gelo.

Nas situações dadas, o subjuntivo em português somente será licenciado com o uso da palavra *caso*.

(117) Caso você congele a água, ela se transformará em gelo.

Portanto as construções com *se* e *if* são muito parecidas em português e inglês e, desse modo, serão mais fáceis de serem utilizadas pelos falantes nativos que estão em processo de aquisição da língua. Porém é muito importante ressaltar que as estruturas que utilizam tais

palavras não são as únicas possíveis para a expressão de condição. Grande parte das estruturas que fogem da formação básica das condicionais é peculiar a variantes do português, não possuindo equivalentes em língua inglesa. Um exemplo é a frase supracitada (117).

Gryner (1990 apud GRYNER, 1995, p. 71) ainda nos fornece dados que demonstram o *continuum* que pode se estabelecer entre as condicionais e quais são as relações entre suas orações. Aqui tomamos dois dos seus exemplos para mostrar como essa possível flexibilidade interage com esta pesquisa.

- (118) – *Você acha que o Brasil ganha a Copa?*  
 – *É só o pessoal querer... Então, se eles (es)tão ofendidos, eles vão lá e joga e ganha.*

Na última frase, percebe-se que a sequência de tempos estabelecida é de presente e futuro do subjuntivo, sendo a carga semântica condicional da conjunção *se* mais forte que a marcação de subjuntivo, todavia o julgamento como gramatical acontece mais facilmente caso o verbo da subordinada esteja no subjuntivo.

- (119) *Se eles estiverem ofendidos, eles vão lá [...].*

Como, em inglês, a estrutura é de presente na subordinada e futuro na principal, a tradução de inglês para português também será facilitada caso o falante opte pela utilização da estrutura informal nessa situação, utilizando, assim, o presente do subjuntivo em vez do futuro do indicativo.

O segundo exemplo de Gryner é o que segue.

- (120) *Você olha nesses morro aí, naqueles casebre lá em cima, primeiro troço que você vê é as anteninha de televisão lá em cima.*

Na frase (120), ocorre a parataxe<sup>51</sup>, ou seja, as orações são concatenadas sem a existência de elementos coesivos. Nesses casos, a condicionalidade não é marcada por nenhuma palavra que carrega essa carga semântica. As frases são relativamente independentes, logo se não há subordinação, a chance de ocorrência de um verbo no subjuntivo é muito baixa. Uma possível solução para esse caso é que a palavra *Se* tenha sido eliminada no *spell-out* por questões estilísticas, porém outros fatores, como mudança

---

<sup>51</sup> É importante frisar que a parataxe é um recurso que também ocorre em inglês. Tal recurso não será esmiuçado neste trabalho, pois foge ao tema estudado. Para mais informações, cf. Culicover (2010).



repentina do pensamento ou até mesmo gestos que substituam a necessidade do uso da palavra<sup>52</sup>, podem ser considerados. Independentemente de qual foi a situação em que o falante se encontrava quando produziu a sentença, ela é considerada possível em língua portuguesa, logo gramatical.

#### 4.5 Subjuntivo em português e indicativo ou infinitivo em inglês

A grande maioria dos verbos conjugados como subjuntivo no português, independente de sua classificação, possui seu equivalente em inglês no indicativo ou no infinitivo. No capítulo 3, foi descrito o comportamento dos verbos que aceitam estruturas semelhantes nas duas línguas que são foco deste estudo.

Neste item, serão detalhados os casos que se distanciam sintaticamente. Parte dos casos tem sua diferenciação licenciada pelo próprio verbo e outra parte não mantém o mesmo tempo verbal devido a elementos externos, como o objeto do verbo da principal ou o próprio sujeito da oração subordinada, ou ainda pelo uso de advérbios ou expressões, casos que serão detalhados nos próximos itens.

##### 4.5.1 Verbos emotivos ou efetivos

Apenas alguns dos verbos emotivos fornecem a possibilidade de utilização de subjuntivo na oração subordinada, todavia não foi criada uma definição em subcategorias de quais são esses verbos. Uma possível divisão, ainda não completa, é a separação de verbos emotivos que trazem um fato na oração que segue. Tais verbos seriam chamados de factivos-emotivos.

Essa divisão ocorre em algumas línguas latinas como o espanhol que, se na estrutura da oração principal apresenta um verbo que expressa emoções e a oração subordinada contém um fato, a estrutura exigirá um verbo com carga [+sub]. Como exemplos, mostra-se na frase que segue, a utilização dos verbos *lamentar*.

(121) a. Lamento que no tengas más tiempo.

Pelo fato de não fazer parte do objeto de estudo, não será aprofundado o caso da língua espanhola, contudo é válido para se estabelecer um paralelo, demonstrando que verbos

---

<sup>52</sup> As frases retiradas de Gryner (op. cit.) foram obtidas a partir de entrevistas semiformais com falantes cariocas.

com a carga semântica emotiva com exigência de um fato na segunda oração não são exclusivos da língua portuguesa.

Em português, o verbo *lamentar* age da mesma maneira que no espanhol, ou seja, exige um fato não hipotético, o que corrobora a ideia de que o subjuntivo não tem carga semântica hipotética, como é amplamente difundido no meio escolar e por gramáticos normativos.

(121) b. Eu lamento que você não tenha mais tempo.

Como já descrito no item 4.2, é usual em português o emprego, em alguns casos, tanto do subjuntivo como do indicativo.

Dessa maneira, teremos (121c), como frase gramaticalmente aceita por alguns falantes.

(121) c. ?Eu lamento que você não tem mais tempo.

A análise de (121b) e (121c) mostra que não há alteração de sentido dependendo da escolha do falante. Ambas demonstram um fato: a situação presente de não se ter tempo. Também nas duas frases, a relação temporal é independente, porém não é livre. Podendo-se, logo, realizar a alteração do tempo do verbo da principal mantendo-se o tempo da subordinada. A segunda parte da asserção (*não ser livre*) diz respeito ao fato de alguns tempos verbais não serem passíveis de utilização devido a questões semânticas.

(122) a. \*Eu lamentei que você não tiver mais tempo.

Todavia a relação de modos e seus tempos não é tão clara. Ao afirmar que os verbos factivos-emotivos fornecem ao falante a possibilidade do uso do subjuntivo, deve-se acrescentar que, em algumas relações, determinadas situações, como a presença de tempo passado perfeito na oração principal, não admitirá o futuro do subjuntivo. Entretanto o futuro do indicativo aparece como uma opção cabível.

(122) b. Eu lamentei que você não terá mais tempo.

Já na língua inglesa, não se apresentam tantos pontos que mereçam apreciação devido a maior simplicidade dos parâmetros quanto ao uso da categoria de verbos em questão.

O uso do subjuntivo não é utilizado nesses casos. Desse modo, o verbo da oração subordinada apenas terá que atender os requisitos da sequência de tempos.

(123) I regret that you no longer have more time.

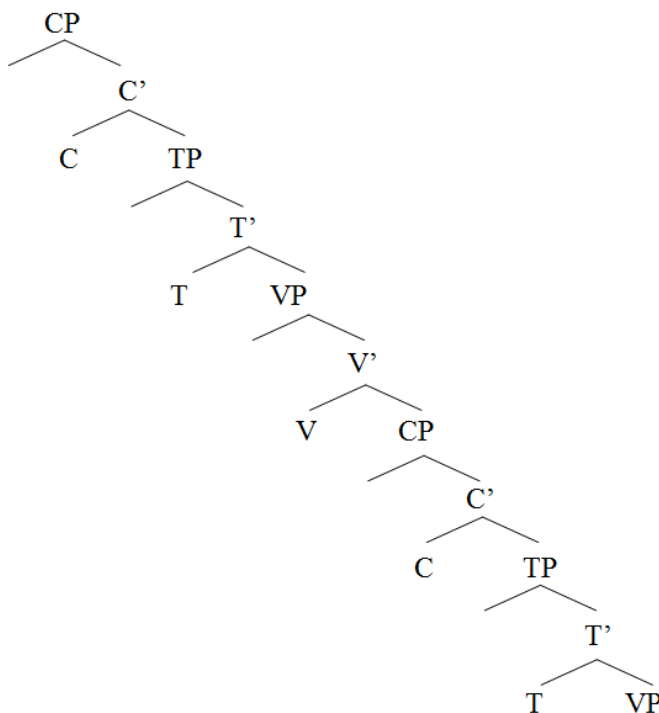
(124) I regretted that you no longer will have more time.

Para o inglês, a subdivisão dos verbos emotivos não é necessária ao se levar em consideração o modo subjuntivo, já que, independentemente de serem emotivos ou emotivos-factivos, o licenciamento do modo da oração que segue será no indicativo ou infinitivo, sendo que o último também ocorre em português desde que o sujeito da oração principal seja o mesmo. Tal licenciamento será demonstrado no próximo item.

#### 4.5.2 O licenciamento pelo sujeito da subordinada (uso do infinitivo ou subjuntivo)

As análises até este ponto demonstram uma relação forte entre o verbo da principal e o verbo da subordinada, sendo que o licenciamento para o uso do modo subjuntivo ocorre pelo uso do verbo na principal, considerando-se qual nível de *realis* ou *irrealis* ele carrega ou se ele pertence a algumas das categorias que licenciam o subjuntivo sem estarem relacionados ao irrealis (e.g. *lamentar* e *querer*).

Ou seja, a estrutura seguinte pode ser considerada como modelo para grande parte das frases que são constituídas pelos verbos citados.



No entanto, o português é uma língua não plenamente pro-dop, ou seja, licencia em alguns casos apenas a eliminação do pronome ou, até mesmo, o nome. Um exemplo disso é o

sujeito oculto em português, já que todas as informações referentes à pessoa estão inseridas no verbo que a ela se relaciona.

Todavia é comum a mesma forma fonética para a 1ª e a 3ª pessoas do singular. Nesses casos, o não licenciamento em sua totalidade se deve à ambiguidade criada.

(125) a. ?Marcos lamenta que PRO [1PS ou 3PS] não possa ir ao teatro.

A frase acima não é agramatical, já que pode ocorrer e ser explicada pelo contexto. Outros verbos criam frases que não são licenciadas ao se retirar o PRO, tornando-as não ambíguas, mas agramaticais. Como é o caso de (126).

(126) \*O professor quer que PRO [1PS ou 3PS] leia Iracema.

Esse último efeito é conhecido como Efeito de Referência Disjunta (ERD). De acordo com Oliveira (2013, p. 43), é possível assumir três padrões de referencialidade pronominal para a complementação subjuntiva: “(i) Controle Obrigatório, (ii) referência disjunta obrigatória ou obviação e (iii) referência livre”. Mais especificamente para o caso do subjuntivo, a autora cita o *Efeito de Referência Disjunta do Subjuntivo*.

Oliveira ainda considera que

Há duas hipóteses muito debatidas na literatura que se propõem explicar os contextos nos quais controle e obviação são exibidos nas línguas. A primeira delas é a Hipótese da Rivalidade Subjuntivo/Infinitivo (HRSI), que toma finitude como uma noção importante para explicar padrão de referencialidade nas línguas. Segundo essa hipótese, apenas línguas que exibem sentenças finitas/não finitas podem desencadear obviação e controle, já que se assume que esses fenômenos são desencadeados pela competição entre estruturas finitas/não finitas (cf. Bouchard, 1984; Farkas, 1992; Krapova, 2001; Schlenker, 2005; Petersen, 2011). Essas pesquisas se baseiam na ideia de que há marcação de Caso nas estruturas finitas e seu bloqueio na não finita [...].

[...] Como a obviação tem sido documentada nos contextos de volitivos, a outra linha de investigação tenta associar a obviação à modalidade subjuntiva, tomando-a como uma propriedade de modo subjuntivo (cf. Picallo, 1985; Rizzi, 1986; Borer, 1989; Kempchinsky, 1986, 1998; Manzini, 2000; San Martin, 2004, Costantini, 2005). Nesse caso, toma-se como base a Teoria da Ligação (TL) e a noção de Domínio de Ligação (DL) para explicar a ausência de coreferência pronominal nesses contextos. De acordo com a TL, anáforas e pronomes devem satisfazer certas condições de localidade a fim de serem licenciados. E a relação de referencialidade entre um pronominal e seu antecedente pode ser capturada pelo Princípio B, que trata do comportamento dos pronomes e exige que pronomes sejam livres em seu Domínio. (OLIVEIRA, 2013, p. 31-32).

Como o português e o inglês são línguas que possuem frases finitas e não finitas, é possível ocorrer o controle. Esse, quando obrigatório, ocorre em sentenças nas quais existe a obrigatoriedade da ausência de pronomes na forma fonética, todavia com um PRO ocupando a posição no NP. Em português, esse tipo de situação ocorre em frases com orações subordinadas infinitivas.

(127) Mark<sub>i</sub> diz PRO<sub>i/j\*</sub> adorar o Brasil.

Chomsky (apud OLIVEIRA, 2013, p. 43) afirma que, segundo a Teoria da Regência e Ligação, mais especificamente no módulo de Teoria do Controle, “a complementação infinitiva é o *locus* por excelência de ocorrência desse fenômeno”.

Já o efeito de referência livre ocorre em frases como (127), pois é possível se utilizar um PRO como sujeito da subordinada que possa se referir a um constituinte da oração principal ou a um elemento externo. Dessa maneira, pode-se reescrevê-la como abaixo:

(125) b. Marcos<sub>i</sub> lamenta que ele<sub>i/j</sub> não possa ir ao teatro.

O referencial, nesse caso, pode ser ligado a Marcos ou a um elemento externo da frase, como alguém que tenha sido citado anteriormente.

O efeito que leva (128) à agramaticalidade é conhecido como referência disjunta ou obviação.

(128) \*O professor<sub>i</sub> quer que PRO<sub>i\*/j\*</sub> leia Iracema.

Para esse tipo de referencialidade, a única opção é a substituição de PRO por um DP que tenha forma fonética, como em (129) e (130), e que tal DP não se refira ao sujeito da oração principal.

(129) O professor<sub>i</sub> quer que ele<sub>\*i/j</sub> leia Iracema.

(130) O professor quer que os alunos leiam Iracema.

Mesmo que o DP seja repetido na oração subordinada, o licenciamento somente ocorrerá se a regra acima se mantiver: o DP da subordinada não pode se referir ao DP da principal como (131)

(131) O professor<sub>i</sub> quer que o professor<sub>\*i/j</sub> leia Iracema.

Nos casos acima, foram utilizados exemplos de verbo volitivos para demonstrar o ERD; tal categoria de verbos é a que mais sofre ação desse efeito. Para haver licenciamento nos casos nos quais o agente externo da oração principal é o mesmo que o da oração subordinada, a forma a ser utilizada será o infinitivo, que não fornece a possibilidade de expressar o DP representado por um PRO na forma fonética.

(132) O professor<sub>i</sub> quer PRO<sub>i</sub> ler Iracema.

Dessa maneira, retomamos a fala de Chomsky que relaciona as orações não finitas como sendo um padrão em relação ao efeito de controle. Logo, em português, o comportamento dos verbos nas orações não finitas não fornece caso para o sujeito da oração, fazendo com que a única opção possível para o preenchimento do DP seja o PRO.

Entretanto há outra opção para a língua inglesa. O preenchimento do DP da oração subjuntiva pode ser efetuado por um NP que não seja PRO. Nessas situações, o NP recebe caso, todavia o verbo permanece no infinitivo. É importante ressaltar que o DP da subordinada recebe uma função- $\theta$  do verbo da principal, e não da subordinada, conforme segue.

(133) [The teacher<sub>i</sub> wants the students<sub>j</sub> [to read the book]].

Em (133), a substituição de *the student* por um pronome direto, já que é objeto e não sujeito, tornaria a frase agramatical.

(134) \*The teacher<sub>i</sub> wants [they<sub>j</sub> to read the book].

Mas, apenas aceitar esse NP como objeto também não seria correto, pois o agente interno de *wants* é *the students to read the book* e não *the students*. A opção que nos parece mais plausível é a subida do sujeito para o objeto, que receberá o caso, mas não a função- $\theta$ .

(135) The teacher<sub>i</sub> wants the students<sub>j</sub> [PRO<sub>j</sub> to read the book].

Esse movimento não é permitido no português considerando-se o modo subjuntivo, logo o sujeito permanecerá na oração encaixada na sua posição de origem.

Caso se considerem verbos que não sejam volitivos, a frase poderá ser estruturada de outra forma. Para isso, pode-se tomar como exemplo o verbo *to regret* (retirados de (125a) e (125b)).

(136) Mark regrets (that) he can't go to the theater.

(137) a. Mark regrets (that) he missed the concert.

b. Mark<sub>i</sub> regrets [PRO<sub>i</sub> missing the concert].

Como é possível verificar nas três últimas frases, não ocorre o ERD no inglês. A razão é essa língua não ser uma língua na qual se pode ocultar facilmente o sujeito. Ele se mantém e, no caso de orações não finitas, há o controle obrigatório – elimina-se a forma fonética do DP que é ocupado por PRO, sem movimentação dentro da frase, como em (137b).

As frases (136), (137a) e (137b) são diferentes estruturalmente e, para se compreender o que envolve as opções infinitivo-subjuntivo na oração subordinada, é preciso analisar quais os pontos que as fazem diferentes. O comportamento dos constituintes dentro do CP é fundamental para esse entendimento. Rizzi (apud RADFORD, 2004, p. 254)<sup>53</sup> subdividiu o CP em várias partes que são ocupadas, muitas vezes, por elementos sem forma fonética que estão relacionados à posição do falante dentro do contexto. Na sequência, estão listadas algumas das quais são importantes para esclarecer o assunto deste item.

A primeira parte da divisão, ForP, não interfere no subjuntivo, já que, no processo de escolha do tipo da frase, não há alteração do modo verbal, trazendo assim um traço não interpretável no que diz respeito à escolha em questão. Mesmo com ForP, em frases interrogativas no inglês, sendo marcado por um constituinte ausente nas declarativas, não há alterações no subjuntivo, já que somente o verbo da oração matriz sofrerá com os efeitos desse tipo de frase. Logo, até o momento, acontecem apenas escolhas lexicais.

No segundo momento, FinP recebe uma característica modal sem traços que possam ser interpretados; e, finalmente, em MoodP, o verbo concordará com o TP dentro do VP. O processo acima ocorre de maneira completa para a língua portuguesa. Todavia, estudos como o de Radford (apud IVERSON; KEMPCHINSKY & ROTHMAN, 2008, p. 5) sugerem que T não existe nas frases com subjuntivo em inglês. Uma das razões para isso é que apenas T pode atrair verbos como *to be* para cima de NegP. Como essa informação não diz respeito apenas às discussões referentes à relação subjuntivo-infinitivo, ela será detalhada no item 4.5.6.

---

<sup>53</sup> Na proposta de Rizzi, o CP é dividido em uma série de partes, processo referido como a hipótese de divisão de CP. Os complementadores especificam se a frase é declarativa, imperativa, interrogativa, ou exclamativa – pelo menos, na língua inglesa – através de ForceP (ForP). Ainda traz FocusP (FocP), uma posição que recebe o sintagma que é o foco da frase. Outra possibilidade é FinP, que define se o verbo será finito ou não-finito. MoodP, por sua vez, refere-se ao modo utilizado.

Da mesma maneira, as informações relacionadas à divisão do CP são importantes para se compreender quais são os problemas quanto à aquisição do subjuntivo do português brasileiro por falantes de inglês como L1 e serão levantadas no item 4.7.

Independente das conclusões a serem fornecidas pelos itens mencionados acima, é possível afirmar que os efeitos de referencialidade pronominal ocorrem de forma diferenciada no inglês e no português quando há o uso do subjuntivo ou infinitivo.

### 4.5.3 Licenciamento por advérbio

No item 3.2, brevemente foi abordada a utilização do advérbio *talvez* licenciando ou não o uso do subjuntivo em português e não licenciando o subjuntivo em inglês. Entretanto o uso de advérbios, não somente *talvez*, mas todos os outros que carregam carga modal de dúvida, incerteza ou possibilidade, não influencia o uso do subjuntivo de maneira simples e direta. Há várias possibilidades que precisam ser levadas em consideração.

A posição do advérbio na frase, a possibilidade de se licenciar um sujeito substituído por PRO na subordinada e a escolha lexical são alguns pontos que serão abordados neste item.

Em (138), retoma-se a discussão apresentada anteriormente sobre qual constituinte carrega o valor semântico normalmente atribuído ao subjuntivo.

(138) Talvez Maria viaje para o Japão no próximo mês.

Caso fosse atribuída a carga semântica de possibilidade ao verbo *viajar* no subjuntivo, a mesma frase com esse verbo no indicativo, como ocorre usualmente em muitos dialetos brasileiros, não seria licenciada, criando sentenças agramaticais. Ainda seria possível considerar que a modalidade do subjuntivo seria transferida para o subjuntivo. Mas como se demonstra em (139), não há carga de possibilidade no verbo *viajar*.

(139) Talvez Maria vai viajar para o Japão no próximo mês.

A retirada de *talvez* das duas frases ou as torna agramaticais ou muda completam o seu sentido.

(140) \*Maria viaje para o Japão no próximo mês.

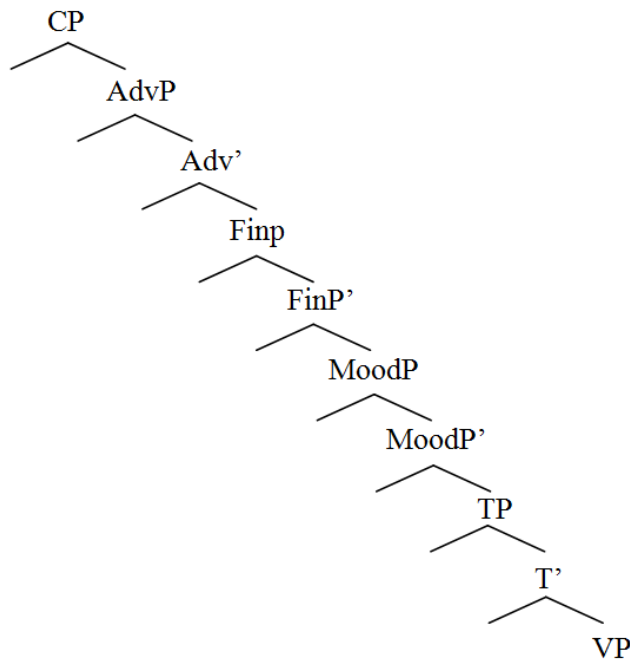
(141) Maria vai viajar para o Japão no próximo mês.



Em (141), fica claro que não há a opção de transferência de modalidade para o indicativo; é evidente a declaração como certa. Porém, mesmo com a manutenção do subjuntivo em (140), não é possível se afirmar que exista a carga de incerteza na forma *viaje*. Logo, nos casos acima, é possível se afirmar que a modalidade decorre do uso do constituinte *talvez*.

Como não é clara a presença etimológica de um verbo na construção da palavra *talvez*, não é possível considerá-lo como uma sentença principal, como ocorre na interjeição *tomara*. Dessa forma, o sintagma ocupado por ele não é consensual: a) pode ser substituído pela totalidade de um CP se for entendido etimologicamente como uma palavra na qual há indícios de verbos; ou b) pode ser considerado como uma subida de AdvP para CP, mantendo-se apenas uma sentença e não duas (como proposto no item 3.2).

De qualquer forma, a escolha de *talvez* licencia em MoodP o uso do subjuntivo quando localizado acima do TP, fato que não ocorre em inglês.



Como o uso do indicativo também é aceito em alguns dialetos, MoodP oferece dois parâmetros para o falante. Caso não haja um movimento de AdvP para logo abaixo de CP, o advérbio não c-comandarà MoodP, portanto o licenciamento do subjuntivo não recairá sobre o advérbio, mas sim sobre qualquer outro item que c-comande MoodP.

(142) a. Maria vai talvez viajar para o Japão.

b. Maria vai viajar talvez para o Japão.

(143) a. Maria vá talvez viajar para o Japão.

b. ?Maria vá viajar talvez para o Japão.

A aceitação de (143) dependerá da interpretação do falante. Em (143a), *talvez* ainda se relaciona ao verbo principal (*viajar*). Uma das hipóteses para isso é a movimentação daquele item para cima de MoodP, lá ter marcado esse sintagma com subjuntivo e, depois, ter sido movido para entre o verbo auxiliar e principal.

Em (143b), as duas primeiras partes do processo supracitado podem ter ocorrido e, depois, o advérbio pode ter voltado ao seu lugar, porém é importante ressaltar que a incerteza nessa sentença não recai sobre o ato de viajar, mas sim para onde Maria irá viajar.<sup>54</sup>

Logo é possível afirmar que a presença de *talvez* não licencia automaticamente o uso do modo subjuntivo.

Diferentemente de alguns trabalhos, como os já citados de Petersen (2011) e Oliveira (2013), esta análise não se baseia em contextos de língua considerados como padrão ou culto, como também não nos interessa a norma definida pelos gramáticos, já que seguimos teorias relacionadas à aquisição da linguagem. Faz-se importante reforçar essa afirmação, pois os dois exemplos que seguem foram retirados de Petersen, que os considera como agramaticais.

- a. \*João acha que talvez CV vai no cinema hoje.
- b. \*João acha que provavelmente CV esqueceu os óculos em casa.
- c. \*Maria acha que possivelmente CV vai viajar para o Japão ainda esse mês.

(PETERSEN, 2011, p. 25)<sup>55</sup>

No texto acima, Petersen aborda a interferência do sujeito nulo no uso do subjuntivo, porém o que torna as frases agramaticais não é a ausência de sujeito, mas sim o uso do indicativo na subordinada.<sup>56</sup>

É importante ressaltar que, como esta dissertação considera a ideia de falante-ouvinte ideal<sup>57</sup>, aqui serão consideradas como gramaticais as frases que seriam consideradas como

<sup>54</sup> Nesse ponto, nota-se que nem sempre o subjuntivo ocorre em situações *irrealis*. Um exemplo é o verbo *lamentar* que é factivo. Apesar de expressar uma situação real, esse verbo licencia o subjuntivo na oração que comanda, como no seguinte exemplo: *Mateus lamenta que não possa tomar mais café devido à sua gastrite*. Porém, na frase (143b), não ocorre o mesmo processo que está presente no verbo factivo *lamentar*. Como não há indícios concretos de que possa haver uma movimentação de subida e descida do advérbio *talvez*, esse permanece no mesmo local, contudo há uma atitude de hipercorreção por parte do falante que utiliza o verbo no subjuntivo.

<sup>55</sup> CV, no texto de Petersen, significa *categoria vazia*.

<sup>56</sup> As frases, porém com subjuntivo, são apresentadas no mesmo trabalho como gramaticais.

a. *João acha que talvez CV vá no cinema hoje*

b. *João acha que provavelmente CV tenha esquecido os óculos em casa.*

c. *Maria acha que possivelmente CV viaje para o Japão ainda esse mês.* (PETERSEN, op.cit., p.24)

corretas (compreensíveis) ou possivelmente gramaticais, já que nem todos os falantes a aceitariam como compreensível.

Retomando as frases citadas de Petersen, foi também alterado *achar* por *acreditar*, por ser um verbo que fornece a opção de subjuntivo para MoodP:

- (144) a. João acredita que talvez vai no cinema hoje.  
 b. João acredita que provavelmente esqueceu os óculos em casa.  
 c. Maria acredita que possivelmente vai viajar para o Japão ainda esse mês.

Apesar de o sujeito nulo não ser o foco, tais frases são importantes, pois apresentam duas marcações que podem interferir no MoodP referente ao verbo da encaixada: o verbo não-factivo *acreditar*<sup>57</sup> e os advérbios *talvez*, *provavelmente* e *possivelmente*.

Ao utilizar qualquer marcação supracitada, haverá a possibilidade de uso do subjuntivo. Para não se entrar em detalhes já discutidos sobre o sujeito nulo na obra citada, foi inserido um sujeito nas categorias vazias.

(145) João acredita que Maria vá no cinema hoje.

(146) João descobriu que Maria talvez vá no cinema hoje.

Em (145), foi retirado o advérbio, enquanto em (146) foi substituído o verbo não-factivo pelo verbo *descobrir*, que não fornece a opção de subjuntivo para MoodP.

Com essas alterações, fica demonstrado que o verbo *acreditar* e o advérbio *talvez* podem definir o modo do VP c-comandado.

A modificação de MoodP, na língua portuguesa, é resultado da interferência do constituinte mais próximo e não ocorre em duplicidade ou cria-se ênfase sobre isso, ou seja, pelo fato de haver dois constituintes que expressam incerteza, por exemplo, não haverá a obrigatoriedade do uso do subjuntivo, como expresso nas frases (144a), (144b) e (144c).

Embora a afirmação acima possa ser demonstrada com exemplos, alguns verbos, caso do factivo *lamentar* com o advérbio *talvez*, criam uma exceção ao que já foi exposto. Esse verbo, quando utilizado sem a presença do advérbio, aceita [+subj] ou [-subj], como fica evidente nas frases reproduzidas abaixo.

---

<sup>57</sup> A ideia de falante-ouvinte ideal é muitas vezes mal compreendida. O falante ouvinte ideal é aquele que, não tendo limitações cognitivas ou físicas, compreende e é capaz de se expressar em uma determinada língua. Não se deve estabelecer relações entre o falante-ouvinte ideal e a gramática normativa.

<sup>58</sup> Nem todo verbo não-factivo exige o subjuntivo. Um exemplo é o verbo *achar* no sentido de *acreditar*: *Eu acho que ela vai comprar um novo celular*.

- (121) b. Eu lamento que você não tenha mais tempo.  
c. ?Eu lamento que você não tem mais tempo.

Todavia a inserção de um advérbio cria frases agramaticais ao se usar o indicativo, sendo assim mais um dos poucos casos nos quais não se aceita o uso do indicativo.

- (147) a. Eu lamento que talvez você não tenha mais tempo.  
b. \*Eu lamento que talvez você não tem mais tempo.

Já na língua inglesa, a relação subjuntivo-advérbio não se apresenta tão complexa e permeada de peculiaridades como na língua portuguesa. Poucos verbos modificam o MoodP da subordinada e os advérbios não alteram MoodP, ou seja, não há particularidades a serem abordadas nessa língua em relação a esse assunto.

#### 4.5.4 Palavras sem carga semântica de *irrealis* que licenciam o subjuntivo

Da mesma forma como no item anterior, não existe, na língua inglesa, a categoria indicada no título. Em português, existem alguns casos que merecem destaque. Um deles é a conjunção *embora* que, apesar de ter classificação diferenciada, pode ser substituída, com alterações, por palavras como *mas*, *porém* e *mesmo*.

- (148) O aluno estudou muito, mas/porém não conseguiu passar no teste.  
(149) Mesmo estudando muito, o aluno não conseguiu passar no teste.  
(150) Embora o aluno tenha estudado muito, ele não conseguiu passar no teste.

Sendo as orações apenas coordenadas como (148), os verbos são independentes e a restrição na SOT somente ocorrerá quando as relações estabelecidas não forem possíveis semanticamente.

- (151) O aluno estudou muito, mas/porém não conseguirá passar no teste.  
(152) \*O aluno estudará muito, mas/porém não conseguiu passar no teste.

Para (149), *mesmo* licencia uma frase não finita que tomará como tempo aquele expresso na principal, ou seja, se o aluno não *conseguiu* passar no teste, foi porque não *estudou* o suficiente; se o aluno não conseguir no futuro passar no teste, foi porque não

estudou muito a partir do momento da fala. Desse modo, não há a possibilidade de expressar tempos diversos com frases infinitas.

Em (150), não há relação direta entre os tempos das duas orações: o presente do subjuntivo é licenciado pelo uso de *embora* e o tempo passado na principal licencia o uso do presente composto na encaixada. A dependência entre os tempos demonstra a possível vacuidade do subjuntivo e a comparação com (150) é mais um elemento que colocaria em questão se a frase pode ser considerada como finita no sentido de demonstração do tempo correto de ocorrência da ação. A comparação com frases que utilizam a palavra *mesmo* levam a mais uma possível prova de vacuidade temporal que será abordada em item posterior.

Em caso de alteração para o indicativo, poderá haver mais julgamentos de agramaticalidade que gramaticalidade, já que *embora* é normalmente utilizado em situações mais formais ou de escrita mais elaborada.

(153) ?Embora o aluno estudou muito, ele não passou no teste.

Caso seja aceita como gramatical, é possível entender que a oração deixa de ser subordinada e passa a ser coordenada, sendo *embora* um sinônimo para *mas*, pois será também possível o uso de verbos independentes.

(154) ?Ele não passará no teste, embora o aluno estudará muito.

Não há razões sintáticas para o uso de subjuntivo com *embora*. As possíveis razões recaem sobre a tradição no uso, o que ocorre com o par *se-caso* que indicam uma situação hipotética.

- (155) a. Caso os alunos estudem muito, eles passarão.  
 b. Se os alunos estudarem muito, eles passarão.  
 c. \*Caso os alunos estudarem muito, eles passarão.  
 d. \*Se os alunos estudem muito, eles passarão.

O uso do presente do subjuntivo em (155a) e do futuro do subjuntivo em (155b) não altera o momento da ação ou da fala, o que pode ser outro indício de ausência de constituinte interpretável em FinP.

É possível, a partir do exposto neste item, afirmar que o modo subjuntivo não está relacionado ao tempo da ação em todas as suas ocorrências; em muitas delas, a escolha temporal não é sintática, mas sim de uso.

#### 4.5.5 Distanciamento da oração principal e oração subordinada

As operações de concordância (*Agreement*) entre verbo e sujeito são muito estudadas estruturalmente, ou seja, como e por que os processos que relacionam os constituintes da frase ocorrem. Normalmente, esses processos são desencadeados por AgrP (*agreement phrase*)<sup>59</sup>. Além dos estudos mais generalizados de sintaxe geral, muitos outros, tanto na língua portuguesa como língua inglesa, também são usuais.

Estudos como o de Campos e Gaspar (2000)<sup>60</sup>, apesar de serem de caráter sociolinguístico, logo não demonstrando a razão de ser ou não das ocorrências, provam que ausência de concordância entre sujeito e verbo é muito comum no PB (o estudo demonstra que não há concordância em 43% das frases quando o verbo está próximo do sujeito, todavia quando o verbo está em outra oração, o percentual aumenta para 51%).

Esses números corroboram com a hipótese de que o PB vem passando por uma reestruturação em relação à concordância, mesmo não sendo essa mudança aceita socialmente.

Em relação ao inglês, isso também ocorre. São muitos os estudos, inclusive relacionados à teoria gerativa como o de Stassen (2003).

Mesmo não sendo textos relacionados diretamente ao proposto, apresentam conceitos importantes, como os efeitos de AgrP.

No inglês, são comuns os casos nos quais a concordância entre o sujeito e o verbo ocorre da seguinte maneira: a *head* do NP aciona o AgrP que selecionará a forma finita correta do verbo com o qual aquele está relacionado. No caso abaixo, a *head* do NP é *keys* que concorda com o verbo *to be* na sua forma finita no passado *were*.

(156) The yellow keys were lost<sup>61</sup>.

O mesmo caso ocorre em português. Ainda que as normas consideradas canônicas não sejam seguidas, a regra pode ser aplicada. Nos casos abaixo, *chaves* ou *chave* acionará uma concordância verbal relacionada ao plural ou singular.

<sup>59</sup> *Sintagma de concordância.*

<sup>60</sup> O trabalho não engloba o Brasil inteiro. Mesmo englobando uma pequena região (Araraquara e Matão, área comumente conhecida como parte da Califórnia brasileira devido à sua condição socio-econômica), é possível dizer que é um efeito que ocorre no PB.

<sup>61</sup> The yellow keys were lost.  
As amarelas chaves foram perdidas.  
“As chaves amarelas foram perdidas.”

(157) As chaves amarelas foram perdidas.

(158) ?As chave amarela foi perdida.

Entretanto, quando há um distanciamento entre o NP e o verbo, mesmo o falante compreendendo o funcionamento, pode ser levado ao erro devido ao léxico inserido entre os elementos que concordam:

(159) The bridge to the islands are crowded.<sup>62</sup>

(160) A ponte para as ilhas estão muito cheias.

Embora o uso do subjuntivo não esteja relacionado especificamente com os sintagmas de concordância, mas sim com T, é possível utilizar a mesma hipótese da relação da interferência que ocorre na concordância entre o sujeito e o verbo quando os termos estão distanciados.

Resumidamente, foi analisada a frase de um dos entrevistados da pesquisa do subjuntivo na cidade de Campo Grande. Ele inseriu muitos itens entre a oração principal e a oração que continha o subjuntivo.

(161) Hoje existe... muito assim, amizade por interesse, amizade falsa, é... que traga benefício.

O mais comum de ocorrer é a possibilidade de uso do subjuntivo ou indicativo na subordinada, contudo o entrevistado escolheu usar o subjuntivo, criando uma estrutura que se assemelharia com a estrutura abaixo.

(162) Hoje existem muitas amizades por interesse ou falsas que tragam benefício.

Entre o verbo *existir*, que não licencia subjuntivo nas orações que c-comanda, e a forma verbal *traga*, não há nenhuma palavra que poderia influenciar o T desse último verbo. Entretanto a distância entre os dois elementos, fornece tempo suficiente para que o falante reorganize o seu pensamento e tente recomeçar uma nova frase.

Uma possibilidade é a frase como foi descrita anteriormente.

---

<sup>62</sup> The bridge to the islands are crowded.  
A ponte para as ilhas estão muito cheias.

(163) Hoje existe[m] muito assim, amizade por interesse, amizade falsa, é... que [supostamente] traga[m] benefício[s] [àqueles que as tem].

O acréscimo do advérbio *supostamente* licencia o uso do subjuntivo no VP que segue.

A outra possibilidade é a mais comum e ocorre quando o efeito do advérbio ou verbo não chega a ser usado onde se aceitaria o subjuntivo.

(164) Talvez eu assista ao novo filme do Tarantino.

Nota-se que o advérbio *talvez* age sobre T abrindo a possibilidade de subjuntivo na frase acima. Nessa sentença, será incluída outra oração entre o advérbio e o verbo *assistir*.

(165) a. Talvez eu, junto com a Clarice e Ítalo, lá no shopping Plaza, amanhã, vou assistir ao novo filme do Tarantino.

b. Talvez eu, junto com a Clarice e Ítalo, lá no shopping Plaza, amanhã, vamos assistir ao novo filme do Tarantino.

c. Talvez eu, junto com a Clarice e Ítalo, lá no shopping Plaza, amanhã, assista ao novo filme do Tarantino.

Dessas frases, apenas (165c) é a que segue os padrões normativos da língua portuguesa. Porém todas elas são estruturas passíveis de aparecerem em conversas cotidianas. Nas duas primeiras, o indicativo é utilizado e esse modo não causa tanto estranhamento pelo fato de o advérbio *amanhã* estar próximo ao verbo no futuro composto, que é mais usual na fala no PB.

Em (165b), há, além do uso do indicativo, outra situação relacionada ao distanciamento. O verbo não concorda com o sujeito sintático, mas com o número de pessoas envolvidas na ação.

Em inglês, conforme Vlasova (2010), dos verbos que exigem um subjuntivo obrigatório normativamente, alguns têm um percentual de uso muito baixo como *to require*<sup>63</sup>, que, em 1990, recebiam o subjuntivo das frases subordinadas a ele em 64,24%, reduzindo esse percentual para 47,52%, em 2007, nas ocorrências no *Corpus of Contemporary American English* (COCA).

---

<sup>63</sup> exigir, solicitar



O verbo, em 2007, que mais apresentou subjuntivo na frase subsequente foi *to order*<sup>64</sup> com 88.46%, portanto o falante percebe uma carga subjuntiva maior nesse verbo do que em outros. Como consequência, a possibilidade de uso do modo em questão, mesmo quando distanciado, ocorrerá com maior frequência em *to order* que em *to require*.

- (166) a. You will then order that it be sent by post to be published in New York.<sup>65</sup>  
 b. ?You will then order that it will be sent by post to be published in New York. [menos aceitável]  
 c. ?You will then order that, by tomorrow morning, it will be sent by post to be published in New York. [mais aceitável]
- (167) a. The needs of our economy require that our financial institutions not take this new capital.  
 b. ?The needs of our economy require that our financial institutions do not take this new capital. [aceitável]  
 c. ?The needs of our economy require that, for *n* reasons, our financial institutions do not take this new capital. [mais aceitável]

Todavia a aceitabilidade não se restringe somente à distância entre os verbos, mas também ao verbo a ser utilizado. As ocorrências com o verbo *to be* no presente poderão causar mais estranhamento, logo haverá menos aceitabilidade que as com verbos regulares.

- (168) a. I order that he take it right now.  
 b. ?I order that he takes it right now.  
 c. \*I order that he is here right now.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> ordenar, mandar

<sup>65</sup> (166) a. Você então ordenará que seja enviada pelos correios para publicação em Nova York.  
 b. ?Você então ordenará que [ela] será enviada pelos correios para publicação em Nova York.  
 c. ?Você então ordenará que, amanhã pela manhã, [ela] será enviada pelos correios para publicação em Nova York.

(167) a. As necessidades de nossa economia requerem que nossas instituições financeiras não peguem novo capital.  
 b. ?As necessidades de nossa economia requerem que nossas instituições financeiras [auxiliar do tempo presente do indicativo] não pegam novo capital.  
 c. ?As necessidades de nossa economia requerem que, por *n* razões, nossas instituições financeiras [auxiliar do tempo presente do indicativo] não pegam novo capital.

<sup>66</sup> (168) a. I order that he take it right now.  
 Eu ordeno que ele pegue isso agora.  
 b. ?I order that he takes it right now.  
 Eu ordeno que ele pega isso agora.  
 c. \*I order that he is here right now.  
 Eu ordeno que ele está aqui agora.

Uma das possíveis razões para esse efeito é o fato de as mudanças sonoras ocorrerem em um maior período de tempo quando as formas irregulares são frequentes como já demonstrado nos capítulos iniciais deste estudo.

Sobre esse efeito, é necessário fazer algumas considerações sobre os movimentos realizados desde a escolha lexical até a representação na forma fonética, já que nas línguas abordadas tais processos são diferentes. Essas observações serão feitas no item sobre a aquisição de segunda língua.

#### 4.5.6 Negação

Um dos meios pelo qual o subjuntivo pode ser identificado a partir da forma fonética é quando utilizado em negações, já que não há auxiliar nessas situações e diferencia-se do infinitivo em casos de comparações com o verbo *to be* no passado.

(169) Mr. Rosenberg recommended that you not leave your job before 7pm.<sup>67</sup>

(170) Mr. Rosenberg had recommended that she were not in the room when the new employee came in.<sup>68</sup>

Todavia esse tipo de uso é muito restrito, pois os falantes preferem estruturas com modais como *should*. Na pesquisa de Vlasova (2010, p. 74), que utilizou o banco de dados do COCA, com frases que totalizam um total de mais de 40 milhões de palavras, foram encontrados apenas 51 ocorrências de subjuntivo em subordinadas iniciadas com *that*.

Apesar de não haver um *corpus* disponível em português com quantidades de palavras que se assemelhe ao do COCA, o uso do subjuntivo em negação é comum e possui estrutura semelhante ao do afirmativo com algumas exceções.

O que merece atenção é a negação – ou ideia de negação – na principal e como ela influencia no T da subordinada.

Quando o verbo da principal indica um fato ocorrido ou o falante demonstra certeza sobre isso, o subjuntivo, na maioria das vezes<sup>69</sup>, não é utilizado.

(171) a. Roberto afirmou que todos estavam trabalhando desde as sete horas da manhã.

<sup>67</sup> O sr. Rosenberg recomendou que você não saia do seu trabalho antes da 7 da noite.

<sup>68</sup> O sr. Rosenberg tinha recomendado que você não estivesse na sala quando o novo funcionário entrar.

<sup>69</sup> Já foram comentados esses casos, como o verbo *lamentar* que, mesmo demonstrando fato certo, licencia o uso do subjuntivo como a frase da nota 54.

- b. \*Roberto afirmou que todos estivessem trabalhando desde as sete horas da manhã.
- (172) a. Roberto afirmou que todos não estavam desocupados desde as sete horas da manhã.<sup>70</sup>
- b. \*Roberto afirmou que todos não estivessem desocupados desde as sete horas da manhã.

Entretanto, se a negação ocorrer a partir da carga semântica do verbo, como em *negar*, haverá o licenciamento do verbo no subjuntivo.

- (173) a. Roberto negou que todos estivessem desocupados.
- b. Roberto negou que todos estavam desocupados.

O licenciamento de subjuntivo nesse caso envolve muito mais a semântica que a própria estrutura da língua, pois a frase acima é a transformação de um discurso direto, no qual ocorreu uma afirmação certa (*Todos não estarem desocupados*), para um discurso indireto. Nesse processo, o *não* sobe para a principal e transforma o verbo, porém não garante o uso do subjuntivo. O licenciamento pode ocorrer a partir do contexto, já que o falante pode entender tal sentença como a expressão de possibilidade ou a réplica de uma afirmação duvidosa. Outra possibilidade é o licenciamento quando o fato negado não é comprovado.

- (174) Ao ficar sabendo que o chefe acreditava que os funcionários não estivessem trabalhando, Roberto negou que todos estivessem desocupados.
- (175) a. Margarida negou que seu marido tenha participado de atos ilícitos na compra da empresa. (não há comprovação de que os atos ilícitos tenham acontecido)
- b. Margarida negou que seu marido participou de atos ilícitos na compra da empresa. (os atos ilícitos são fatos e não hipótese)

Apesar de serem possíveis os usos acima, eles podem ser considerados normativos e há flexibilidade maior na fala, sendo que a aceitabilidade poderá ocorrer nos dois casos tanto para o modo indicativo como para o subjuntivo.

---

<sup>70</sup> Não se busca com essa negação se expressar exatamente o mesmo que as frases anteriores, mas sim demonstrar os efeitos da negação sobre o subjuntivo.

#### 4.6 Os tempos verbais e suas relações quanto ao uso do subjuntivo

Em princípio, o modo subjuntivo deve seguir o tempo que se apresenta na oração principal. Caso o verbo da principal esteja no presente, o mesmo ocorrerá na subordinada. Essa regra é válida para os demais tempos também. Essa é a constatação feita por Giorgi (2006, p. 97) que demonstrou esse processo em uma comparação entre o subjuntivo em inglês e o italiano conforme as frases seguintes:

- (13) Gianni crede che Maria sia/\*fosse incinta.  
Gianni believes that Maria is(PRES SUBJ)/\*was(PAST SUBJ) pregnant.  
Gianni acredita que Maria esteja(PRES SUBJ)/\*estivesse(PAST SUBJ) grávida.<sup>71</sup>
- (14) Gianni credeva che Maria fosse/\*sia incinta.  
Gianni believed that Maria was(PRES SUBJ)/\*is(PAST SUBJ) pregnant.  
Gianni acreditava que Maria estivesse(PRES SUBJ)/\*esteja grávida.  
(GIORGI, 2006, p. 105).

Caso o evento tenha acontecido em momento anterior à fala, o verbo poderá ocorrer em uma forma perfectiva perifrástica de maneira a não licenciar a forma simples.

- (15) Gianni crede che Maria abbia telefonato.  
Gianni believes that Maria has(PRES SUBJ) called.  
Gianni acredita que Maria tenha(PRES SUBJ) ligado.
- (16) Gianni credeva che Maria avesse telefonato.  
Gianni believed that Maria had(PAST SUBJ) called.  
Gianni acreditava que Maria tivesse(PAST SUBJ) ligado.  
(GIORGI, 2006, p. 106)

Como as frases acima são licenciadas somente com o uso do auxiliar, tanto para o português como para o inglês, e, conseqüentemente, o morfema temporal não está ligado ao verbo principal da oração, a relação que se estabelece não está relacionada aos tempos dos verbos das duas orações interligadas. O efeito é uma concordância temporal sem marcação real de tempo. Giorgi (2006, p. 106) comprova essa vacuidade temporal com as frases que seguem:

- (17) Gianni credeva che Maria partisse ieri/ adesso/ domani.  
Gianni believed that Maria left(PAST SUBJ) yesterday/ now/ tomorrow.

<sup>71</sup> É nossa a tradução de todas as frases em inglês para o português do texto de Giorgi (2006).

Gianni acredita que Maria fosse embora<sup>72</sup> (PAST SUBJ) ontem/agora/amanhã.

(18) Gianni credeva che Maria partisse il giorno dopo.

Gianni thought that Maria left(PAST SUBJ) the next day.

Gianni acreditava que Maria fosse embora (PAST SUBJ) no dia seguinte.

(GIORGI, 2006, p. 106)

Logo em (17) e (18) de Giorgi, a desinência temporal de *fosse* não indica fato passado. Como T para alguns autores como Carnie (2001, p. 154) é o local no qual os sufixos e auxiliares são gerados, não é possível dizer que esse sintagma não cumpre uma função na estrutura subjuntiva, porém tal sufixo não é indicador de quando a situação aconteceu, é apenas uma concordância com o verbo da principal.

Neste trabalho, propomos periféricamente que o subjuntivo vem perdendo espaço e pode facilmente ser alterado pelo indicativo. Principalmente em frases com advérbios, essa assertiva é correta. Em outras situações, esse fato merece maior atenção já que a transposição de SUBJ para IND pode não satisfazer os requisitos de licenciamentos.

(176) a. Gianni acreditava que Maria fosse embora ontem/hoje/amanhã.

b. Gianni acreditava que Maria foi embora ontem/hoje/\*amanhã.

(177) a. Gianni acreditava que Maria viajasse ontem/hoje/amanhã.

b. Gianni acreditava que Maria tivesse viajado ontem/hoje/\*amanhã.

c. \*Gianni acreditava que Maria teve viajado ontem/hoje/amanhã.

d. Gianni acreditava que Maria viajou ontem/hoje/\*amanhã.

Percebe-se que a relação se estabelece entre o passado simples do indicativo e o passado composto do subjuntivo. A relação entre passado simples do indicativo e passado simples do subjuntivo não é usual e não aceita situações futuras. O presente e o futuro se apresentam com um maior número de pontos a serem verificados, em grande parte, auxiliando a hipótese de vacuidade temporal.

(178) a. Gianni acredita que Maria viaje \*ontem/hoje/amanhã.

b. Gianni acredita que Maria viaja \*ontem/hoje/amanhã.

c. Gianni acredita que Maria tenha viajado ontem/hoje/\*amanhã.

d. \*Gianni acredita que Maria tem viajado ontem/hoje/amanhã.

e. Gianni acredita que Maria viajará/vai viajar \*ontem/hoje/amanhã.

---

<sup>72</sup> partisse

Portanto as formas indicativas e subjuntivas do presente são licenciadas para indicação de futuro, porém a forma composta do subjuntivo indica, ao contrário, uma situação passada. A forma composta do presente não estabelece relação com a composta do subjuntivo, já que a primeira expressa uma ação durativa.

Percebe-se que, no passado, a relação se estabelece entre o passado simples do indicativo e o passado composto do subjuntivo.

No entanto, o futuro do subjuntivo não é licenciado para indicar o futuro, mas sim pelo uso de outras palavras como as conjunções *caso* e *se* ou do advérbio *quando*.

(179) \*Gianni acredita que Maria viajar ontem/hoje/amanhã.

Para o uso do subjuntivo, o advérbio sofre o movimento para a posição de CP, mas a oração subordinada não serve como objeto direto; exige, pois, outro complemento.

(180) Gianni acredita que, quando<sub>i</sub>/se/\*caso Maria viajar t<sub>i</sub>, ela sentirá muitas saudades.

Mais uma vez, a não relação temporal entre os verbos das orações se apresenta. A conjunção *caso*, que pode ser considerada equivalente a *se*, apenas licenciará a frase com verbo no presente do subjuntivo.

Devido ao número reduzido de verbos que pedem subjuntivo na oração encaixada, as alterações serão mínimas e, da mesma maneira, a ausência de uma marcação real de tempo no subjuntivo não se apresenta, já que é possível o uso do infinitivo na maioria das vezes.

(181) Mr. Rosenberg recommended that you not leave your job before 7pm.

Na frase retomada (181), por exemplo, a alteração para o presente ou futuro na principal não afetaria o verbo da subordinada.

Logo, nas situações abordadas neste item, o falante se depara com uma lista de regras muito mais complexas em português que podem criar dificuldades no aprendizado da língua. Esses pontos serão abordados no próximo item.

#### 4.7 A aquisição do subjuntivo em português por falantes de língua inglesa

Ainda não há uma teoria com ampla aceitação sobre como os falantes não nativos aprendem uma nova língua. Buscar hipóteses e tentar prová-las fugiria do escopo deste trabalho; portanto, neste item, serão elencadas algumas questões sobre a aquisição de L2 e, mais especificamente, quais as relações com a aquisição do subjuntivo.

A aquisição de L1 quando criança e L2 quando os parâmetros da L1 já foram adquiridos é a primeira distinção a ser feita. As condições dadas na aquisição delas ocorrem de maneira diferenciada. Fatores como a liberdade que a criança tem no aprendizado, o uso da língua ocorrendo em situações reais e a faculdade da linguagem ainda sem parâmetros estabelecidos auxiliam o aprendizado da língua. Epstein et al. (1996 apud SAMPAIO, 2011, p. 48) afirmam que

[...] a GU opera de modo totalmente independente para a aquisição da L2, ou seja, os valores paramétricos de L1 não influenciam de modo algum a aquisição de L2. Dessa forma, o falante tem livre acesso à GU para fixar os valores apropriados aos parâmetros da língua-alvo. (EPSTEIN ET AL., 1996 apud SAMPAIO, 2011, p. 48).

Algumas situações vão de encontro a essa concepção, já que é claro que aprendizes de segunda língua utilizam-se de parâmetros de sua própria língua com frequência nos níveis iniciais da aprendizagem e não alcançam os mesmos níveis de desempenho de um falante nativo. Todavia Epstein et al (1996 apud SAMPAIO, 2011, p. 48) esclarece que os defensores da GU não entendem que os aprendizes de L2 chegariam a esse último nível, o que não quer dizer que tais falantes não possuam um estado estável da língua (competência) e que não sejam fluentes (desempenho) nela.

Bley-Vroman (1989, p. 37 apud MATTOS, 2000, p. 56) elenca algumas diferenças entre os processos de aquisição da primeira e da segunda língua. Entre eles, estão:

- A ausência da evidência negativa. O falante de L2 não possui a habilidade para discernir em estruturas não tão usuais quais delas são gramaticais ou agramaticais.
- A falta de sucesso em atingir os mesmos níveis de performance de falantes nativos, já comentada anteriormente.
- A dificuldade relacionada à fonologia.

- A variabilidade nas estratégias. Enquanto o processo de aprendizagem para crianças sempre é o mesmo, adultos são expostos às mais diversas metodologias e a exposição ao uso real da língua também varia muito.
- Devido a questões pessoais, os objetivos de cada adulto são diferentes. Se na infância, o foco é na comunicação geral; para os adultos, pode haver foco na comunicação, na gramática, na pronúncia ou em outros pontos.
- Não há necessidade de instrução quando criança, porém são raros os casos nos quais os adultos atingem níveis elevados de proficiência sem orientação.

Dessa maneira, a aquisição do subjuntivo transforma-se em um processo lento e complexo, pois os parâmetros em língua inglesa são poucos e, em português, são muitos e com regras que dependem da situação conversacional, incluindo variações de idade, nível de escolaridade, regiões, etc. A possibilidade de uso de infinitivo ou indicativo unida ao licenciamento de sujeito nulo aumenta o número de parâmetros que precisam ser checados para licenciar a sentença.

Devido ao grande número de parâmetros, as instruções a serem compreendidas pelo falante para uma performance considerável serão longas e, muitas vezes, incompletas. Ele desenvolverá com maior eficácia suas habilidades, como na aprendizagem de qualquer outra língua, quando inserido em uma comunidade que tem o português como sua língua.

Mesmo se considerando inserido em um ambiente no qual se fala português, ainda há outros fatores como a ausência/restrrição do uso do modo subjuntivo em algumas regiões.

Tais falantes considerariam a frase (181a) como agramatical ou possivelmente gramatical e (181b) como frase gramatical .

(181) a. ?Eu acho que eu vá ao cinema hoje à tarde.

b. Eu acho que eu vou ao cinema hoje à tarde.

Em (181a), não há desvios gramaticais relacionados às gramáticas normativas, mas o verbo *achar* tem seu uso consolidado no PB com o uso do indicativo na frase encaixada. Como a ausência de evidência negativa, acontece em várias situações para o falante não nativo, caso ele tenha recebido instrução formal que relaciona o subjuntivo a fatos *irrealis* sem mencionar o uso do indicativo como em muitos materiais didáticos<sup>73</sup>, ele utilizará a frase

<sup>73</sup> Alguns exemplos desses livros:

PONCE, M. H. O.; BURIM, S. R. B. A.; FLORISSI, S. *Bem-vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*. 6 ed. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2004.



normativamente correta (181a) e considerará a frase com o uso consolidado não como possivelmente agramatical, mas sim como agramatical.

Não há trabalhos relacionados especificamente ao aprendizado de subjuntivo em língua portuguesa por falantes de língua inglesa, porém Iverson et al. (2008) discorrem sobre a distinção entre indicativo e subjuntivo em enunciados com negativas em espanhol e consideram apenas aprendizes que tenham como língua nativa o inglês. Como o subjuntivo nas duas línguas latinas possuem certa semelhança, é possível dizer que a citação abaixo pode ser sustentada em português também.

Collentine (1995) coloca que alguns dos problemas que aprendizes de L2 têm, especificamente falantes de inglês aprendendo espanhol, vêm de deficiências (morfo)sintáticas; por exemplo, inglês não tem morfologia de tempo e nem todos os contextos que requerem o subjuntivo em espanhol são gramaticalizados [...] em inglês. Mesmo considerando que o inglês fornece aos aprendizes de espanhol como segunda língua com estruturas sintáticas necessárias para complemento subjuntivos volativos, não se pode desconsiderar a complexidade envolvida em remapear as características relevantes da L1 para as novas formas morfológicas (c.f. LARDIERE 2006) e a dependência inserida na complexidade do discurso para certas distinções indicativo/subjuntivo.

Estudos que examinam aprendizes avançados de espanhol sugerem que esses alunos podem, de fato, chegar a adquirir o conjunto das construções subjuntivas. Bruhn de Garavito (1997) testou estudantes avançados em relação ao conhecimento das restrições de correferência entre as orações principais e as orações subordinadas subjuntivas. Enquanto alguns deles incorretamente aceitaram a correferência entre sujeitos das duas orações, outros corretamente a rejeitaram. Esses resultados podem ser interpretados como suporte para a possibilidade de representações do subjuntivo como a dos nativos na gramática dos aprendizes de L2. (IVERSON et al., 2008, p. 145. Tradução nossa).<sup>74</sup>

---

LIMA, E. E.; IUNES, S. A. *Falar... Ler... Escrever... Português: Um curso para estrangeiros*. São Paulo: EPU, 1999.

<sup>74</sup> Texto original em inglês: “Collentine (1995) posits that some of the problems that L2 learners have, specifically English learners of Spanish, stem from specifically (morpho)syntactic deficiencies; for example, English has no dedicated mood morphology and not all contexts requiring the subjunctive in Spanish are grammaticalized [...] in English. Even taking the position that English provides L2 Spanish learners with the syntactic structure needed for volitional subjunctive complements, one cannot disregard the complexity involved in re-mapping relevant L1 features to new morphophonological forms (see Lardiere 2006) and the added complexity of discourse dependency for certain indicative/subjunctive distinctions. Studies examining advanced learners of Spanish suggest that these learners can in fact come to acquire the full gamut of subjunctive constructions. Bruhn de Garavito (1997) tested advanced learners for their knowledge of co-reference restrictions between matrix clauses and embedded subjunctive clauses. While some learners incorrectly accepted co-reference between the subjects of the two clauses, others correctly rejected it. These results can be interpreted as support for the possibility of native-like representations of the subjunctive in the grammars of L2 learners.”

Gelderen (2004 apud IVERSON et al., 2008, p. 139) relata que existe ainda uma complicação maior: ao se levar em consideração que as frases subjuntivas estão sendo fortemente substituídas por estruturas infinitivas com *to-for*, o falante de língua inglesa terá uma tarefa de aquisição diferenciada, pois o FinP do espanhol<sup>75</sup> carrega uma característica não interpretável que é checada em MoodP, ou seja, o espanhol licencia como subjuntiva uma frase finita que recebe uma forma fonética presente em MoodP que é enviada para o VP; já, em inglês, FinP constitui-se por uma partícula interpretável como *for* que não afeta MoodP, logo o falante de L2 precisará, “desaprender”<sup>76</sup> essa estrutura.

Assim, a alteração de parâmetros é grande como visto em vários pontos nos itens anteriores. Em alguns casos, as alterações serão muitas como em (182), em que o falante deve retirar a palavra *for* tornando a frase finita (alteração no FinP), inserir a conjunção *que* e aplicar o modo subjuntivo (alteração no MoodP).

(182) I really prefer for Jack to be the main speaker. (IVERSON et al., 2008, p. 140)

(183) Eu realmente prefiro que Jack seja o orador principal.

Conforme detalhado nos itens anteriores, a quantidade de parâmetros que serão alterados variará dependendo da estrutura utilizada na língua inglesa. Em poucos casos, devido ao número de verbos que licenciam o subjuntivo na encaixada, as alterações na estrutura serão poucas. Em geral, haverá movimentos, inclusão ou exclusão de palavras.

---

<sup>75</sup> Como também ocorre no português.

<sup>76</sup> No original, “unlearn”.

## CONCLUSÃO

É possível a divisão dos resultados deste trabalho em três vertentes: a primeira diz respeito à história do subjuntivo na língua portuguesa; a segunda, ao uso do subjuntivo em inglês e português na sociedade atual; e, a terceira, à estrutura do subjuntivo e a suas relações paramétricas na língua portuguesa e na língua inglesa.

Quanto à alteração histórica, foi possível identificar que os tempos e modos em latim não correspondem aos verbos em português. Em várias línguas neolatinas, o uso do subjuntivo vem perdendo força, já que houve redução do número de tempos desse modo, conforme informa Viaro (1998).

Como registros em áudio a partir de entrevistas começaram a crescer somente com a sociolinguística em meados do século XX, não há dados a serem analisados antes desse período. Os dados coletados são escritos; logo, criam barreiras para uma conclusão consistente, pois o ato da escrita permite mais tempo para se pensar sobre aquilo que será escrito e, na maioria dos casos, é mais formal.

Apesar de o subjuntivo em inglês não ter sido objeto de estudo na parte histórica<sup>77</sup>, Deutscher (2005, p. 94) informa que, desde o século XVI, não há nele mais marcação fonética (desinências modo-temporais)<sup>78</sup>.

Para melhor entendimento dos processos de alteração no subjuntivo, cabe a outros ramos da linguística pesquisa descritiva que possa catalogar informações tanto em português como em inglês.

Se o processo de mudança ainda precisa ser estudado, a análise sincrônica desse modo tem avançado com vários trabalhos citados no item 2.7.8 e pode-se inserir mais esta dissertação no rol mencionado. Os resultados demonstram que os falantes alternam, independentemente de questões relacionadas a nível escolar, classe social ou idade, o uso do subjuntivo e indicativo quando a gramática normativa aceita somente o uso do subjuntivo. Das 33 ocorrências que normativamente deveriam estar no subjuntivo, 10 delas apareceram no indicativo: um percentual de 30,3%. Importante ressaltar que a diferença de uso entre os falantes pesquisados foi mínima: a falante A utilizou 30,4% das frases no subjuntivo; e o falante B, 30,0%.

---

<sup>77</sup> Não há razões para o estudo histórico do inglês dentro desta pesquisa, pois, nas partes relacionadas à comparação das línguas, estuda-se a maneira como ocorre o processamento da tradução apenas do inglês para o português.

<sup>78</sup> Verbo *to hear* (ouvir, escutar) no subjuntivo durante os séculos, conforme Deutscher (2005, p. 94): por volta de 1200 – *her-en* / por volta de 1600 em diante – *hear*.

Os números citados são mais um indício de uma das hipóteses levantadas por esta pesquisa: a redução do uso do subjuntivo. Já em inglês, a pesquisa de Vlasova (2010) trata dessa redução e serve de indício da redução na língua em questão.

Nos estudos relacionados à estrutura do subjuntivo, chega-se à conclusão que o subjuntivo na língua portuguesa é mais notável pelo fato de, nesse idioma, os modos e os tempos serem evidentes pelas marcações fonéticas inclusas na própria palavra. Dessa maneira, o modo em português é uma categoria mais evidente. No inglês, o subjuntivo não possui o mesmo destaque que em português devido à quase total ausência de desinências modo-temporais, sendo as marcações realizadas por palavras modais alocadas em T.

A partir da análise dos dados, é possível concluir que a modalidade relacionada a *irrealis* em inglês não é marcada especificamente no verbo; logo, pode acontecer em T ou por uma palavra que forneça carga semântica hipotética, como um advérbio que estará posicionado em outro sintagma. Já, em português, são várias as possibilidades de licenciamento do subjuntivo, sendo em muitos casos não relacionados a *irrealis*.

Entrando em resultados referentes às relações paramétricas, conclui-se que existem alguns verbos em inglês que licenciam estruturas similares na língua portuguesa, como o verbo *to recommend* e alguns outros verbos de influência/permissão. Esses verbos além fornecerem a possibilidade do elemento *that*<sup>79</sup> no CP, também licencia, como em português, o subjuntivo na subordinada. Essa estrutura foi a mais próxima da língua portuguesa, já que o subjuntivo em ambas também pode ser substituído pelo indicativo sem causar agramaticalidade no julgamento de um grande número de falantes.

Entretanto, quando há a possibilidade de se utilizar outra forma verbal em inglês, os falantes possuem uma forte tendência a segui-la. Isso cria, quando possível, frases no infinitivo ou com o modal *should*. É possível traçar uma aparente relação com a língua portuguesa, pois essa também permite tal recurso, todavia alguns movimentos são diferentes: o objeto do verbo da principal em inglês movimenta-se para o sujeito da subordinada em português, por exemplo.

O uso do infinitivo é um indício que prova a ausência de marcação temporal do subjuntivo. Essa afirmação é resultado de várias comparações, inclusive de alternância de tempos constantes no item 4.6. As palavras *caso* e *se* são exemplos de similaridade semântica que licenciam estruturas diferentes: quando a primeira utiliza o presente do subjuntivo, por exemplo, a alteração para a palavra *se* fará uma alteração em T, licenciando apenas o futuro

---

<sup>79</sup> que

do subjuntivo. Apesar da alteração no tempo do verbo, os tempos de acontecimento das ações e a modalidade de hipótese não são alterados. No entanto, o inglês não possui esse tipo de alteração, porque o subjuntivo é licenciado somente por um número limitado de verbos. Essa relação de tempo entre frases ocorre de várias outras formas na língua portuguesa. Os exemplos de (83) a (98) demonstram que não se pode estabelecer uma relação fixa entre os verbos das duas orações: existem vários padrões a serem utilizados dependendo do verbo da oração principal.

Outro ponto relacionado à ausência de tempo no subjuntivo é o uso da conjunção *embora*, que, ao ser substituída por conjunções coordenadas, aceita somente o indicativo. O uso de *embora*, entre vários outros abordados em todo o texto, também é ponto que reforça que o conceito incompleto de se relacionar o modo subjuntivo a fatos hipotéticos não é correto, já que a conjunção citada exige, na mesma oração que ela, situações factuais.

Mesmo com as possibilidades listadas de alternância indicativo/subjuntivo, elas não ocorrem aleatoriamente. Nas duas línguas, ainda existem situações nas quais o subjuntivo é um modalizador de *irrealis*, como nas frases (30a) e (30b), e o uso de outro modo criará frases agramaticais ou ambíguas.

Portanto há poucas semelhanças e várias diferenças entre as línguas ao se considerar o uso do subjuntivo, principalmente pelo fato de algumas frases no infinitivo ou indicativo somente aceitarem o subjuntivo (ou indicativo para muitos falantes) em português.

O falante deve, pois, ser capaz de aprender a não utilizar os parâmetros de sua língua materna para poder se expressar com eficiência na L2.

Já o falante em níveis avançados poderá entender a língua, porém não será capaz de fazer julgamentos de gramaticalidade com eficiência quando há alterações no modo mais usual. Uma possibilidade de esse fato acontecer é a falta de informação nos materiais didáticos de PLE sobre como a língua é utilizada em situações reais, prendendo-se à visão tradicional da gramática normativa.

Com esses resultados, é possível entender melhor sobre o modo subjuntivo e seus equivalentes em português e inglês e, conseqüentemente, poder, a partir de outras pesquisas, buscar o aprimoramento dos materiais didáticos disponíveis, auxiliando na disseminação da língua portuguesa pelo mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino*. São Paulo: Museu da língua portuguesa, 14/05/2009. Disponível em: <[http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_4.pdf](http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_4.pdf)>. Acesso em 05 mai. 2012.

ALMEIDA, A. M. A hipótese da gramática universal e a aquisição de segunda língua. In: *Rev. Est. Ling. Belo Horizonte*, v.9, n.2, p. 51-71, jul./dez. 2000.

ALVES, R. F. *A expressão de modalidades típicas do subjuntivo em duas sincronias do português: século XVI e contemporaneidade*. Campinas: Unicamp, 2009. 184 p. Tese – (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2009.

AZEVEDO, M. M. *O subjuntivo em português: um estudo transformacional*. Petrópolis: Vozes, 1976.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BITTENCOURT, D. L. R. O uso do futuro do subjuntivo: Variação e frequência. In: *Interdisciplinar*, Itabaiana, v. 16, p. 117-130, jul/dez. 2012.

BYBEE, J. *Frequency of Use and the Organization of Language*. New York: Oxford University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *Morphology: A Study of the Relation between Meaning and Form*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

\_\_\_\_\_; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of Grammar: Tense, aspect and Modality in the Languages of the world*. Chicago: Chicago Press, 1994.

CAMPOS, O.; GASPAS, S. Um fenômeno de variação: a concordância verbal. In: *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Tome III: Vivacité et diversité de la variation linguistique. Bruxelas: De Gruyter, 2000.

CARNIE, A. *Syntax*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

CARRILHO, E. Expletivos do Português Europeu em Foco: a Evidência dos Dados Dialectais. In: *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra, 28-30 Set. 2000. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2001.

CHOMSKY, N. *Linguagem e Mente*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

\_\_\_\_\_. *Syntactic Structures*. Berlin: De Gruyter, 2002.

\_\_\_\_\_. *The Minimalist Program*. MIT, 1995.

COSTA, A. J. Estudos de cronologia, diplomática, paleográfica e histórico-linguísticos. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.

- COUTINHO, I. L. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.
- CULICOVER, P. W. Parataxis and Simpler Syntax. In: Marie-José Béguelin, Mathieu Avanzi, Gilles Corminboeuf (ed.). *Actes du 1er Colloque International de Macrosyntaxe*, Vol. 2. Peter Lang. 2010. Disponível em: <[http://www.ling.ohio-state.edu/~culicove/Publications/Parataxis%20and%20Simpler%20Syntax%20\(re-revised%20final%20version%20w-refs\).pdf](http://www.ling.ohio-state.edu/~culicove/Publications/Parataxis%20and%20Simpler%20Syntax%20(re-revised%20final%20version%20w-refs).pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2013.
- DEUTSCHER, G. *The Unfolding of Language: The evolution of Mankind's greatest invention*. Londres: Random House, 2005.
- DIAS, A. E. S. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, s.d..
- DOWNING, A.; LOCKE, P. *English Grammar: a University Course*. 2ed. Oxon: Routledge, 2006.
- ESGARAVUNHA, F. G. Cantigas da Ajuda: Canção 119. In: LOPES, G. V. (Org.) *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*. Disponível em: <<http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=221&pv=sim>>. Acesso em: 01 nov. 2012.
- EVERETT, D. L. *Descrição, Perspectivas e Teoria*. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.
- FARACO, C. A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FERRARI-NETO, J. & SILVA, C. R. T.. Programa Minimalista em Foco: princípios e debates. Curitiba: CRV, 2012.
- FERREIRA, A. B. H. *Houaiss Eletrônico*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- GIORGI A. A Syntactic Way to Subjunctive. In: *Working Papers in Linguistics*. V. 16. Veneza: Venezia, Dipartimento di Scienze del Linguaggio. Università Ca' Foscari, 2006.
- GOMES, N. S. Teorias sobre a ordem e as estruturas interrogativas. In: GOMES, N. S.; ABRÃO, D (Orgs.). *Pesquisa em Letras: Questões de Língua e Literatura*. Curitiba: Appris, 2012. p. 229-249.
- GONÇALVES, J. R. *Considerações sobre a flutuação no emprego dos subjuntivo em contextos orais do Português do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.
- GRADDOL, D. *English Next*. London: British Council, 2007. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/learning-research-english-next.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2012.
- GREENBAUM, S. *The Oxford English Grammar*. New York: Oxford University Press, 1996.
- GRYNER, H. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. In: *Cad. Est. Ling.* Campinas, (28):69-83, Jan./Jul. 1995. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/3422>>. Acesso em: 10 out. 2012.

HOYE, L. F. "You may think that; I couldn't possibly comment!" Modality studies: Contemporary research and future directions. Part I. In: *Journal of Pragmatics* 37. Elsevier, 2005. p. 1295-1321.

HUDDLESTON, Rodney. Some observations on tense and deixis in English. In: *Language*. Vol. 45, Nº 4, PP. 777-806. Linguistic Society of America, 1969.

IVERSON, M., KEMPCHINSKY, P.; ROTHMAN, J. Interface Vulnerability and Knowledge of the Subjunctive/Indicative Distinction with Negated Epistemic Predicates in L2 Spanish. In: *EUROSLA Yearbook*, 8. John Benjamins Publishing, 2008. p. 135-163.

MACKEY, W. F. The description of bilingualism. In: WEI, Li. *The Bilingualism Reader*. London: Routledge, 2000.

MATTOS, A. M. A. A hipótese da gramática universal e a aquisição de segunda língua. IN: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MELO, G. C. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MOLLICA, M. C. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NORDSTRÖM, J. *Modality and Subordinators*. Amsterdam: John Benjamins, 2010.

NOTÍCIA de Torto. In: Projeto BIT-PROHPOR. Base de dados. Disponível em: <[www.prohpor.ufba.br/NDTO.doc](http://www.prohpor.ufba.br/NDTO.doc)>. Acesso em: 17 out. 2012.

OLIVEIRA, M. C. *O uso do modo verbal em estruturas de complementação no português do Brasil*. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, V. M. *A obviação/referência disjunta em complementação sentencial: uma proposta sintático-semântica*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

OTHERO, G. Á. *A gramática da frase em português* [recurso eletrônico]: algumas reflexões para a formalização da estrutura frasal em português. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>>.

\_\_\_\_\_. *Teoria X-Barra: Descrição do português e aplicação computacional*. São Paulo Contexto, 2006.

PACHECO, D. G. L. C. *Português para estrangeiros e os materiais didáticos: Um Olhar Discursivo*. 2006. 335 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PETERSEN, M. C. *O licenciamento do sujeito nulo em orações subjuntivas no português brasileiro*. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.



PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Quejando. In: SILVA, A. M. *Diccionario da Lingua Portuguesa: Tomo II*. Lisboa: Imprensa Régia, 1831.

RADFORD, A. *English Syntax: An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Transformational Grammar: A First Course*. Cambridge: Cambridge University, 1989.

RIBAS, M. M. G. Uma abordagem sociolinguística do modo subjuntivo na cidade de Campo Grande – MS. In: *Revista Philologus*. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2013. Ano 19, n. 55 Sup. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/55sup1/054.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1996.

RUWET, N. *Introdução à Gramática Gerativa*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SAMPAIO, L. T. *A interpretação aspectual do morfema –ed por falantes de brasileiros aprendendo inglês como L2*. 2011. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Linguística)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, R. M. A. *O uso variável do modo subjuntivo em estruturas complexas*. São José do Rio Preto: UNESP, 2005. 145 p. Dissertação – (Mestrado) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.

SILVA, G. J. *Sintaxe Diacrônica: um estudo de caso*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno10-15.html>>. Acesso em: 27 out. 2012.

SILVA, J. P. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 2010

SILVA, R. V. M. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.

STASSEN, L. *Intransitive Predication*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

VIARO, M. E. Estratégias no ensino dos verbos irregulares do PLE para alunos falantes de outras línguas românicas. In: *Cadernos do Centro de Línguas*. v. 2. São Paulo: Humanitas, 1998.

VIEIRA, M. M. M. *Alternância no uso dos modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas substantivas: uma comparação entre o português do Brasil e o Francês do Canadá*. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

VLASOVA, O. *The Mandative Subjunctive in American English: a corpus-based study on the use of mandative constructions*. Dissertação (Department of Literature)- University of Oslo, 2010.